

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 60 - Série VII - N.º 867
2 de Agosto de 1990
Preço: 80\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Her Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Aumento de preços e demagogia

Nota da Comissão Política do CC do PCP

Pág. 1/Semana

ACESSOS A LISBOA

Eleitos autárquicos e
dezenas de cidadãos
lançam o MIRAL,
Movimento de
Intervenção para a
Resolução dos
Acessos a Lisboa

Págs. 1 e 2/Em Foco

FOGOS FLORESTAIS

O pesadelo
continua

Págs. 4 e 5/Em Foco

GRACAS E DESGRACAS DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA

Págs. 6 e 7/Em Foco

• Reportagem de Anabela Fino

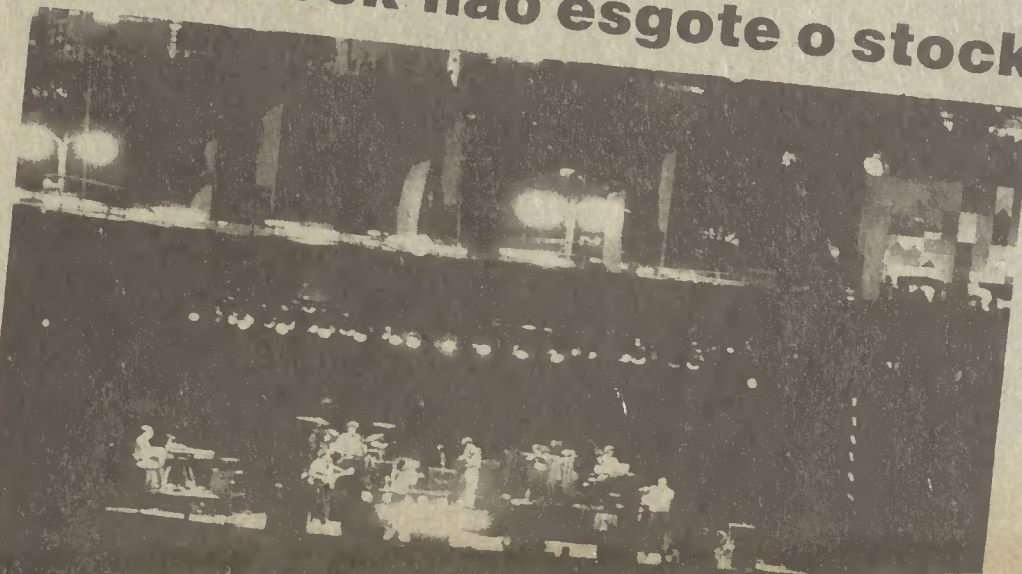
A festa!

AMORA-SEXUAL • 7, 8 e 9 SETEMBRO



Xana Rádio Macau

Que o rock não esgote o stock



O som e a luz do Palco «25 de Abril»

8



2/8/90 • Avante! / A festa!

Uma boa notícia Ultrapassados os 75 mil contos!

Os números que o gráfico nos mostra ainda o não referem, mas a Comissão Política já deu a boa notícia — ver 75 mil! Quer dizer esta boa notícia que já não falta tudo, que o meio caminho já está feito. Mas quer dizer também que ainda falta muito, que resta metade do caminho a fazer! Sendo já um êxito, a Campanha dos 150 mil contos continua, agora em ritmo mais acelerado, que já se concretiza. Há mesmo quem a projeta a sua realização. A Campanha, que tem estado a encontrar junto das camadas e de muitos amigos, uma aceitação que os números significativamente comprovam, e que mostra bem a compreensão da necessidade, para o Partido, de possuir um terreno seu onde a Festa do «Avante!» não volte a sofrer a procura de um local provisório, sujeita às contingências da dependência dos militantes das organizações do PCP, das iniciativas dos militantes, do seu empenhamento. Agora que foi ultrapassada a metade dos 150 mil, não é tempo de descansar. É tempo de, no momento em que muitas iniciativas se vão concretizando para a promoção da Festa, para a venda da ECP, para o trabalho no terreno a erguer a primeira Festa em terreno nosso, recolher novos contributos. Não esquecendo que uma das formas fundamentais da campanha é a aquisição de «Títulos de Participação».

Metade já está. Falta a outra metade. Vamos a isto!

Avante! com a campanha

ORGANIZAÇÃO		Porcentagem	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100
Distrito de	VILA REAL	41,08										
	BRAGA	24										
	VIANA DO CASTELO	64										
Regional do	PORTO	32,05										
Distrito de	CASTELO BRANCO	29,46										
	GUARDA	36,19										
	COIMBRA	10,52										
	AVEIRO	11,20										
	VISEU	41										
Regional de	SANTARÉM	21,70										
	LEIRIA	21,80										
	LISBOA	11,30										
Distrito de	SETÚBAL	30,33										
	ÉVORA	11,76										
	BEJA	24,46										
	PORTALEGRE	7,45										
Regional de	FARO	11,28										
	AGUAS	46,84										
	MADEIRA	11,83										
JCP	EMIGRAÇÃO	12,16										
	CENTRAL E DIVERSOS	18,45										
		62,37										
		59,24										

Total realizado até 27/7/90 - 74.729 433800

150
mil contos
para o Terreno
da festa

«La gran subasta»

Existem em espanhol duas palavras que igualmente se podem traduzir em português por *leilão*: *almoneda* e *subasta*. Para que não restem dúvidas sobre aquilo que pretende dizer sobre o que por cá se passa, o diário madrilenho «El País» (1/7/90) utilizou recentemente as duas para titular o mesmo artigo: em chamada de primeira página escreve-se «Portugal, en almoneda»; no artigo da página 16 anuncia-se «La gran subasta».

O arrogante e displicente texto que tais títulos fazem esperar é dedicado à privatização das empresas nacionalizadas portuguesas e apresenta, acima de todos os outros, um aspecto tão incomodativo quanto preocupante: dá o essencial da realidade.

O prof. Cavaco Silva diz que são «privatizações», «economia de mercado» e etc. O «El País», que não tem que ganhar votos em Portugal, não se preocupa com essas minudências e diz o que o prof. Cavaco Silva faz: pôr Portugal em leilão.

«La gran subasta».

*
* *

O facto de parcelas importantes do capital das empresas até agora vendidas pelo Estado ter ido parar às mãos de estrangeiros lançou para primeiro plano do debate nacional uma realidade para a qual de há muito o PCP vinha alertando. Podiam acumular-se citações, limitemo-nos a palavras quase com dois anos:

«A economia portuguesa está hoje numa encruzilhada. A prosseguir o leilão das empresas públicas, o controlo das alavancas fundamentais da vida económica nacional cairá sobre o domínio do grande capital e ficará dependente das decisões externas. E com a criação do chamado «Mercado Unico» as transnacionais, com superioridade em capitais, gestão e tecnologia não tardariam em dominar as empresas mais rendíveis e lucrativas. Ficariamos com uma economia subalterna e dominada no fundamental pelos centros do imperialismo.»

Isto afirmou o dirigente comunista Carlos Costa em Dezembro de 1988 na tribuna do XII Congresso do PCP.

Dois anos depois pode ler-se o presidente da Fundação Oriente, Carlos Monjardino, afirmar em tom lamentoso que a estrangeirização do capital das empresas privatizadas é uma inevitabilidade:

«Por muito que os grupos nacionais se espremem e se endividem, para irem às privatizações, não vão conseguir. Basta ter uma folha de papel e um lápis e fazer as contas para ver que não dá. Não é preciso ser economista para chegar a essa conclusão.» («O Jornal», 20/7/90)

Mas há economistas que parece partilharem este ponto de vista, embora dois anos depois. O ex-administrador do Banco de Portugal Walter Marques, em mesa-redonda recentemente promovida por um semanário («Semanário», 14/7/90) garante que «mais cedo ou mais tarde, se um grupo estrangeiro tiver muito interesse em tomar uma posição forte numa empresa, fá-lo-á. Ou através do mercado secundário ou através de testas de ferro.»

Na mesma mesa-redonda, o presidente da CIP, Pedro Ferraz da Costa, dois anos depois chega também a conclusões interessantes:

Se à transferência do poder político para Bruxelas que o projecto de união política necessariamente comporta adicionarmos também a transferência de propriedade, e logo de gestão, de parte tão significativa da nossa

economia perderemos completamente a possibilidade de sermos nós a decidir do nosso futuro.»

*
* *

Um aspecto que interessa sublinhar é que a *gran subasta* de Cavaco Silva não constitui de forma alguma uma imposição da política comunitária, uma inevitável decorrência da adesão à CEE, das proximidades do Mercado Unico ou de qualquer outra perspectiva europeia. Que o governo PSD tenha decidido pôr em leilão o sector nacionalizado da economia portuguesa é uma opção política que inclusivamente contrasta com outras orientações seguidas por outros e relevantes países da Comunidade.

Dados recentemente divulgados («Diário Económico», 25/7/90) indicam, por exemplo, que apenas no primeiro trimestre de 1990 as empresas francesas nacionalizadas ou controladas pelo Estado compraram participações em empresas europeias num valor praticamente idêntico ao de todo o ano de 1989: 17,42 milhões de francos naqueles três meses contra 18,72 milhões em 1989, o que representa 58% das operações deste tipo realizadas por empresas francesas, percentagem largamente superior ao peso das empresas nacionalizadas na economia de França.

A empresa responsável por este estudo, a Translink, não hesita em afirmar que estas operações «podem ser qualificadas como uma nacionalização da Europa pelo governo francês, mesmo se não for a intenção estratégica expressa pelas empresas ou pelo Governo». E a Translink sublinha ainda dois pontos de particular importância: por um lado, as empresas francesas cujo capital é controlado pelo Estado estão «ao abrigo das OPA's hostis vindas do estrangeiro» e, por outro lado, «o boom das compras francesas na Europa é devido ao «poder financeiro» das empresas nacionalizadas, empresas estas que elevam os seus capitais introduzindo na bolsa as suas filiais estrangeiras ou emitindo novos instrumentos financeiros que não põem em causa o seu estatuto público».

Independentemente das profundas diferenças de situação, esta orientação francesa (que aliás tem vindo a causar alarme na Grã-Bretanha, revelando vulnerabilidades do monetarismo thatcherista que modela a política cavaquista) comprova duas evidências: não só a existência e desenvolvimento de um forte sector estatizado é inteiramente compatível com a economia comunitária, como a sua utilização como instrumento de uma política económica nacional dinâmica e interveniente é da maior importância.

*
* *

O debate que se trava presentemente em torno do problema da estrangeirização da economia portuguesa mediante a tomada pelo capital estrangeiro de posições determinantes nas privatizações tem assim um primeiro dado da maior relevância: *toda a gente está de acordo que o problema existe.*

Não se trata de um aspecto de somenos importância uma vez que a direita governante e o grande capital português contestavam esta advertência que só o PCP fez.. Ou seja: o PCP tinha razão.

*
* *

Mais ainda, surgem vozes repetindo o que igualmente os comunistas defenderam e defendem com particular empenho: a absoluta necessidade de preservar a manutenção no sector nacionalizado de áreas estratégicas da economia portuguesa que permitem ao Estado português capacidade de intervenção e definição da economia portuguesa. O já citado Walter Marques afirma que «há que definir claramente quais os sectores que não devem sair da gestão do Estado» e defende o estabelecimento de acordos com empresários portugueses que fiquem obrigados por garantias contratuais a não alienarem empresas estratégicas que tenham adquirido. Carlos Monjardino vai mais longe:

«Quando se chega à conclusão de que há uma indústria estratégica que vai necessariamente cair nas mãos de estrangeiros, pura e simplesmente não se deveria privatizar. Mas o Estado continua a fazê-lo, o que é perfeitamente esquisito.» («O Jornal», id)

*
* *

O problema conduz por vezes a posições extremamente peculiares. Joaquim Aguiar, consultor do Presidente da República, (também participando na citada mesa-redonda) elabora o seguinte raciocínio:

«Por efeito da integração europeia e correspondente perda de soberania, o Estado português vai deixar de poder proteger artificialmente o mercado; consequentemente, o poder económico privado passará a ser a principal arma de soberania. As reprivatizações deveriam ser feitas com o propósito prioritário de endurecer e dimensionar os grupos económicos nacionais, mesmo que à custa de uma certa falta de transparência.»

Passando piedosamente por cima de todo este programa político que é a defesa de «uma certa falta de transparência», dificilmente se pode compreender este peregrino ponto de vista de que a soberania nacional fica identificada com os grandes grupos económicos. Como inovação é, aliás, frouxa, já lá vão várias décadas sobre o famoso «o que é bom para a General Motors é bom para os Estados Unidos».

O que Joaquim Aguiar defende pode contudo ser visto de um ângulo completamente diverso, como o foi, no debate em que aquela afirmação foi produzida, pelo director do ISLA do Porto, Pedro Arroja: «quando se fala de interesse nacional a propósito de privatizações, está-se sempre a proteger um pequeno grupo de interesses privados».

Solução, segundo Pedro Arroja: inexistência de qualquer limitação à penetração do capital estrangeiro...

Tal como se está a travar, este debate caminha para um perfeito impasse. No fundo, à luz dos pressupostos utilizados, toda a gente tem razão e ninguém a tem.

Os que afirmam que, no quadro actual do processo das privatizações, criar limitações à entrada de capitais estrangeiros nas empresas do leilão cavaquista é beneficiar grupos económicos portugueses têm evidentemente razão, tal como têm razão quando afirmam que esse

Resumo

25

Quarta-feira

Os deputados do PCP apresentam em conferência de imprensa um documento sobre uma visita que efectuaram às zonas mais atingidas pelos incêndios ■ O Primeiro-Ministro e Alberto João Jardim chegam a entendimento sobre o Estatuto da região autónoma da Madeira ■ Os trabalhadores da Carris decidem enviar uma carta aberta ao Primeiro-Ministro convidando-o a ver o ambiente degradado que se vive na empresa ■ O Banco de Fomento e Exterior anuncia um pacote de medidas destinadas a apoiar o investimento português no estrangeiro ■ A política sul-africana prende ao abrigo da lei de segurança interna, Mac Maharaj, membro do comité Executivo Nacional do ANC ■ O ministro da defesa britânico, Tom King, anuncia uma redução do programa militar do seu país, que inclui a diminuição de 18 por cento dos efectivos dentro de cinco anos.

26

Quinta-feira

O ministro da Indústria e Energia anuncia no Telejornal que o Governo decidira aumentar o preço dos combustíveis a partir das zero horas ■ A UGT e a CGTP-IN decidem adoptar uma posição convergente quanto a um acordo social global na próxima reunião do Conselho Permanente de Concertação Social ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros é recebido em Pretória pelo presidente da África do Sul ■ Forças da polícia militar do Estado de S. Paulo ocupam a pedido da administração uma fábrica da Ford, após a evacuação da mesma pelos grevistas ■ Os primeiros-ministros da Coreia do Sul e da Coreia do Norte anunciam que vão encontrar-se pela primeira vez no próximo dia 4 de Setembro, em Seul.

27

Sexta-feira

O PS e o PCP criticam o aumento do preço dos combustíveis decretado pelo Governo ■ A Assembleia legislativa aprova um projecto de lei que fixa em mil e duzentos contos a remuneração base do governador Carlos Melancia ■ O chefe de governo de Trindade e Tobago, Ray Robinson, e dois dos seus ministros são feridos durante o assalto à sede do Parlamento, efectuado por rebeldes muçulmanos ■ O ministro do Interior búlgaro demite-se enquanto centenas de pessoas se manifestam junto ao Parlamento contra a decisão de impedir a transmissão de um discurso televisivo do antigo presidente Todor Jivkov ■ O soviète supremo da Bielorrússia adopta uma declaração de soberania que estipula que a república reconhece a neutralidade e a desnuclearização do seu território ■ As duas câmaras do Congresso dos EUA votam a favor da imposição de sanções económicas contra o Iraque ■ Os países da OPEP chegam a acordo em Genebra para elevar o

preço mínimo do petróleo para 21 dólares.

28

Sábado

A Comissão Política do Partido Os Verdes reúne e acusa a eurodeputada Maria Santos de ser co-responsável por manobras golpistas destinadas a afastar do Conselho Nacional os que tinham opiniões diferentes das suas ■ O Primeiro-Ministro Cavaco Silva condiciona uma resposta favorável às reivindicações do Governo Regional dos Açores à perspectiva global para o território nacional e aponta os fundos comunitários como recurso privilegiado para o desenvolvimento insular ■ O líder histórico do ANC apela à comunidade portuguesa residente na África do Sul para que participe activamente no processo de paz ■ Alberto Fugimori é investido no Congresso de Lima nas suas funções de chefe de Estado peruano ■ Termina o Congresso Extraordinário do PAICV que elegeu o novo Conselho Nacional do partido, o qual por seu turno definiu a composição da Comissão Política, registando-se a saída de Aristides Pereira e a entrada de José Luís Fernandes ■ Os opositores de Lech Walesa no movimento Solidariedade anunciam em Varsóvia a formação do seu próprio partido ■ O primeiro-ministro soviético, Nikolai Rijkov, anuncia a privatização de cem empresas até Outubro, visando acelerar o processo de adopção de uma economia de mercado ■ O presidente interino de Trindade e Tobago decreta o estado de emergência no país depois de uma tentativa de golpe de Estado levada a cabo por um grupo de muçulmanos ■ Eduard Chevardnadze considera a URSS em condições de pedir adesão ao Fundo Monetário Internacional.

29

Domingo

O antigo chanceler austríaco, Bruno Kreisky, morre de madrugada num hospital de Viena ■ Travam-se violentos combates nos arredores de Monróvia, onde as forças rebeldes tentam desalojar as tropas governamentais que defendem o Presidente Samuel Doe ■ O chefe do governo jugoslavo, Ante Markovic, anuncia a criação de um partido reformador que concorrerá às primeiras eleições parlamentares livres ■ Lech Walesa declara perante o Comité Cívico que a Polónia está na cauda dos países de Leste quanto a reformas ■ A polícia italiana apreende alguns filmes difundidos pela televisão que implicavam a CIA em atentados bombistas perpetrados em Itália ■ É declarado sem efeito o referendo realizado na Hungria sobre a eleição presidencial ■ O presidente do Afeganistão deixa Cabul com destino à capital soviética numa viagem a convite do governo soviético.

30

Segunda-feira

Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP, afirma em conferên-

cia de imprensa, após reunião da Comissão Política, que o Governo está a assumir secretamente compromissos com a CEE em relação à integração europeia ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros, Deus Pinheiro, é recebido em audiência pelo presidente da Namíbia, Sam Nujoma ■ Durão Barroso, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, preside a uma reunião da comissão mista Portugal/Ordem Soberana de Malta ■ A Associação da PSP encontra-se com o ministro da Administração Interna para debater problemas da classe ■ Realiza-se uma greve de zelo convocada pelo Sindicato dos Quadros Técnicos, que teve uma adesão na ordem dos 98 por cento ■ O PS defende que se não for conseguida uma reforma de economia antes da adesão total à CEE, Portugal corre o risco de continuar a aproximar-se do Terceiro Mundo ■ A embaixada portuguesa em Rabat volta a ser invadida por centenas de marroquinos interessados em obter visto para visitar Portugal ■ O presidente do Banco Estatal da URSS critica a decisão do governo de legalizar a posse de divisas por parte dos cidadãos, que implicaria a circulação de outras moedas ao lado do rublo ■ A Albânia e a URSS anunciam o restabelecimento de relações diplomáticas, após mais de 30 anos de repressão, e a abertura de embaixadas nas duas capitais ■ O IRA é responsabilizado pelo atentado que vitimou o deputado conservador Ian Gow ■ Observadores soviéticos e americanos consideram que as eleições livres na Mongólia, que deram a supremacia aos comunistas, decorreram de acordo com as normas democráticas ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros espanhol declara que as relações entre Cuba e Madrid não se normalizarão enquanto não se solucionar a situação dos refugiados que se encontram na embaixada espanhola em Havana ■ As delegações dos governos das duas Alemanhas reunidas em Berlim-Leste, chegam a acordo quanto às principais normas que deverão reger as eleições pangermânicas.

31

Terça-feira

A segunda fase de privatização do Banco Totta & Açores rende aos cofres de Estado 22,3 milhões de contos ■ O presidente da Assembleia da República confere a posse a membros da Alta Autoridade para a Comunicação Social ■ O presidente do PRD considera que a actual divisão da riqueza nacional constituiu um escândalo para a Europa Comunitária ■ A Jugoslávia acusa a Bulgária de pretender expandir o seu território para o interior da sua república da Macedónia ■ É libertado Ray Robinson, primeiro-ministro de Trindade e Tobago, que fora feito refém pelos rebeldes muçulmanos ■ O Exército Republicano Irlandês reivindicou o atentado que vitimou o parlamento britânico Ian Gow ■ Delegações do Iraque e do Kuwait reúnem-se para tentarem encontrar uma solução para o contencioso fronteiriço e petrolífero levantado por Bagdad.

benefício poderia significar prejuízo do Estado e, por isso, do País.

Na verdade, a capacidade de penetração das transnacionais e grupos estrangeiros deriva exactamente de disporem de capacidade para *pagarem mais* pelas empresas à venda; se se criarem limitações à sua presença, beneficiando os grupos portugueses - mais frágeis e mais pobres - claro que o preço obtido pelas vendas será mais baixo, o Estado receberá menos.

Mas é evidente que também têm razão os que afirmam que a inexistência de quaisquer limites a esta penetração representa entregar o sector nacionalizado ao capital estrangeiro retirando ao País qualquer capacidade de definir a sua própria política económica.

Ou seja: defendendo os interesses nacionais contra a entrada do capital estrangeiro prejudica-se os interesses nacionais determinando uma menor receita do Estado; defendendo os interesses nacionais garantindo as maiores receitas possíveis ao Estado prejudicam-se os interesses nacionais pondo em perigo a independência e capacidade de decisão do País.

Quando uma política conduz um País a um dilema em que qualquer das opções é má, só há uma conclusão a tirar: a política está errada.

*
* *

O prof. Cavaco Silva resolveu fazer, há duas semanas, uma intervenção sobre a questão. Como é de esperar, não se lhe conhecendo dotes que lhe permitissem resolver a verdadeira quadratura do círculo engendrada pela sua política de privatizações, resolveu arranjar um bode expiatório: a culpa é, imagine-se, dos portugueses que compram parcelas das empresas leiloadas e depois as vendem a estrangeiros... Quando o próprio Governo se prepara para aumentar de 30 para 40% a percentagem de acções que *legalmente* o capital estrangeiro pode obter directamente nos leilões é, no mínimo, hipócrita.

O problema, como é óbvio, está noutro sítio. A efectiva contradição que existe é entre a política de privatizações do Governo Cavaco Silva e o interesse nacional *visto seja de que ângulo for*: do ângulo dos interesses nacionais, do ângulo do desenvolvimento económico. Porque a própria defesa dos lucros do Estado com este negócio nada tem a ver com os efectivos interesses de desenvolvimento do País. É o próprio Carlos Monjardino quem afirma que *«por razões políticas, as empresas estão a ser vendidas porque se tem que fazer muito dinheiro nos tempos mais próximos»*.

Não é alienando estruturas produtivas e de intervenção económica e financeira em benefício da arrecadação de milhões de contos que o Estado pode assegurar o desenvolvimento económico do País. Por detrás desta almoeda do património nacional perfila-se a necessidade do Governo e do PSD disporem de recursos financeiros que lhes permitam desencadear uma gigantesca campanha eleitoral através dos próprios ministérios - como já se está a assistir.

Quando de tantos sectores se erguem vozes apontando os impasses a que a política de Cavaco Silva está a conduzir o País, ganha particular relevo a afirmação feita há uma semana pela Comissão Política do PCP: *a única medida que defende o interesse nacional é a suspensão do actual processo de privatizações*.

Avante!
Proletários de todos os países - UNI-VOS!

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido
Comunista Português. Rua Soeiro
Pereira Gomes - 1699 - Lisboa
CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua
Sоеiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa
CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
EDITORIAL «AVANTE!», SA
Rua de São Bernardo, 14, 2.º
1200 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00
CRC matricula: 47059
NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livrelra,
SARL. Serviços Centrais:
Av. Santos Dumont, 57 - 2.º -
1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 - 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º
- 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

ALTERAÇÕES
DE ÚLTIMA HORA
Das 22 às 2 horas - Tel. 90 00 44

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 - Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Rua de São Bernardo, 14, 2.º
Tel. 67 01 93
Porto - Rua do Almada, 18-2.º
Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 -
4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra
Tel. 28394

Composto e Impresso na Heská
Portuguesa - R. Elias Garcia, 27
Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Comunicado da Comissão Política

As últimas medidas do Governo — aumentos de preços e demagogia

1. A Comissão Política do PCP, reunida em 30/07/90 analisou a situação política, nomeadamente as últimas medidas do Governo.

Os aumentos do preço do pão (consequência da sua liberalização), dos combustíveis (em resultado de uma política fiscal iníqua) do tabaco e de outros produtos de consumo corrente, reforçam a exigência pública, apresentada pela Comissão Política do PCP na sua última reunião, de um aumento intercalar do salário mínimo nacional e das pensões e reformas.

2. A Comissão Política do PCP analisou igualmente as declarações do Primeiro-Ministro relativas ao aumento do crédito à habitação e à suspensão do pagamento da portagem na Ponte 25 de Abril durante o mês de Agosto, cujo anúncio visou diminuir o impacto negativo na opinião pública dos aumentos dos preços.

A Comissão Política do PCP chama a atenção para o facto de que quando se aproximam períodos eleitorais o Governo aparece a tomar medidas e a prometer a solução de problemas sociais entre os quais avulta o da habitação. A verdade, porém, é que passadas as eleições assiste-se à permanência das carências habitacionais e das dificuldades no acesso ao crédito.

A prática do Governo é bem clara neste aspecto. No ano de 1987, ano de eleições, a «torneira» do crédito foi aberta e aumentou cerca de 50% em relação a 1986. Em 1988, 1989 e 1.º semestre do ano corrente, o Governo tornou a cortar o crédito à habitação, reduzindo-o a valores nominais inferiores aos de 1986.

No sector da habitação é bem manifesta a política anti-social do Governo. **Nunca na década de 80 se construíram tão poucos fogos para habitação como durante os governos de Cavaco Silva:** uma média de **32 000 fogos/ano** no quadriénio 1986/89, bastante abaixo da média de **37 000 fogos** nos 6 anos imediatamente anteriores. É a verdade dos números oficiais que desmente a propaganda governamental.

Neste âmbito, realça-se o facto de a promoção de construção de habitação social ter sido reduzida a zero pelo Governo de Cavaco Silva, sendo certo que grande parte da população portuguesa com carências habitacionais, nomeadamente jovens, não tem níveis de rendimentos que lhes permita o acesso à aquisição de habitação própria ou aos actuais preços de mercado praticados no arrendamento.

A Comissão Política do PCP recorda que o Governo obteve da sua maioria na Assembleia da República uma autorização legislativa que lhe permite a alteração de praticamente toda a legislação relativa ao arrendamento urbano (desde a possibilidade dos contratos a prazo até ao regime de transmissão da habitação), nada obstante a que possa ser aplicada aos contratos de arrendamento actuais. Face à gravidade de tal possibilidade, para a qual a Comissão Política alerta a opinião pública, o PCP promoverá o pedido de declaração de inconstitucionalidade de tal autorização legislativa logo que ela seja publicada.

3. A Comissão Política do PCP considera que o problema do défice habitacional em Portugal é um dos mais graves problemas sociais, que não pode estar dependente dos ciclos eleitorais de qualquer Governo. Por outro lado, a experiência nacional e internacional mostra que esse problema só pode encontrar solução no quadro de uma política global para a habitação (desde a luta contra a especulação de terrenos até à política de crédito), e na acção convergente dos sectores público, privado e cooperativo na promoção da construção da habitação, quer para aquisição de habitação própria quer para arrendamento.

4. A Comissão Política do PCP chama a atenção da opinião pública para o facto de o Governo continuar a governamentalizar as questões da integração em manifesto prejuízo dos interesses nacionais. **O Governo tem vindo a definir orientações e a assumir compromissos, secretamente,** sem prestar qualquer informação à Assembleia da República e às suas comissões especializadas procurando assim eximir-se ao controlo democrático.

A Comissão Política do PCP entende que o Governo, nomeadamente através do seu ministro das Finanças já deveria ter informado a Assembleia da República, os partidos da oposição e a opinião pública sobre a sua posição acerca do **relatório do Comité Monetário** apresentado oralmente, no passado dia 23, pelo seu presidente M. Scarcinelli, consagrado aos aspectos económicos da UEM, bem assim como o **estado dos trabalhos relativos ao futuro organismo comum** dos bancos centrais,

(chame-se ele Eurofed ou não), nomeadamente sobre os seus estatutos, apresentado numa reunião, pelo presidente do Comité dos Governadores dos Bancos Centrais M. Pohl.

Estes dois documentos respectivamente do **Comité Monetário e dos Governadores estarão no centro dos debates da sessão** informal que os ministros das Finanças terão nos dias **7 e 8 de Setembro em Roma** e que constituirá uma etapa fundamental da preparação da Conferência Intergovernamental sobre a UEM.

Perante a importância das questões em jogo, coesão económica e social, entrada do escudo no mecanismo cambial do SME, abolição das fronteiras fiscais, a Comissão Política do PCP encarrega o Grupo Parlamentar de pedir com urgência a comparencia do ministro das Finanças na Assembleia da República para prestar as devidas informações.

5. No mesmo sentido, a Comissão Política do PCP considera que o ministro da Agricultura deverá consultar as organizações da lavoura face às importantes negociações que se vão desenvolver relativas à segunda etapa do nosso período de transição em relação à Política Agrícola Comum (PAC).

O ministro da Agricultura deve também dar informações sobre a reunião do Conselho Agrícola de 24 deste mês, nomeadamente sobre os aspectos agrícolas do Uruguay Round do GATT e suas eventuais consequências para Portugal e sobre a posição do Governo Português acerca das medidas adoptadas nos últimos meses para controlar as receitas e despesas da PAC, após as críticas do Tribunal de Contas.

6. A Comissão Política do PCP entende ainda alertar os trabalhadores, os sindicatos e os industriais ligados ao sector têxtil, bem assim como os órgãos do Poder Local das regiões de maior localização desta indústria para o secretismo por parte do Governo acerca do modo como estão a decorrer as negociações do desmantelamento do acordo multifibras e sobre os aspectos da CEE à modernização desta indústria.

Não pode deixar de se considerar inquietante a adopção pelo Senado Americano, em 17 do corrente mês, do projecto de lei sobre artigos de vestuário e calçado, introduzindo quotas globais tendo por objectivo limitar as importações destes produtos ao nível actual mais 1% do ano, precisamente quando decorrem as negociações no seio do GATT.

A Comissão Política do PCP entende que o Governo Português deverá exigir da Comissão da CEE, a maior firmeza perante uma legislação abertamente proteccionista e ter em conta este facto face à entrada progressiva do sector têxtil no GATT.

7. A Comissão Política do PCP considera que **na Reunião do Grupo Coligação de Esquerda, que vai ter lugar nos dias 3 e 4 de Setembro no Alvor**, para debater a União Económica e

Monetária e a União Política e a intervenção na sessão de Setembro do PE, os deputados comunistas portugueses no Parlamento Europeu deverão preparar iniciativas que dêem concretização prática ao princípio da coesão económica e da coesão social; propostas efectivas em relação aos problemas da terceira idade dando conteúdo às acções preparatórias do **«ano de solidariedade entre gerações» decretado para 1993**, que não pode servir para esconder o deserto de propostas concretas por parte da Comissão: prestar, ainda, uma particular atenção à evolução do acordo multifibras no quadro do GATT, bem assim como da preparação do Orçamento para 1991.

8. A Comissão Política apreciou com preocupação a situação criada pelos incêndios que devastaram largas zonas, especialmente, nos distritos de Coimbra, Viseu, Santarém, Leiria e Castelo Branco, provocando perdas de vidas e prejuízos materiais incalculáveis.

O PCP manifesta a sua activa solidariedade às populações mais atingidas; responsabiliza o Governo pela persistente carência de medidas preventivas e de meios de combate aos incêndios; insiste na necessidade de o Governo declarar o estado de calamidade nas zonas mais devastadas; reafirma o propósito de prosseguir e tomar iniciativas para que se adoptem adequadas medidas de protecção ao património florestal nacional.

9. A Comissão Política do PCP chama ainda a atenção da opinião pública para a primeira cimeira mundial para as crianças que a **ONU organiza em 29 e 30 de Setembro**.

Nomeadamente num país onde permanecem as chagas do trabalho infantil e se violam flagrantemente os direitos da criança, esta cimeira deverá merecer das instituições e das organizações de solidariedade social uma especial atenção.

A Comissão Política do PCP relembra a acção desenvolvida pelos comunistas com o objectivo de debelar a injustiça social que é o trabalho de menores, e encarrega o seu Grupo Parlamentar de apresentar no início da próxima sessão legislativa um projecto de lei contendo as bases de uma Carta Nacional dos Direitos da Criança.

10. Por último a Comissão Política inteirou-se da preparação da Festa do «Avante!» a realizar em 7, 8 e 9 de Setembro no nosso espaço da Atalaia, bem como dos resultados da Campanha dos 150 000 contos, congratulando-se com o elevado nível do programa político-cultural da Festa e com a ultrapassagem dos 75 000 contos na campanha para a compra do terreno.

A Comissão Política exorta os militantes para que se empenhem nas tarefas que permitam assegurar a perspectiva existente de êxito da Campanha dos 150 000 contos e da Festa do «Avante!», grande realização popular de massas, afirmação ímpar no panorama político, cultural e artístico do nosso País.

Reafirmado na visita de Joaquim Miranda

Urgem os apoios à agricultura açoriana

Joaquim Miranda, deputado do PCP ao Parlamento Europeu, deslocou-se durante mais de uma semana à Região Autónoma dos Açores a convite da organização do Partido da ilha das Flores, que promoveu a deslocação e a que, naturalmente, se associou a DORAA do PCP, tendo por objectivo central discutir os problemas agrícolas da Região no contexto da integração na CEE.

A visita centrou-se particularmente nas ilhas de Flores e Corvo — onde se deslocou pela primeira vez um eurodeputado — tendo ainda Joaquim Miranda tido oportunidade de estar em S. Miguel, Terceira e Faial, cumprindo um programa recheado e, segundo as suas

palavras numa breve conversa com o nosso jornal no dia da chegada a Lisboa, «bastante frutuoso e de grande utilidade, não só para apresentar as nossas propostas como para ouvir directamente os agricultores expondo as suas opiniões e falando dos seus problemas». As particulares dificuldades das Flores e Corvo, dada a sua situação de «periferia das ultra-periferias», o problema das quotas do leite e a urgente necessidade de canalizar para a Região auxílios comunitários, foram algumas das questões mais em foco, nesta visita do eurodeputado comunista, que manteve ainda diversos encontros com as principais autoridades regionais. ➔

aTalhe deFOICE

Distracções

Já se sabe que é sempre assim.

Geralmente distraídos, os portugueses ficam literalmente de cabeça no ar, quando as temperaturas sobem.

Partem para férias.

Distraem-se. Ou ficam distraídos.

Isto é o que parece pensar Cavaco Silva. Honra lhe seja feita, o mérito não é apenas seu. A gente lembra-se de outros governos, de outros nomes, de outros verões. Em que, na distração enalorada que preside às praias e a outros lazeres, os governos de direita ou a ela ligados, aproveitam para... trabalhar. E cumprir as suas funções. Melhor seria dizer, cumprir com mais afinco — é por isso que têm piscinas dentro de portas — a missão que o grande capital, nacional e estrangeiro, lhe confia.

Vai daí, aumentam os preços. A bem da nação, como depois explicam pela televisão. Apanham o português nas curvas da estrada e vá de aumentarem, por exemplo, os combustíveis. Apanham o português em vilgiatura e, como o sabem distraído com os preços exorbitantes do turismo, aumentam o preço do pão, e o turista deve ficar a pensar que o pão do Algarve é mais caro que no resto do país. E, seguindo a máxima que diz que o sono é meio sustento, acham que as férias são uma saúde inteira. Porque não aumentarem os preços dos medicamentos?

Mas porque nem todos vão de férias, é preciso continuar a distraí-los. O Governo, auxiliado por várias companhias criadas para esses fins de diversão — RTP, jornais, etc. — não descarta da distração dos portugueses. É certo que o faz todo o ano, não vão eles lembrar-se de coisas tristes, como o desemprego — que afinal já não se chama assim, tomando o nome a prazo de precariedade — o salário que não pede meças à inflação, a saúde que é uma doença, a habitação que mete água no inverno, a escola que está fechada para obras, e outras realidades de que mais vale a gente esquecer-se.

Com a chegada dos calores, em vez de descansar, o Governo acorda mais, torna-se mais vigilante e diligente. Toca a distrair quem trabalhou o ano inteiro, quem trabalhou pode agora dançar, que as pessoas não são formigas. E quem não vai de férias tem também direito ao seu quinhão de dança. Abre a televisão e assiste a milhentos concursos, todos extremamente interessantes e inteligentes. Culturais, não sei se estão a entender. E que fazem o telespectador acreditar na sorte. A sorte ainda vai bafejá-lo a si, se pagar a taxa. Ou se mandar as cartas pra cima e pra baixo a preceito. Ou se, um, dois, três, acertar na charada que simpaticamente lhe contam. Você vai ter a sua oportunidade.

Mas se não estiver em maré de concursos, assista a um programazinho violento. Há para todos os gostos e para todos os continentes que, como se sabe, precisam de ser vigiados, se estiverem a leste ou a sul deste mundo. E você fica a saber uns truques — defesa pessoal, tiroteio, suborno de funcionários venais e até receitas práticas de fabricação de bombas.

Mas suponhamos que você não alinha em concursos. Nem é especial apreciador de aventuras ginasticadas.

Então por que não ver os anúncios, todos fresquíssimos? E aquele, o mais fresco de todos, que lhe garante, em azulito típico, que os portugueses são benvindos a... Portugal? Que você, apesar de ter decidido ficar em casa, ou a trabalhar num biscate enquanto aguarda um emprego — pura embirração lusitana —, tem à sua espera, é só querer, uma estância de veraneio à medida do seu bolso? Ao que parece, os estrangeiros estão agora menos interessados nos nossos preços — se eles os acham incomportáveis é porque são probrezinhos, como se sabe, o crescimento económico cavaquista é um milagre que deixa para trás toda a CEE. Portanto, o lugar está feito para si. Vá de férias, homem!

Mas, pronto, você não está interessado em férias. Não será por isso que deixará de ficar sem distração. Pode perfeitamente dar um pulo aí a uma das matas que ainda restam, ir ver o incêndio. O Governo encarrega-se de tomar as medidas necessárias para que não faltem incêndios, pelo menos durante ainda um par de anos. Agora até recusou satisfazer as exigências dos guardas florestais, gente que poderia diminuir-lhe o prazer de distrair-se com as altas chamadas. Também não quer? Embirração sua.

Então leia jornais. Há sempre distração possível. Um exemplo: o «Correio da Manhã» ainda anteontem publicava um grosso título, a dizer que os «salários subiram 14%»...

Tem muito por onde se distrair.

■ LM

2

2/8/90 • *Avante!* / Semana

Reafirmado na visita de Joaquim Miranda

Urgem os apoios à agricultura açoriana

«Demos particular importância, nesta nossa deslocação, aos problemas que se verificam nas Flores e Corvo», explicou-nos Joaquim Miranda, «dado serem a periferia da ultra-periferia, com problemas ainda maiores que as restantes ilhas da Região; daí termos ficado lá mais tempo».

Um tempo que, só nas Flores e Corvo, permitiu audiências com os presidentes das Câmaras de Santa Cruz, Lages e Corvo, visitas de cumprimentos aos jornais «As Flores» e «Jornal do Ocidente», uma reunião de trabalho com a Associação Agrícola das Flores uma visita a uma fábrica de lacticínios e diversos colóquios subordinados ao tema «A agricultura açoriana face à adesão à CEE e ao Mercado Único Europeu» realizados na Casa do Povo dos Cedros, na Fajã Grande, na Fazenda de Santa Cruz, na Casa do Povo da Fazenda das Lajes e no Corvo, no Lugar do Outeiro; nesta última Joaquim Miranda destacou a presença quase maciça da população — surpresa, aliás, constante na generalidade dos encontros com os agricultores, que acorreram sempre em número significativo o que, por si só e como também realçou o eurodeputado comunista, «evidencia a preocupação e desejo de informação dos agricultores açorianos face aos problemas colocados pela adesão à CEE».

Entretanto a agenda da visita foi de tal modo rica e diversificada que se pode depreender que o eurodeputado comunista quase nem teve tempo de apreciar a extraordinária beleza das ilhas açorianas; com carácter, digamos, mais institucional, Joaquim Miranda encontrou-se com Mota Amaral, presidente do Governo Regional e com o Ministro da República, Ro-

cha Vieira, reunindo depois com todos os Grupos Parlamentares da Assembleia Legislativa Regional e com diversas Câmaras (concretamente Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, na ilha Terceira, Santa Cruz e Lages, nas Flores, e ainda o Corvo).

Para além disso o eurodeputado comunista encontrou-se com associações de agricultores de todas as ilhas onde esteve (na Terceira o encontro com jovens agricultores, promovido pela respectiva organização, mobilizou mais um surpreendente número de participantes), visitou fábricas de lacticínios no Faial e em Santa Cruz das Flores, teve diversos contactos com a Imprensa Regional e as rádios locais, com entrevista a abrir o telejornal do dia 23 e outras concedidas à RDP/Açores, à LUSA e a vários jornais e rádios locais e participou em colóquios em S. Miguel, Faial (com cobertura da televisão), nas Flores e no Corvo, sem falar nos inúmeros contactos individuais que também teve oportunidade de manter.

É preciso ir a Bruxelas

«Esta visita», disse-nos Joaquim Miranda, «foi, além do mais, extremamente oportuna, dado ter-se realizado na altura em que se inicia a implementação de um novo programa da Comunidade para as regiões ultraperiféricas, o REGIS, estando em discussão a possibilidade de adopção de medidas específicas para os Açores e Madeira; os encontros giraram à volta destes problemas e das medidas específicas para os Açores no âmbito da intervenção comunitária». E acrescentou: «Há uma atenção muito grande neste momento por parte dos agricul-

tores em relação a estas questões, a par de muitas preocupações que nos foram, aliás, transmitidas». E enumerou-as:

«Por um lado estamos a entrar na segunda etapa do período de transição sem que tenham sido dados os passos necessários nem aproveitados suficientemente os fundos comunitários para o desenvolvimento da agricultura dos Açores, onde subsistem grossos problemas como os altos preços dos factores de produção, a ausência de métodos expeditos que ultrapassem a questão da falta de contratos de arrendamento (o que impede o acesso a alguns fundos comunitários), a falta de caminhos de penetração, juros muito elevados (que penalizam os agricultores que fizeram investimentos em gados ou máquinas), atraso na reconversão e/ou construção de equipamentos essenciais como matadouros e fábricas de lacticínios (particularmente grave no caso das Flores e Corvo), ineficientíssima informação aos agricultores por parte dos serviços regionais, para além das questões que se levantam ao nível nacional e comunitário, como seja o reconhecimento da especificidade da economia açoriana e a necessidade de medidas especiais nomeadamente no campo dos transportes».

Em relação a esta última questão — a necessidade de medidas específicas para os Açores — o eurodeputado comunista expressou, aliás, aos grupos parlamentares regionais a opinião de que seria oportuna a deslocação a Bruxelas de uma ampla delegação parlamentar regional, neste momento em que se está a discutir a adopção de medidas específicas para os Açores, sugestão que mereceu o acolhimento favorável da generalidade dos grupos

parlamentares da Assembleia Regional.

O caso da quota

O problema da «quota do leite» — anunciada oficialmente durante a visita — animou particularmente os encontros de Joaquim Miranda com os agricultores açorianos, tendo o eurodeputado comunista considerado grave «a adopção da quota no momento em que a agricultura açoriana — que depende essencialmente da indústria leiteira — não está preparada (pelas razões atrás citadas) nem na melhor fase de desenvolvimento».

O eurodeputado estranhou mesmo a euforia tanto do Governo Regional como do Governo central em relação às quotas definidas, «uma vez que representam apenas uma possibilidade global de 17% de aumento e de 20% para os Açores»; ora «já hoje a produção açoriana representa este nível de percentagem no conjunto da produção nacional, não havendo, por isso, qualquer novidade»; atendendo à grande dependência agro-pecuária da economia açoriana, seria necessário um aumento de produção de pelo menos 40% para que as coisas se revitalizassem. E Joaquim Miranda concluiu:

«Não se entende assim a euforia com que o Governo central e o Governo Regional encaram as quotas atribuídas; sabendo-se que as quotas são uma limitação à produção do leite, é caricato que o Governo Regional se apresente como vencedor em relação ao Governo central e que este se apresente como vencedor relativamente à CEE. A verdade é que estamos hoje condicionados, limitados na produção de leite e, por isso, todos perdemos, quer a nível nacional quer a nível regional».

Resultado da política cavaquista

Desertificação atinge Pias

Uma desertificação que não pára de crescer e que é acompanhada pelo envelhecimento da população, dificuldades nos transportes e nos cuidados de saúde e falta de investimetno a nível empresarial, eis alguns dos problemas que de forma mais aguda continuam a fazer-se sentir no Alentejo.

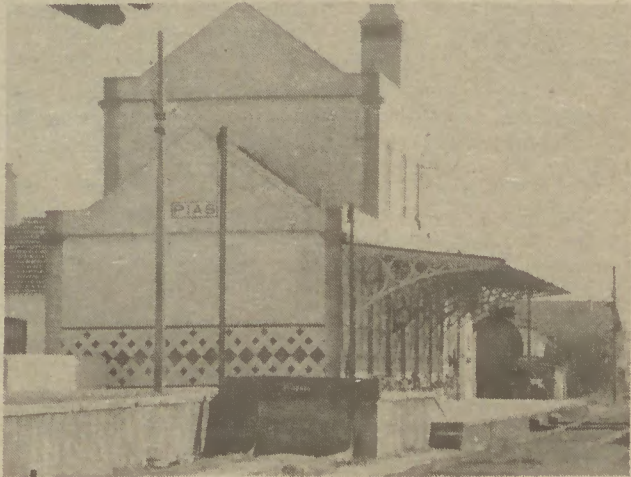
No caso particular da Vila de Pias, os problemas mais sentidos não diferem deste quadro geral, cuja responsabilidade é imputada em larguíssima medida do alheamento e desprezo com que o actual Governo do PSD continua a encarar aquela vasta região.

Disto mesmo se deu conta o deputado comunista Manuel Filipe numa visita recentemente realizada àquela localidade, justamente por ocasião da passagem do primeiro aniversário da elevação de Pias à condição de vila, promoção administrativa efectua-

da em resultado de um projecto de lei apresentado nesse sentido pelo Grupo Parlamentar do PCP.

De entre os problemas que mais afectam a população de Pias, recenseados pelo deputado comunista nos contactos que estabeleceu com entidades locais, avulta a eminente desertificação da zona, como atesta o facto de só nos dois últimos meses à data da visita cerca de 300 trabalhadores terem sido obrigados a partir para a Suíça devido ao desemprego que grassa na região em consequência da política em curso de destruição da Reforma Agrária.

A partida dos jovens para o Algarve ou para o estrangeiro em busca do trabalho que não encontram na sua terra —, acentuando assim drasticamente o envelhecimento da população —, constitui outro dos problemas que hoje atinge aquela vila do



Baixo Alentejo, relativamente ao qual não se vislumbram medidas do Poder Central que contrariem esta tendência.

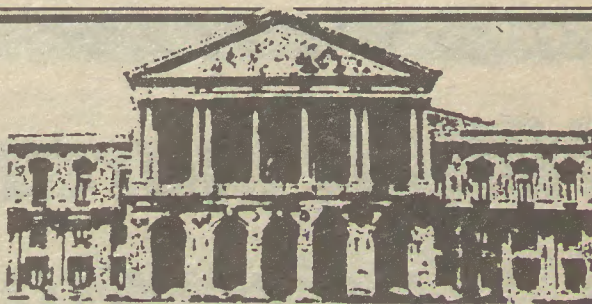
De acordo com uma nota do Gabinete de Imprensa do Grupo Parlamentar comunista, Manuel Filipe teve ainda ensejo de constatar as dificul-

dades hoje sentidas pela população de Pias no plano dos transportes — resultado da supressão de horários do transporte ferroviário —, dificuldades que são extensivas aos cuidados de saúde, neste caso devido à falta de pessoal que tem originado um funcionamento irregular do Centro de Saúde.

Assembleia da República

Com uma actividade sem paralelo

Deputados comunistas prestam contas do seu trabalho



Uma intensa actividade sem paralelo em qualquer outro partido no plano da produção legislativa da Assembleia, desenvolvida num quadro adverso marcado pela governamentalização e pela postura acrítica e bloqueadora da maioria, tal é em traços gerais o balanço da acção dos parlamentares comunistas na 111 Sessão Legislativa, cujos trabalhos em plenário se encontram interrompidos para férias até Setembro próximo.

Desta rica e diversificada intervenção dos comunistas no Parlamento — a que fizemos já desenvolvida referência nas páginas do «Avante!» em edições anteriores — se voltou a falar nos últimos dias a propósito de algumas reuniões de balanço efectuadas pelos deputados comunistas nos respectivos círculos eleitorais que os elegeram.

Foi o caso dos círculos eleitorais do **Porto, Évora e Setúbal** distritos onde nas duas últimas semanas os parlamentares comunistas prestaram publicamente contas da sua actividade.

Porto

No âmbito da acção do Grupo Parlamentar do PCP, os **deputados eleitos pelo círculo do Porto**, para além da sua participação na actividade geral do GP, desenvolveram uma significativa e intensa actividade na defesa do desenvolvimento da região e pela resolução dos problemas mais prementes da população, quer através da apresentação de projectos-lei e outras iniciativas legislativas, quer de requerimentos e de intervenções no plenário da AR na sequência das muitas visitas, reuniões e outros contactos que estabeleceram com as mais diversas entidades do distrito.

Foi através da voz dos deputados comunistas do Porto que foram levados e levantados na AR importantes problemas dos trabalhadores e das mulheres do distrito a saber: a crescente repressão patronal e o escândalo do trabalho infantil; a reestrutur-

ração do sector têxtil; as questões da habitação e da recuperação dos Centros Históricos do Porto e de Gaia; a defesa do ambiente e o combate à poluição; o atraso na construção das obras do nó ferroviário do Porto e das ligações rodoviárias, nomeadamente o adiado lançamento da nova ponte do Freixo, promessa agora retomada por Cavaco Silva mais uma vez em vésperas de eleições; os problemas da saúde e das principais unidades hospitalares do grande Porto e do interior do distrito; as deficiências na rede escolar e o acentuado abandono e insucesso escolar; a vida cultural do Porto, incluindo as dificuldades financeiras dos grupos de teatro e outros organismos culturais; e também a denúncia das irregularidades do processo de reprivatização do JN.

Estiveram igualmente presentes na AR, pela intervenção dos deputados do PCP elei-

tos pelo círculo do Porto, as questões do desenvolvimento da região e as necessárias formas institucionais que melhor sirvam esse objectivo. Destaque para o processo da regionalização e a criação da Área Metropolitana do Porto (AMP), com a apresentação de um projecto de lei próprio. Os deputados do PCP eleitos pelo círculo do Porto tomaram também a iniciativa relativamente aos financiamentos indispensáveis ao desenvolvimento da região, seja com base na inscrição de verbas no OE, seja através dos programas operacionais previstos no Quadro Comunitário de Apoio e outros financiamentos europeus para apoio à população do país e da região face ao impacto do mercado único, tendo em conta a realidade social e económica da região, onde os sectores tradicionais da têxtil, do calçado, da agricultura e da pesca dispõem de um peso muito significativo.

Releva merecer ainda a aprovação recente dos projectos-lei do PCP que permitiram a criação de 3 novas cidades no distrito do Porto (Valongo, Ermesinde e Felgueiras) e da Vila de Barrosa/Felgueiras, esperando que na próxima sessão legislativa, sejam aprovados os projectos de lei do PCP que prevêem a elevação a cidade de Gondomar e S. Mamede de Infesta, a criação de algumas novas vilas e freguesias, a criação de um Museu do Trabalho do Porto, do Museu Mineiro de S. Pedro da Cova e da Escola de Saúde Pública do Porto, entre outros projectos do PCP.

Os deputados comunistas eleitos pelo círculo do Porto, retomaram os contactos com

a realidade e a população do Distrito, com relevo para os recentes programas de visitas à sub-região do Vale de Sousa (Câmaras de Felgueiras e Paredes, União Sindical de Felgueiras, delegação escolar de Paredes, Sindicato da Construção Civil e outras) e às principais unidades hospitalares e de saúde (CHVN Gaia, HS. João e CH Vale de Sousa, entre outras), programas que ainda estão em curso.

Setúbal

O contributo que deram para levar ao Parlamento as realidades da região, dando assim voz às aspirações dos trabalhadores, dos agentes económicos e sociais, de todos aqueles que residem, trabalham e dão vida ao distrito de Setúbal, foi, por sua vez, um dos aspectos realçados no encontro com os jornalistas pelos deputados comunistas eleitos por aquele círculo eleitoral.

Para tanto, foi sublinhado, utilizaram todos os meios ao seu alcance (requerimentos, intervenções, perguntas ao Governo, projectos de lei), tendo sido dada particular importância às questões do desenvolvimento e ao problema das acessibilidades, de que se destacaram:

- A implementação da Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal;
- A intervenção proferida no Plenário da AR sobre a situação actual dos transportes da região de Lisboa e travessamento da Ponte 25 de Abril no qual apresentámos propostas que considerámos prioritárias para a melhoria das condições de vida da população;
- A prioridade absoluta à **construção do tabuleiro inferior da Ponte** — para transporte rápido de massas, sobre carril, tipo metropolitano ou eléctrico rápido;
- A **construção de uma nova ponte sobre o Tejo** partindo do vértice da CREL ou da CRIL (Sacavém ou Alverca) ligando a Alcochete/Montijo com funções rodoviárias e ferroviárias.
- A **melhoria dos transportes fluviais**, com a criação de novas carreiras Barreiro/Cais do Sodré, Trafaria/Algés, Trafaria/Alcântara e o reforço dos existentes, Cacilhas/Cais do Sodré, Praça do Comércio/Barreiro e Cacilhas, Montijo/Lisboa.

Na **área do ambiente**, por seu turno, a defesa do meio ambiente como tarefa de quem vive e trabalha, no distrito de Setúbal foi tema de uma intervenção proferida no Período Antes da Ordem do Dia.

Os deputados comunistas tomaram igualmente posição na AR **contra o alargamento do Campo de Tiro de Alcochete** e requeremos ao Governo esclarecimentos sobre a recuperação da Baía do

Seixal, o futuro da Lagoa de Albufeira, a classificação de zona adjacente na área da Várzea de Setúbal, o Complexo Cerealífero da Trafaria, a expansão do porto de Lisboa para a margem sul, a recuperação da Zona Ribeirinha do Sado em Alcácer do Sal e os estudos sobre o impacto ambiental e paisagístico na região relacionados com a pretensão governamental de instalar unidades de tratamento e incineração de resíduos tóxicos e perigosos.

Destaque mereceu igualmente a actividade dos deputados comunistas do distrito com vista à **melhoria da rede escolar e do ensino**.

Na **área da Saúde** a intervenção dos deputados do PCP incidiu sobre a grave situação das unidades de Saúde dos concelhos do Barreiro e de Almada, da Quinta do Conde em Sesimbra, de Santo André em Sines e ainda sobre o Hospital Ortopédico do Outão e os Hospitais de Sesimbra, Setúbal, Alcochete e Santiago do Cacém, enquanto nas questões sócio-laborais, a nota de destaque vai para os requerimentos apresentados ao Governo sobre a situação dos trabalhadores administrativos do porto de Setúbal, a situação dos pescadores de Sesimbra e Costa da Caparica-Trafaria, as restrições à aplicação do Plano de Emergência, o funcionamento do Centro de Dia para Idosos em Alvalade-Sado, a situação dos trabalhadores da Torralta e os reformados da CP.

Uma palavra ainda para a situação dos tribunais, também objecto de idêntica iniciativa, designadamente o Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal e o Tribunal Judicial da Comarca do Barreiro, havendo ainda a registar, na área cultural a intervenção produzida sobre a Academia de Dança Contemporânea de Setúbal, o requerimento apresentado sobre a situação do Museu de Arqueologia e Etnografia e a proposta sobre a biblioteca municipal do Seixal.

Évora

Um balanço comparativo da acção dos deputados comunistas com a dos restantes partidos com assento parlamentar, foi, por seu turno, o primeiro aspecto para o qual os deputados eleitos pelo círculo de Évora chamaram a atenção dos jornalistas presentes na conferência de imprensa em Évora.

Os números são suficientemente esclarecedores a este respeito — o PCP entre intervenções, iniciativas legislativas, requerimentos agiu por 48 vezes na 111 Sessão Legislativa, enquanto o PSD se ficou por uma única acção (um requerimento) e o PS não se deu por ele, não tomando qualquer iniciativa

—, valendo sobretudo pela demonstração do empenho dos eleitos comunistas na resolução dos problemas da região e das suas populações.

Foram assim produzidas intervenções sobre a criação da Região de Turismo de Évora, sobre o apoio ao Centro Cultural de Évora e ao Cendrév, sobre o Alqueva e o Desenvolvimento do Alentejo, sobre os prejuízos causados pelos temporais aos agricultores, sobre a defesa e promoção do montado de sobro e outras espécies de lento e médio crescimento; em defesa da Reforma Agrária, entre outras.

Quanto aos projectos-lei, uma referência especial para a defesa e valorização dos Tapetes de Arraiolos, que tem já um parecer muito favorável, aprovado por unanimidade na Comissão de Educação, Ciências e Cultura: sobre o Seguro Agrícola de Colheitas; de eliminação das discriminações que pesam sobre os rendeiros e os produtos de leite no acesso aos fundos comunitários; de prevenção, detecção e combate aos fogos florestais.

Em matéria de **requerimentos e interpelações ao Governo**, os temas de maior destaque tiveram a ver com o financiamento à Associação de Municípios para a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Distrito; o pagamento das dívidas ao IGHAPE à CM Évora e CM Reguengos de Monsaraz; a promoção das rochas ornamentais e dos vinhos de qualidade nos mercados externos; o traçado do IP7 e a construção das vias de acessibilidade de sub-regionais no interior do Alentejo; a prestação de cuidados de Saúde no Distrito e o Centro de Saúde de Estremoz; o apoio à olaria e aos oleiros reclamando condições para a extracção de barro de qualidade e a isenção de IVA; o Plano de Desenvolvimento Regional; a não constituição e instalação do Conselho Regional Agrário do Alentejo; a defesa de estações arqueológicas no distrito; o pagamento de juros devidos pelo Estado a cooperativas de habitação; a gestão e a distribuição de água aos agricultores na Barragem da Vigia.

Tendo como centro das suas preocupações os problemas do desenvolvimento do Distrito e do Alentejo, os parlamentares comunistas congratularam-se ainda por terem sido, no quadro dos contactos com os agentes económicos e sociais da região e da actividade da Assembleia, a «força mais empenhada» na implementação de iniciativas concretas visando um futuro de progresso social e na crítica à actual situação de bloqueio do desenvolvimento do Alentejo cuja responsabilidade imputam por inteiro ao Governo de Cavaco Silva.

As despesas dos governantes

As despesas efectuadas pelos responsáveis governamentais e por membros dos seus gabinetes foram objecto de um requerimento subscrito por vários parlamentares comunistas no qual se indaga sobre o valor das despesas de representação e ajudas de custo que lhes foram pagas desde o início do corrente ano.

Dirigido ao Primeiro-Ministro ao abrigo dos dispositivos regimentais, o requerimento solicita também informações quanto aos encargos suportados pelo Orçamento do Estado desde o início do ano com a divulgação e publicidade da acção e medidas do Executivo, número de assessores e respectivos encargos anuais, despesas de deslocação no País e ao estrangeiro por Ministério e secretaria de Estado, discriminação dos meios de transporte ao dispor do Governo e ainda despesas com «aquisição de serviços não especificados» realizadas pelos gabinetes de cada um dos membros do Governo.

Ao tomar esta iniciativa, para o PCP, trata-se de proceder ao cabal esclarecimento das medidas que o Governo estará a adoptar com vista a conseguir poupanças nos gastos públicos da sua competência, analisando simultaneamente a possibilidade da sua adaptação às despesas da Assembleia da República.

É que, recorde-se, no âmbito da campanha pública recentemente desencadeada pelo Governo centrada na contenção de dotações inscritas no OE para 1990, Cavaco Silva enviou uma carta ao Presidente da Assembleia da República recomendando a este órgão de soberania uma contenção das suas despesas, gesto do Primeiro-Ministro que foi acolhido com estranheza, uma vez que parece esquecer o facto de ter sido o Parlamento, por sua própria iniciativa, a adoptar desde o início do corrente ano uma política dessa natureza, designadamente nas despesas com deslocações dos deputados.

DORAA marca para Outubro 4.º Congresso Regional

A Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP decidiu marcar para 27 e 28 de Outubro, em Ponta Delgada, o 4º Congresso Regional do Partido. O plenário da DORAA, que reuniu a 14 e 15 de Julho na Horta, analisou a situação política regional, salientando que «é por demais evidente a profunda incapacidade do Governo Regional do PSD para enfrentar e resolver os grandes problemas regionais da actualidade».

Para a mudança - um Partido necessário é a palavra de ordem do Congresso dos comunistas açorianos. Foi estabelecida como regra de representatividade a eleição de um delegado por cada 20 mil habitantes, garantindo entretanto a representação de todas as ilhas. O período de eleição dos delegados e debate interno vai de 24 de Setembro a 24 de Outubro.

O plenário da direcção regional elegeu uma comissão organizadora do Congresso, formada por nove dos seus

membros, e aprovou um regulamento para a eleição dos delegados e um conjunto de normas para a realização de um amplo debate, «essencial para a definição das orientações específicas regionais do PCP» - informou a DORAA, num comunicado que divulgou no final da sua reunião plenária.

Um Governo esgotado

«Sem capacidade de diálogo efectivo e útil com os

órgãos de soberania, sem capacidade de alterar orientações que já se revelaram inadequadas, sem capacidade, até, de dar andamento a muitas orientações por ele próprio estabelecidas, o actual Governo Regional é um Governo esgotado, sem projecto, sem motivação, sem competência nem vontade de encarar novas soluções que são urgentes» - constata o organismo de direcção da organização do Partido na Região.

Analisando as possibilidades de ser construída uma alternativa de poder na Região, os comunistas açorianos salientam que é necessária «uma ampla abrangência social e política que integre as várias vertentes do descontentamento existente e que perspetive actuações que tenham como pano de

fundo uma preocupação pela justiça social que tem estado totalmente ausente da política do Governo Regional e que, no quadro partidário existente, apenas é explícita e clara nas propostas do PCP/Açores», cujo contributo é indispensável.

O plenário da direcção regional do Partido analisou ainda o processo de revisão do Estatuto, o «despropósito» e inoportuno agravamento das relações entre o Governo Regional e o Governo da República, o caso ZOFRAM (reclamando do Presidente do Governo Regional a imediata demissão do actual Secretário Regional da Economia, Mário Fortuna).

A DORAA sublinha que «assume extrema gravidade a forma passiva como o Governo Regional e colaborante como o PS, nomeadamente através do deputa-



As quotas leiteiras atribuídas a Portugal pela CEE, tal como a liberalização das tabelas aduaneiras, representam sérios riscos para a agro-pecuária açoriana, o sector de maior potencial e valor económico da Região (na foto, uma vasta área de pastagens na Ilha Terceira)

do europeu Cunha de Oliveira, vêm encarando o processo relativo à definição de quotas leiteiras»; para o PCP «o regime que melhor defenderia o desenvolvimento regional seria um regime de isenção de quotas para os Açores, possível à luz das disposições que reconhe-

cem as especificidades da agricultura portuguesa, sendo de admitir também como posição alternativa uma derrogação do prazo para estabelecimento das quotas até 1996».

Os comunistas propõem uma série de medidas urgentes para o sector agro-pe-

cuário, anunciam que vão apresentar na ALR um projecto de decreto legislativo para aplicação de acréscimos salariais na Região, e manifestam a sua solidariedade aos trabalhadores da saúde que lutam por horários de trabalho iguais aos que vigoram no Continente.

PCP reafirma posição em defesa da autonomia

«Nem as falsificações, nem as fantasiosas elocubrações da Presidência do Governo Regional podem escamotear a inquestionável posição do PCP de defesa da autonomia das regiões autónomas no quadro da Constituição e ao serviço das suas populações» - afirma o gabinete de imprensa do Partido num esclarecimento que, com pedido de divulgação, enviou ao director do «Jornal da Madeira» na semana passada, em resposta ao comunicado de Alberto João Jardim emitido no dia 24 de Julho.

Comentando diversas acusações ao PCP contidas no comunicado da Presidência do Governo Regional da Madeira, o gabinete de imprensa afirma:

1. Com o óbvio propósito de confundir e enganar a opinião pública da Região Autónoma da Madeira, a Presidência do Governo Regional da Madeira, o gabinete de imprensa afirma:

mente a posição divulgada pela Comissão Política do PCP na passada segunda-feira.

2. Com efeito, nada no texto divulgado pelo PCP autoriza ou consente a acusação lançada pela Presidência do Governo Regional de que o PCP «incitava o Governo da República a posições de maior dureza contra as autonomias políticas dos Açores e da Madeira» e de que «para o Partido Comunista, os governos insulares constituem "inimigo principal", mesmo em comparação com o Governo da República».

3. O que, muito diferentemente, se afirmou no comunicado da Comissão Política do PCP foi que o PCP «reprova, tanto qualquer chantagem feita com o objectivo de obter novas transferências do Orçamento do Estado para pagamento de vultuosas dívidas das regiões autónomas (...), como atitudes de pendor centralista do Governo da República», e que «reprova igualmente com toda a firmeza a ligeireza e a irresponsabilidade com que os dirigentes do PSD (nacionais e regionais) transformam as suas divisões e intrigas partidárias em questões de Estado, com manifesto prejuízo para os interesses das populações dos Açores e da Madeira, da estabilidade política do País e do prestígio das instituições da República e das regiões autónomas».

4. Finalmente, cumpre sublinhar que nem as falsificações nem as fantasiosas elocubrações da Presidência do Governo Regional podem escamotear a inquestionável posição do PCP em defesa da autonomia das regiões autónomas no quadro da Constituição e ao serviço das suas populações.

Braga com mais eleitores tem menos um deputado

Apesar de ter aumentado o número de eleitores recenseados, o distrito de Braga elegerá nas próximas eleições menos um deputado, em resultado do acordo PS/PSD na revisão constitucional. A Comissão Distrital do PCP, que reuniu sábado passado para analisar a situação política e social e fazer o balanço da Festa da Alegria, alerta para os perigos desta redução, «que tem como objectivo facilitar a bipolarização e impedir a eleição de deputados comunistas» - como se afirma numa nota divulgada à comunicação social.

A Distrital de Braga do Partido considera que a realização da 11ª Festa da Alegria «correspondeu às expectativas criadas junto dos comunistas e todos os amigos da Festa e, apesar das dificuldades do momento, serviu para demonstrar àqueles que

venção e combate aos incêndios florestais («Caso contrário, dentro de alguns anos o Minho não será verde, mas sim castanho»), a CD de Braga defende o encerramento ao trânsito automóvel da fronteira na Portela do Homem «como medida de salvaguarda do único parque nacional existente no País», o da Peneda-Gerês.

A política seguida pelo Governo do PSD em relação à indústria têxtil e à do calçado, previne o organismo de direcção do PCP no distrito de Braga, «vai provocar na região o encerramento de várias empresas e o despedi-

mento de milhares de trabalhadores no período pós-férias». A Distrital saúda os trabalhadores que participaram nas últimas jornadas de luta, em particular na semana pelas 40 horas, e a «importante vitória» alcançada pelos trabalhadores da Grundig, com a melhoria das regalias sociais.

Apela, por fim, à participação na Festa do «Avante!», lembrando que estão a ser organizadas excursões a partir de Braga, Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Barcelos, devendo os interessados dirigir-se às sedes do Partido no distrito.

Defender Peneda-Gerês

Exigindo a implementação de meios adequados de pre-

apregoam o fim do Partido Comunista Português o erro da sua análise».

Jorge Araújo em São Pedro da Cova:

Contra ventos e marés há que lutar

«A esses camaradas que sentem mais o peso do desânimo e da perturbação, temos de lhes lembrar o sentido da luta que eles próprios têm travado, no Partido e com o Partido, por ideais que foram, são e continuarão a ser justos; temos de lhes lembrar que, contra ventos e marés, essa luta é necessária e a sua participação nela é indispensável» - afirmou o camarada Jorge Araújo, da Comissão Política do CC do PCP, ao intervir no passado domingo na Festa da Unidade, em São Pedro da Cova.

Depois de expor as conclusões da última reunião do Comité Central sobre as próximas eleições para a Presidência da República e para a AR, aquele dirigente do PCP

abordou o papel dos comunistas no actual momento:

«É negável que vivemos uma etapa histórica que fechou um conjunto de expe-

riências não conseguidas, de formas esgotadas de construção do socialismo em diversos países da Europa. É negável que a crise é enorme e que as proporções do abalo que percorre o movimento comunista são muito profundas.

«Uma tal situação coloca grandes problemas políticos e ideológicos, instala em muitas consciências dúvidas, incertezas e interrogações ainda sem resposta. Levamos mesmo alguns camaradas a passarem do desgosto com-

preensível e legítimo a atitudes de desânimo, de apatia e até de descrença.

«Mas não têm razão esses camaradas. Na evolução da sociedade não há alternativa ao socialismo. O movimento comunista atravessa um período de recuo, um período de enormes dificuldades, é certo, mas há-de recuperar energias, há-de relançar-se nos caminhos da história, anulando os processos revolucionários que prosseguirão e que há-de ganhar novos impulsos.»

Acordo contra os direitos dos bancários

O acordo colectivo de trabalho assinado na semana passada entre os representantes das instituições de crédito e os sindicatos dos bancários do Centro e do Sul e Ilhas consagra a supressão de direitos conquistados há anos e com duras lutas, tais como o descanso ao sábado, a estabilidade num local de trabalho e organização dos trabalhadores, entendem as organizações de bancários comunistas dos distritos de Lisboa e Porto, que divulgaram as suas posições à comunicação social e se afirmam dispostas a prosseguir o combate em defesa dos interesses da classe.

O Documento Final das Negociações - que foi rejeitado em Conselho Geral Extraordinário pelo Sindicato dos Bancários do Norte - estabeleceu uma tabela salarial com aumentos abaixo dos valores da inflação, reduz os direitos dos trabalhadores («com quebra imediata da actividade sindical e das comissões de trabalhadores», refere o executivo do organismo de direcção dos bancários do PCP no Porto), liberaliza as transferências de trabalhadores para outras localidades, facilita o escalonamento dos horários de trabalho entre as 8 e as 20 horas, incluindo sábados, reduz as garantias em eventuais processos disciplinares e extingue o subsídio de função.

Os bancários comunistas do Porto denunciaram no seu comunicado o objectivo dos representantes patronais, do Governo e do PSD: «espartilhar o mais possível as relações de trabalho nos bancos, retirando direitos e impondo mais e mais deveres aos bancários, como forma de os tornar mais submissos e, assim, ser mais fácil o assalto à Banca pelo grande capital».

No comunicado do organismo de direcção de Lisboa refere-se o papel dos TSDs na negociação do acordo, como trunfo do Governo: «enquanto por palavras consideravam o acordo "execrável" e "o pior dos últimos 12 anos", não só nada fizeram para o evitar como, pelo contrário, o viabilizaram» no Conselho Geral do Sindicato do Sul e Ilhas.

É fortemente criticado pelos bancários comunistas o comportamento do PS e dos seus dirigentes sindicais na negociação do ACTV e na atitude de sindicatos onde os socialistas têm posições determinantes. «É com desgosto e comungando até da indignação de inúmeros trabalhadores socialistas e social-

democratas que nos deparamos com a total capitulação dos dirigentes sindicais socialistas», diz-se no comunicado da organização portuguesa, que comenta: «Mais uma vez se prova que nos momentos cruciais o PS põe na gaveta as suas belas declarações e vira as costas aos trabalhadores, para se aliar de facto à direita».

«Há milhares e milhares de bancários apreensivos quanto ao futuro» - constata a direcção dos bancários do PCP em Lisboa. - «Pensando na evolução da sua situação socioprofissional, face à nova realidade criada, não deixaram de pedir contas a quem assim os expôs perante tão poderosos adversários» - conclui o comunicado.

Os bancários comunistas sublinham que os trabalhadores da Banca têm o direito de exigir que os dirigentes sindicais defendam efectivamente os interesses da classe; enquanto a organização de Lisboa afirma que os membros do PCP «vão continuar em todas as frentes onde estão, prosseguindo o combate em defesa dos interesses dos seus companheiros de trabalho, no comunicado do Porto precisa-se que no imediato esta defesa implica «rasgar o acordo da vergonha e pôr fim à submissão aos ditames do Governo».



Guerras pessoais em Cabeceiras de Basto

As guerras pessoais e de grupo entre o PS e o PSD em Cabeceiras de Basto tem apenas como motivação proveitos políticos, pois os grandes problemas do concelho ficam de fora e sem solução - afirma a comissão coordenadora da CDU, que reuniu no dia 24 de Julho e analisou a política autárquica concelhia.

Para a CDU, o PSD, que está há vários anos à frente dos destinos de Cabeceiras de Basto, é «o principal responsável pelo encerramento da Linha do Tâmega, pela não existência do mercado municipal, pelo adiamento da escola secundária, pela falta de uma política desportiva e cultural e de apoio à defesa dos baldios, assim como ao desenvolvimento da agricultura.

O PS, que tem três vereadores no executivo municipal, «não se pode divorciar da actual gestão, pois nas frestas onde tem a maioria a sua gestão não difere em nada da gestão do PSD», além de ser responsável, com o PSD, pelas sucessivas gestões camarárias.

Na nota distribuída à comunicação social a Coligação afirma que «se o PS estivesse verdadeiramente interessado em resolver os problemas do concelho teria, juntamente

com a CDU, estabelecido um acordo eleitoral para derrotar o PSD e desenvolver Cabeceiras de Basto».

«Com a intervenção e participação da CDU nos órgãos autárquicos seria diferente» - conclui a nota.

Vila de Cerva

A Comissão Concelhia de Ribeira de Pena do PCP, em conjunto com o Grupo Parlamentar do Partido, prossegue uma acção com vista a que seja valorizada Vila de Cerva, que sejam defendidos os interesses e anseios dos seus habitantes e que seja definitivamente consagrado o esta-

tuto de vila desta povoação. «Embora haja legislação que data de 1934-35 apontando no sentido da povoação de Cerva ter o estatuto de vila, a verdade é que a população não a conhece, nem os órgãos autárquicos locais a conhecem, ou pelo menos não vêem consagrado este título em parte nenhuma, nomeadamente em nenhum mapa aparece qualquer indicação nesse sentido, o que tem levado a população a reclamar o reconhecimento da sua terra como vila» - diz o deputado comunista António Mota, numa carta-requerimento que enviou ao Ministério da Administração Interna sobre o caso.

Camaradas Falecidos

Fernando Luís dos Santos

Igualmente em Alenquer, faleceu o camarada Fernando Luís dos Santos. Tinha 63 anos e foi um destacado militante do Partido no tempo da clandestinidade e exemplo de dedicação.

João José

Faleceu recentemente o camarada João José, de 68

anos, natural de Olhão, onde residia. Membro do Partido desde 1982, integrou a comissão de bar do centro de trabalho de Olhão, desempenhando com dedicação, ao longo destes anos, as tarefas de funcionamento do CT. A Comissão Concelhia lamenta a morte do camarada e apresenta à família enlutada sentidas condolências.

Amílcar Brilha Pereira

Em Alenquer faleceu o camarada Amílcar Brilha Pereira, de 56 anos.



Vai prosseguir a luta contra o alargamento do campo de tiro de Alcochete (na foto, um pormenor do cordão humano em 22 de Abril)

Acções contra o campo de tiro vão continuar

Câmaras municipais e uniões de sindicatos concluíram ser necessário continuar a lutar para que não se concretize o alargamento do campo de tiro de Alcochete.

Numa reunião realizada na passada quinta-feira nas instalações da CM do Montijo foi criado um secretariado coordenador das actividades a desenvolver, do qual fazem parte as câmaras do Montijo e de Alcochete e as uniões de sindicatos dos distritos de Lisboa e Setúbal.

Foi decidido efectuar em meados de Novembro uma deslocação ao Parlamento Europeu de representantes de autarquias, do movimento sindical, de grupos ecológicos, de individualidades e movimento pacifistas e de órgãos de comunicação social, uma iniciativa a que foi dado o nome de autocarro da paz e solidariedade.

A União dos Sindicatos de Setúbal, numa nota que distribuiu à imprensa na véspera da reunião no Montijo, que, juntamente com os presidentes das câmaras do Montijo, de Alcochete e de Benavente, teve um encontro a 24 de Julho com o secretário-geral adjunto do PCP e deputado ao PE, Carlos Carvalhal, a quem foi entregue um dossier do seminário sobre as consequências económicas do alargamento do campo de tiro, iniciativa que decorreu em Benavente a 23 de Junho.

Greves de 1943 assinaladas em Alhos Vedros

Em Alhos Vedros foi assinalado no dia 28 de Julho o 47º aniversário das greves de Julho-Agosto de 1943, iniciativa levada a cabo pelo núcleo da URAP do concelho da Moita, pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Corticeira do Sul e pela comissão de trabalhadores da GEFA.

Na concentração junto à estação dos caminhos-de-ferro estiveram representantes de comissões de trabalhadores, comissões de moradores, colectividades e órgãos do poder local do concelho. Também ali compareceram elementos da União dos Resistentes Antifascistas Portugueses dos concelhos do Barreiro e Montijo, que se associaram assim à comemoração de mais um aniversário de uma importante batalha que muito contribuiu para o fim da ditadura salazarista.

Na concentração intervieram dois elementos da URAP, um membro da direcção do Sindicato dos Corticeiros, o presidente da CM da Moita e outros democratas que viveram as greves de 1943 na margem Sul do Tejo.

Foram recebidas várias saudações e foi aprovada uma moção em defesa da unidade e da convergência das forças democráticas. «A experiência política dos trabalhadores da margem Sul do Tejo, adquirida nas greves de Julho-Agosto de 1943 e em tantas outras lutas de carácter económico-reivindicativo e político, mostra que a luta contra o inimigo comum só é vitoriosa quando as diferentes forças atingidas se apoiam e convergem na obtenção daquilo que é o objectivo de todas essas forças» - refere a moção, aprovada por unanimidade.

Trabalhadores

CGTP e UGT aprovam declaração conjunta

Delegações da CGTP-IN e da UGT, reunidas na passada quinta-feira na sede da Intersindical Nacional, aprovaram uma declaração conjunta em que se reafirmam disponíveis para um processo de negociação séria de um «acordo social de médio prazo», considerando contudo que o PESAN é «insuficiente nuns aspectos e inadequado e mesmo inaceitável noutros».

Numa primeira parte, a declaração, que tem um total de 4 páginas, constata alguns traços da situação social e económica e perspectivas da sua evolução, começando por referir que «a actuação firme e decidida do movimento sindical torna-se dia a dia mais necessária face ao agravamento das desigualdades sociais, ao surgimento de novas formas de pobreza, à persistência da exploração do trabalho infantil, ao agravamento da precariedade do emprego pelo recurso a formas cada vez mais perversas de contratação e à impune violação das normas legais ou contratuais reguladoras das relações de trabalho».

A conjuntura de crescimento económico - refere a declaração - «não tem beneficiado a maioria dos trabalhadores, que, nos últimos dois anos, viram diminuir ou quando muito manter-se o

poder de compra dos seus salários, enquanto a inflação continua descontrolada, e sem contrapartida de avanço noutras áreas, como a da redução do tempo de trabalho, a da formação, da higiene, segurança e saúde ocupacional e a dos direitos de participação». A CGTP e a UGT defendem que «não é possível nem justificável pedir aos trabalhadores novos e maiores sacrifícios, antes devendo começar a partilhar os benefícios do crescimento económico para o qual têm contribuído mais do que ninguém».

O documento aprovado na primeira reunião das duas organizações efectuada fora do âmbito do Conselho Permanente de Concertação Social regista que «nalgumas áreas, como a da redução do tempo de trabalho, algumas vitórias têm sido alcançadas ao nível sectorial e de empresa, e noutras,

como a da Segurança Social, o 14º mês para os reformados, reivindicado pelo movimento sindical, foi finalmente alcançado. Também na negociação colectiva, com particular ênfase para o sector privado, foi possível, nos dois primeiros trimestres, conquistar aumentos das tabelas salariais, em média ponderada, superiores a 14 por cento». Estes factos, sublinha-se na declaração conjunta, «demonstram que vale a pena lutar» e que o movimento sindical «tem de ser reforçado».

Uma segunda parte refere o que CGTP e UGT acordaram quanto a acções a desenvolver, nomeadamente no que refere à redução e organização do tempo de trabalho (definindo como «objectivo prioritário» a luta pela semana de 40 horas como horário máximo nacional consagrado na lei), à reforma do sistema de Segurança Social e a salários e política de rendimentos.

«A UGT e a CGTP prosseguirão a realização de consultas visando o desenvolvimento, com maior eficácia, destes objectivos, quer no quadro da negociação de um acordo social global, quer na negociação colectiva» - conclui a declaração.

Combustíveis mais caros Mas o Governo poderia baixar os preços

O Orçamento Geral do Estado para 1990 fixa os valores mínimos do imposto sobre os produtos petrolíferos (ISP) e 70 escudos para gasolinas e 35 para gasóleo. Isto significa, como afirma um documento emitido pela Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica e Gás, que desde o princípio do ano, teria sido possível, mesmo cumprindo os limites mínimos do OGE, baixar os preços ao consumidor já que o ISP tem apresentado valores significativamente superiores aos que foram orçamentados pelo Governo.

Para que haja uma ideia da elevada comparticipação deste imposto nas receitas do OGE é de referir que este recebeu cerca de 195 milhões de contos, em 1989, referentes à cobrança do ISP das gasolinas e gasóleo, e que de Janeiro a Abril deste ano já arrecadou cerca de 75 milhões de contos.

A evolução dos preços do petróleo bruto nos mercados internacionais, nos últimos meses, tem sido no sentido de uma queda sensível dos preços — passou de 19 dólares/barril em Janeiro deste ano para 14,81 dólares/barril em Abril — e, segundo as agências internacionais especializadas em análise do mercado petrolífero é previsível que os preços se mantenham mais ou menos estáveis nos próximos meses em cerca de 16 dólares/barril, mesmo tendo em atenção as tentativas dos países membros da OPEP em concertarem uma política de preços mais ajustada, relativamente aos seus mercados.

Portugal tem continuado a beneficiar de forma significativa da favorável conjuntura externa, na qual o petróleo tem um peso relevante, dada a forte dependência do país relativamente aquela fonte energética.

Assim, tomando como exemplo a gasolina super sem chumbo verificamos que o respectivo imposto sobre os produtos petrolíferos (ISP) passou de 58,194/litro, em Julho de 1989, para 76,536/litro em Abril deste ano, isto é, o imposto teve um aumento de 31,5 por cento.

Dava a evolução positiva do preço do crude seria possível e desejável, caso hou-

vesse vontade política deste Governo uma diminuição dos preços dos produtos petrolíferos a curto prazo, note-se que o próprio secretário de Estado da Energia admitia tal hipótese, há pouco mais de um mês.

Por outro lado, devido à nossa economia ser muito dependente do petróleo, a baixa do preço dos combustíveis constituiria uma medida positiva, possível e necessária à dinamização das actividades económicas e para a melhoria das condições de vida das populações.

CGTP-IN: inaceitável

O aumento verificado no preço dos combustíveis terá como consequência uma pressão sobre a subida geral do nível de preços e consequentemente vai tornar os valores da inflação, em 1990, ainda mais distantes das metas definidas pelo Governo para este ano com as inevitáveis consequências negativas sobre os rendimentos dos portugueses e, particularmente, dos trabalhadores, considera a CGTP-IN num comunicado divulgado à imprensa.

Por outro lado, a central sindical qualifica de inaceitável que o preço de um bem, como os derivados do petróleo, elemento fulcral no custo de produção de muitas empresas, consequentemente da formação de grande parte dos preços de mercado, seja visto como um meio para colmatar as receitas orçamentais do Estado, nomeadamente quando a lógica é encetar uma política eleitoralista.

PCP comenta

O gabinete de imprensa do PCP emitiu uma nota sobre o aumento dos preços dos combustíveis, em que afirma que «depois do aumento do tabaco e de outros produtos de consumo corrente, o Governo em época de grandes deslocações de férias brindou os portugueses com mais um aumento do preço dos combustíveis».

A justificação oficial apresentada pelo ministro da Indústria — aumento das receitas fiscais do Estado — põe em relevo a duplicidade da política fiscal do PSD. Por um lado, alarga permanentemente os benefícios e isenções fiscais aos grupos económicos e à actividade especulativa e financeira, bem evidentes no pacote fiscal aprovado pelo Governo e pelo PSD na Assembleia da República no passado dia 10 de Julho. Por outro lado, e para compensar a perda de receitas gerada por esses benefícios, aumenta os impostos que incidem sobre produtos de largo consumo e que, directa ou indirectamente, atingem toda a população.

Para além de mostrar mais uma vez a profunda injustiça da política fiscal do Governo, a razão invocada para a medida agora tomada, trás também à luz do dia o agravamento da evasão e fraude fiscal neste ano corrente, em especial no âmbito do IVA, bem assim como, os escândalos dos perdões de dívidas fiscais (cujo exemplo mais recente é o do concedido a uma empresa implicada no processo de contrabando — «Aveiro Connection»).

O aumento de preços de bens de grande consumo, a política fiscal e orçamental evidenciam cada vez mais uma acção governativa que se traduz pelo clientelismo, negociado, acentuação das desigualdades e es-

banjamento de uma conjuntura externa globalmente favorável.»

Crédito à habitação

Num outro comunicado, o gabinete de imprensa considera que, «sem prejuízo de uma mais detalhada análise das medidas agora anunciadas e dos seus efeitos práticos, pode com relativa segurança prever-se que, tal como tem acontecido no passado, de novo milhares de cidadãos farão a dolorosa experiência de acorrerem aos balcões das instituições de crédito especializadas para aí concluírem tristemente que, apesar das modificações anunciadas, a obtenção de crédito para aquisição de casa própria continua fora do alcance do seu nível de rendimentos, devido a traduzir-se em encargos mensais absolutamente incomportáveis para os respectivos orçamentos familiares. É óbvio que o Governo do PSD confia em que a expressão desta soma de frustrações e desilusões individuais não conseguirá ter a repercussão em termos de comunicação social que os seus anúncios demagógicos facilmente obtém.

No momento em que o Governo, insistindo em medidas desinseridas de uma verdadeira política integrada de habitação, lança mais uma operação de maquiagem da sua verdadeira política, é oportuno lembrar que, fruto da política restritiva do Governo, os pedidos de crédito à habitação baixaram em 1989 mais de 35% e que em finais de 1988 este mesmo Governo, alterando inopinadamente o regime de bonificações, massacrou literalmente dezenas de milhares de titulares de empréstimos com a duplicação e por vezes a triplicação das suas prestações mensais.»

AEP quer aplicar *lay-off* a 99 trabalhadores

A poucos dias do período de férias da maioria do pessoal, a administração da Automática Eléctrica Portuguesa, empresa do grupo Centrel que se dedica à produção de centrais telefónicas, anunciou na semana passada que pretende aplicar a 99 pessoas a suspensão dos contratos de trabalho. Esta decisão foi fortemente contestada num plenário realizado na sexta-feira e num encontro dos trabalhadores com a comunicação social - ao qual, vá-se lá perceber porquê, só compareceu a reportagem do «Avante!».

Para os membros dos organismos representativos dos trabalhadores da AEP esta decisão enquadra-se na via do desmantelamento desta unidade industrial de Cabo Ruivo. A suspensão dos contratos é agora anunciada, como toda a reestruturação que levou a que fossem destruídos cerca de dois mil postos de trabalho desde 1986 e a que fossem criadas outras empresas (com outras condições de emprego) à custa da AEP, para possibilitar a *viabilização* da empresa, segundo a administração.

Não é essa a interpretação dos trabalhadores: «**Ainda há três semanas falavam abertamente no encerramento, e agora vêm dizer**

que isto é para viabilizar!», comentaram à nossa reportagem membros dos ORTs. Referiram ainda que na empresa está a ser necessário fazer horas extraordinárias «até às tantas», há trabalho aos sábados e domingos, há trabalhadores a quem foi pedido para não irem de férias.

«**Aos accionistas e administração não interessa a viabilização da empresa, antes a utilizam na intenção de colherem benefícios fiscais**» - acusam os trabalhadores numa resolução aprovada no plenário de sexta-feira, depois de lembrarem outros traços que caracterizam a situação na AEP e a política da administração, nomeadamente o aliciamento à venda

do posto de trabalho, usando como arma a intimidação e o alarmismo; o alargamento do recurso à sub-contratação nas mais diversas formas, incluindo o trabalho domiciliário; a inactividade forçada imposta a pessoas que são colocadas numa situação degradante e humilhante; a constante delapidação do património da empresa e a retirada de trabalho, impedindo mesmo que o executem trabalhadores colocados em inactividade forçada.

Caso a administração mantenha o propósito de aplicar o *lay-off* - que abrange um membro da CT, outro da comissão intersindical e dois dirigentes sindicais, bem como deficientes e trabalhadores com *baixa* - ficou decidido no plenário que os 99 trabalhadores que a administração pretendem suspender se vão concentrar a 5 de Setembro, às 11 horas, junto das instalações da AEP para decidirem as acções que vão desenvolver. Os representantes dos trabalhadores vão, desde já, accionar os devidos mecanismos legais para impedir as suspensões.

Internacional

RDA/RFA

Acordo para as eleições de Dezembro

Reunidas em Berlim-Leste, delegações dos governos das duas Alemanhas chegaram a uma posição de acordo quanto às principais normas que vão reger as eleições em todo o território da Alemanha, previstas para 2 de Dezembro.

Na base dos acordos alcançados, o projecto de lei eleitoral será apresentado a 8 de Agosto na Câmara do Povo (Parlamento da RDA) e no Bundestag (Dieta Federal da RFA).

Os acordos não foram ainda divulgados, mas entendimen-

tos parciais entre os partidos políticos da RDA e da RFA, permitem definir, nas suas grandes linhas, o quadro em que se vão desenrolar as eleições — proporcionais, num único território eleitoral (todo o território alemão) e segundo um mesmo escrutínio.

A questão que entretanto mais desacordos gerou, foi a barreira dos cinco por cento para alcançar representação parlamentar, o que barra a entrada aos pequenos partidos. No caso concreto, os comunistas poderiam ser atingidos por tal limite.

Enquanto se definem as linhas da unificação política, a unificação económica tem vindo a processar-se com pesados custos sociais. As empresas da RDA não resistem à

concorrência das da RFA, e, na prática, a banca só concede empréstimos às empresas que entretanto avançaram com acordos com as da RFA. Os preços dos produtos agrícolas baixaram de 45 a 70%.

Segundo o Instituto alemão de investigação económica, no próximo ano o número de postos de trabalho na RDA deve reduzir-se em mais de dois milhões em relação a 1989. O mesmo Instituto prevê que em 1991 a Alemanha de Leste contará com 1 400 000 desempregados e um milhão de desempregados parciais.

Entretanto desenvolvem-se lutas dos diferentes sectores de trabalhadores. Os camponeses chegaram a despejar o leite nas estradas, como forma de protesto contra as dificuldades de escoamento dos produtos agrícolas.

Vinte mil operários metalúrgicos participaram em greves de aviso para exigir protecção dos seus postos de trabalho. A sul de Berlim, 4 mil assalariados da fábrica de montagem de camiões IFA, suspenderam o trabalho por duas horas. Em vésperas da união monetária, a direcção da empresa tinha suspendido um acordo de manutenção dos postos de trabalho e recusado o pagamento de prémios e do 13.º mês.

De referir que, segundo estudos oficiais, o custo da fusão económica será da ordem dos 1200 mil milhões de marcos, o que corresponde a 57% do Produto Nacional Bruto da RFA.

Mongólia, comunistas ganham eleições

Os resultados parciais divulgados sobre as eleições para o Parlamento da Mongólia, indicam uma larga maioria de votos para o Partido Popular Revolucionário Mongol. A oposição passa a contar com cerca de 25 lugares entre os 430 do Grande Ural, o Parlamento nacional.

Entre as personalidades eleitas, figuram o secretário-geral do Partido Popular Revolucionário Mongol (comunista), Gombojaviyn Ochirbat, que venceu com 51,3% dos votos na 12.ª circunscrição de Ulan-Bator.

Os observadores soviéticos e americanos presentes nas eleições foram unânimes em afirmar que as eleições decorreram de acordo com as normas democráticas, mesmo em áreas tão remotas como as situadas junto do deserto do Gobi.

Chile, mais uma vala comum

Foi descoberta em Copiapo, a norte de Santiago, mais uma vala comum contendo os cadáveres de 10 vítimas da polícia política de Pinochet.

Trata-se, possivelmente, de sindicalistas, responsáveis de partidos de esquerda, e antigos funcionários do governo de Allende, dados como desaparecidos.

Entretanto, na Argentina, o jornal «Sur» revela que durante a ditadura (1976-1983), em Buenos Aires, uma prisão clandestina estava instalada nas caves das Galerias Pacífico. Quinze celas foram agora descobertas pelos operários, durante os trabalhos de remodelação do centro comercial. Calcula-se que, durante a ditadura, funcionaram por todo o país trezentos e quarenta prisões deste tipo.

Congresso do PAICV

Entre 25 e 28 de Julho decorreu na Cidade da Praia o Congresso extraordinário do PAICV.

Foi eleito um novo Conselho Nacional que elegeu a nova Comissão Política do Partido. Deste órgão directivo saiu Aristides Pereira e entrou Luís Fernandes, actual embaixador em Washington.

O Congresso aprovou a tese sobre a mudança de sistema político, novos estatutos, a plataforma programática de acção do Partido e as linhas gerais de orientação para a revisão constitucional.

Foi também decidida a supressão das estruturas partidárias no seio das forças militares e para-militares.

Pedro Pires, novo secretário-geral, qualificou este Congresso de Congresso mudança.

Gorbatchov ordena dissolução de formações armadas

Um despacho do presidente soviético Mikhail Gorbatchov ordena a dissolução nas próximas duas semanas das formações armadas ilegais e a confiscação do seu material bélico.

O despacho é justificado pela agência com o «aparecimento nos últimos tempos em várias regiões do país, com o beneplácito das autoridades locais, de formações armadas que não fazem parte das Forças Armadas da URSS» e de outras formações para-militares oficiais soviéticas.

Algumas das formações armadas chegaram a entrar em combate no Cáucaso, nos violentos confrontos que opuseram no princípio do ano azerbaijenses e arménios.

No despacho presidencial afirma-se que, caso a dissolução das formações armadas não se dê e o seu material bélico não seja entregue ao Ministério do Interior, como manda o documento, compete aos órgãos republicanos e locais de poder, subordinados aos órgãos do interior, bem como ao Ministério do Interior e ao KGB, confiscar essas armas.

«Se as acções das formações armadas representam ameaça à segurança da população e do Estado, o Ministério do Interior da URSS pode empregar tropas do interior. Em certos casos admite-se a participação de unidades do Ministério da Defesa da URSS».

África do Sul Comissão de Direitos do Homem exige termo das prisões arbitrárias

A Comissão para os Direitos do Homem da África do Sul exigiu que a administração do presidente De Klerk proíba as detenções sem julgamento nem culpa formada, num comunicado divulgado em Joanesburgo.

A Comissão, a maior organização defensora dos Direitos do Homem na África do Sul, considera inadmissível a vigência da lei de segurança interna.

As autoridades aproveitaram-se desta lei para decretar o estado de emergência e encobrir até agora, o arbítrio policial. A vigência da lei de segurança interna permite prender os opositores do «apartheid» e mantê-los durante meses ou anos na prisão, sem julgamento nem culpa formada, assinala o documento.

Desde meados dos anos 60, nas prisões sul-africanas morreram 73 presos políticos. Mais de 80 presos continuam internados nas prisões sul-africanas.



Namíbia

Da independência política à independência económica

A Namíbia é um país independente desde 21 de Março. Mas a independência política, momento decisivo na vida do povo namibiano, é ainda um primeiro passo rumo à efectiva independência do país noutros domínios, em particular no económico.

Bem antes da proclamação da independência, já as companhias sul-africanas acorriam em grande número à Namíbia, o que além do mais lhes permite furtarem-se ao peso das sanções económicas dirigidas contra Pretória. Os números são elucidativos. Em 1989 registaram-se mais de 500 firmas, no fundamental ligadas ao capital sul-africano. Em 1988, quando ainda havia guerra, idênticos registos não ultrapassaram o número de 40.

A Namíbia independente irá permanecer ainda dentro da esfera de influência económica da República da África do Sul, ainda que no quadro de uma realidade em transformação em que, naturalmente, todo o conjunto de relações económicas da zona

tenderá a sofrer alterações sensíveis.

Para já, e pelo menos nos próximos dois anos, o rand sul-africano continua a ser a unidade monetária do país. A Namíbia continuará a pertencer à União Aduaneira do Sul, o Botswana, o Lesoto e a Suazilândia — pelo menos por mais três anos. Tal como dantes continuará a receber o fundamental das importações (actualmente 90 por cento) da RSA. Um outro facto: de momento Pretória controla ainda a principal via de exportação dos produtos namibianos — Walvis Bay, o único porto de águas profundas em toda a costa Atlântica.

Hoje, a vida na Namíbia — recém liberta do domínio colonial — é toda ela feita de aspectos contraditórios.

Por um lado, a sua economia é considerada uma das mais desenvolvidas a sul do Saara. Por outro, é um país que, produz o que não consome e consome o que não produz. Por exemplo, 80 por cento de todos os artigos industriais são de importação, apesar das riquíssimas reservas de minérios, a indústria mineira contribui apenas com 41 por cento do produto nacional bruto. Poucos são os artigos de consumo produzidos.

A esmagadora maioria da população africana vive na miséria. Na Namíbia pode ver-se estradas magníficas (na verdade construídas para dar resposta aos interesses militares e económicos da República da África do Sul), e tribos que levam uma vida nómada nos desertos; os luxuosos bairros de Windhoek, uma das mais belas cidades do continente, e casebres de pobres — «Bidonvilles», onde vivem (ou sobrevivem) mais

de 125 mil pessoas. O desemprego no país é da ordem dos 20 por cento, e apesar de o rendimento médio *per capita* ser bastante elevado para os padrões africanos — 720 dólares — estes números não reflectem o profundo abismo existente entre o nível de vida dos cidadãos brancos e dos negros. Os brancos, que representam menos de 7 por cento da população, ganham 25 vezes mais que a população autóctone. São proprietários de 60 por cento das terras. As grandes explorações agrícolas, as jazidas de minério, as empresas da indústria manufactureira e as infra-estruturas pertencem aos brancos, muitos dos quais são cidadãos da RSA.

A independência política abriu as portas ao longo caminho a percorrer para a superação de tão gritantes desequilíbrios e para a conquista da independência económica.

Internacional

LIBÉRIA Guerra já fez milhares de mortos

A Libéria vive uma guerra interna que se arrasta há mais de sete meses. Calcula-se que o número de mortos resultantes deste conflito, na sua maioria civis, ascenda já a mais de 5 mil. Neste momento os combates travam-se nos arredores da capital, Monróvia, privada de electricidade, água, alimentação e meios de comunicação há várias semanas.

Para a Frente Nacional Patriótica da Libéria (FNPL), o que está em causa é o derube do actual presidente Samuel Doe, acusado de corrupção e de sistemática violação dos direitos humanos. O

que dificilmente se poderá pôr em dúvida. Mas as realidades não são assim tão simples. Há jogos de poder que passariam por outros países, dos Estados Unidos à Líbia ou à Costa do Marfim.

Fome e guerra de braço dado

As mais graves manchas da fome concentram-se no continente africano, vítima de partilhas coloniais e neocoloniais e de sistemas de preços e trocas geradores de profundas desigualdades. Hoje, fome e conflitos armados originaram em quatro países a situações particularmente dramáticas — Etiópia, Sudão, Moçambique e Angola.

Acresce que estes quatro países, com uma população de 88 milhões de pessoas, foram atingidos por uma seca comparável à dos anos 1984/85.

Na Etiópia, segundo dados da Organização das Nações Unidas para a alimentação e a agricultura (FAO), 2 a 4 milhões de pessoas estão hoje ameaçadas pela fome (segundo as estimativas do governo de Addis-Abeba, 3-4 milhões). Ou seja, mais do que em 1984/85.

No Sudão, a situação é crítica no Oeste, no Sul e na cidade de Khartoum, onde se acumulam cerca de 2 milhões de pessoas, «refugiados do interior» que fogem da guerra e da seca.

Em Angola e Moçambique, os efeitos conjugados da seca e dos conflitos armados leva a situações idênticas: subnutrição em massa, uma enorme mortalidade infantil, deslocação de populações em busca de um pouco de segurança. Os moçambicanos refugiados nos países vizinhos já ultrapassaram o milhão.

Entretanto, face a esta situação, os países industrializados parecem pouco empenhados em soluções eficazes, mas que não lhes trazem nem dividendos económicos, nem tão pouco políticos. Na CEE continua-se a acumular «excedentes», e o comércio internacional não sofreu ainda quaisquer alterações.

E por outro lado afirmam-se com força questões de domínio tribal, exacerbadas pela própria divisão colonial do continente. Os apoios fundamentais do actual presidente vêm da tribo Krahn, enquanto os elementos ligados aos grupos rebeldes são provenientes das etnias Gio e Mano.

Entretanto, e para além dos mortos, grandes massas de refugiados fogem da guerra, nomeadamente para os países limítrofes. Em Maio, já havia mais de 70 mil refugiados na Costa do Marfim e 100 mil na Guiné. Cidades importantes como Sanniquellie ou Ganta foram abandonadas por parte significativa da sua população quando da sua tomada de controlo pelas forças da FNPL (segundo o seu dirigente, Charles Taylor, a Frente controla já 90% do território liberiano).

Com o fechar do cerco do actual presidente, as tropas governamentais lançam-se

em verdadeiros massacres. Fontes diplomáticas de Abidjan indicam que cerca de 200 pessoas refugiadas numa missão luterana em Monróvia foram assassinadas, no domingo passado, pelos soldados de Doe, e muitas outras feridas. Para além disso, são frequentes raptos de pessoas em centros de refugiados e hospitais. Raptos em geral seguidos de assassinato. Um quadro em que latentes desencontros e oposições inter-tribais são utilizados com objectivos políticos.

A complicar ainda este quadro de morte (também pela fome) e guerra civil, o próprio movimento rebelde encontra-se dividido. De par da Frente Nacional Patriótica de Charles Taylor, e também contra ela, actuam hoje as forças de Prince Johnson, que foi primeiro-comandante das «forças especiais da FNPL». Acusado de ter executado vários soldados, optou por separar-se da Frente com

umas duas centenas de combatentes. Actualmente apresenta-se como o chefe das «forças nacionais independentes e patrióticas da Libéria». Em fins de Junho lançou ataques contra as forças de Charles Taylor, que então tinham assumido e controlo das minhas de Bong, a 100 quilómetros a norte de Monróvia.

Neste contexto particularmente confuso, o dado aparentemente mais sólido é o actual presidente ter os dias contados. Quanto a perspectivas, são bem mais difíceis de prever. Para a FNPL o objectivo fundamental parece ser o afastamento do presidente Doe. E depois? Em recentes declarações à imprensa, Samuel Dokie, conselheiro político do dirigente da FNPL, dizia: «Charles Taylor estudou dez anos nos Estados Unidos. É diplomado em economia e todo o seu comportamento prova que é um capitalista».



Neste momento, em África, há populações inteiras integralmente dependentes da ajuda alimentar

ANGOLA

Os difíceis caminhos da paz

Guerra e fome continuam ainda a ser problemas centrais na vida do povo angolano, enquanto o processo de diálogo e paz em curso se afirma entre múltiplas dificuldades.

Segunda-feira, Luanda ficou às escuras devido à destruição de postos na linha de alta tensão de Cambambe, numa acção de sabotagem da Unita. Dias antes a Unita havia destruído catorze condutas de óleo bruto, no Parque da Quingila, município do Soyo, província do Zaire, o que provocou uma significativa redução da produção diária.

«Esta sabotagem ocorre num momento em que se procura criar um clima propício a um acordo de cessar-fogo em que a Unita também se afirma interessada, mas cuja prática centraria essa intenção», afirma-se em documento do Estado-Maior-General Armadas angolanas.

No mesmo documento sublinha-se que estas acções

visam demonstrar uma pretenza superioridade militar, o que em nada contribui para o advento da paz, mas antes agrava a situação e provoca uma escalada no conflito interno.

A mesma preocupação de abrir os caminhos da paz, indissolavelmente ligados aos próprios processos de transformação política que hoje se desenvolvem em Angola, ressalta na intervenção do presidente José Eduardo dos Santos, no discurso proferido quando da abertura do segundo Congresso da União dos Jornalistas angolanos.

Eduardo dos Santos convidou os jornalistas a «denunciarem e combaterem os entraves que dificultam e bloqueiam» o processo de mudanças em curso em Angola.

«Torna-se imperioso adequar o conteúdo dos órgãos de informação à nova realidade que está a ser criada no quadro da ampliação da democracia e do novo estilo aberto e transparente de governação», disse.

No quadro dos múltiplos contactos desenvolvidos para abrir os caminhos da paz, Luanda recebeu a semana passada a visita do secretário norte-americano adjunto para os assuntos africanos, Jeffrey Davidow.

No fim das conversações, Davidow expressou a opinião de que o presidente angolano «está realmente empenhado na procura de uma solução política para o conflito». Mas interrogado sobre se iria propor ao seu governo, depois da visita a Angola, a adopção de uma posição mais moderada em relação à ajuda de Washington à Unita, reafirmou que o apoio continuaria até que se alcançasse a reconciliação entre os angolanos. Pela via das armas?

Três milhões com fome

De par da guerra, os angolanos vivem (e morrem) do flagelo da fome.

Calcula-se em três milhões as vítimas da seca, e milhares de pessoas e cabeças de gado morreram já no Sul do país. A fome, aliada à guerra, obriga os camponeses a abandonarem as suas áreas normais de vida e cultivo, gerando assim os círculos viciosos de pauperização e morte.

A guerra, para além dos outros efeitos dramáticos, dificulta a própria ajuda às vítimas. Em recente conferência de imprensa, realizada na sequência da visita de Davidow a Luanda, o vice-ministro angolano das relações exteriores, Venâncio de Moura, acusou a Unita de levantar obstáculos ao abastecimento de bens alimentares às populações no interior do país e de criar insegurança às organizações humanitárias no

cumprimento da sua vital tarefa.

Aliás, a própria Cruz Vermelha Internacional condicionou a distribuição urgente de alimentos às vítimas da fome a um acordo de segurança nas zonas afectadas, entre o governo angolano e a Unita. Em causa a projectada criação de «corredores de paz».

Entretanto, e nas conversações angolano-americanas em Luanda, chegou-se a um consenso de «as autoridades da República Popular de Angola coordenarem as acções de distribuição das ajudas humanitárias para as vítimas da seca, com a colaboração de organismos especializados da ONU e de outras instituições nacionais e internacionais».

A distribuição da ajuda será efectuada de acordo com um plano e elaborado pelo governo de Angola e que será apresentado às Nações Unidas para conhecimento de todos os organismos e países doadores.

«Com a morte de Salazar desaparece o tirano que durante mais de 40 anos dirigiu com mão de ferro o regime fascista. Porém, a morte do ditador não pôs fim ao regime. Este prossegue sob a chefia de Marcelo Caetano que foi um dos principais colaboradores de Salazar.

Durante o longo reinado do ditador, inteiramente consagrado ao regime dos monopólios aliados ao imperialismo e dos latifundiários, o terrorismo político constituiu o seu primeiro instrumento de governo.

(...) Marcelo Caetano e a sua camarilha sentem-se na necessidade de fazer o elogio fúnebre do ditador porque se sentem solidariamente responsáveis pelos crimes e misérias do regime em que colaboraram e que herdaram. É um tal regime que procuram continuar no essencial introduzindo-lhe apenas alterações de forma impostas pelas circunstâncias (...).

O regime fascista encontra-se a braços com a mais grave crise da sua história. A morte do ditador vem acentuá-la, na medida em que marca o fim de um homem que encarnou uma política de opressão, de terror e de obscurantismo condenada pelo povo português e pela humanidade progressista.

A morte de Salazar provocará novas perturbações entre as hostes fascistas. Mas o fascismo não cairá por si. Contra a camarilha de Marcelo Caetano há que intensificar a luta democrática da classe operária e de todo o povo.»

«Morte de Salazar - Abaixo a ditadura fascista!» - «Avante!», VI série, n.º 419, Agosto de 1970)

Avante!
ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«A nomeação do decrepito almirante Américo Tomás para presidente da República não teria sido a mais desejada pela clique governante caetanista. O receio de choques entre os vários sectores da família monopolista que a escolha de um homem mais novo, incluindo o próprio Marcelo Caetano, poderia provocar no momento presente, pode explicar em certa medida a escolha feita. Decidida pelo partido único, tal escolha deixou o nosso povo indiferente. Não se tratando de uma eleição directa, mesmo para inglês ver, os democratas e o povo português nada tinham a ver com a farsa - salvo desmascará-la.»

«Uma farsa que o povo repudia» - «Avante!», VI série, n.º 444, Agosto de 1972)

ACESSOS A LISBOA *Do caos* *do MIRAL*

A sigla MIRAL talvez não vos diga ainda muito, mas se a desenrolarmos por extenso — Movimento de Intervenção para a Resolução dos Acessos a Lisboa — já ficam, de certeza, com uma ideia, porque a ideia é precisamente essa: **Dinamizar a resolução dos acessos a Lisboa.**

Quem a teve foi um numeroso grupo de representantes autárquicos da Margem Sul da Região de Lisboa e cidadãos empenhados no mesmo objectivo e que explicam, num texto enviado à Comunicação Social, que «há anos que reivindicamos uma melhoria efectiva das infra-estruturas dos transportes a nível regional e nos acessos a Lisboa» e, já em Dezembro passado, «em comunicado público, salientámos a urgência de ser posto fim à indefinição e à incapacidade governamental perante o grave problema do estrangulamento nos acessos entre Lisboa e o Sul, que está na base da dramática situação que é vivida diariamente por dezenas de milhar de pessoas que são obrigadas a fazer este trajecto, para além do elevadíssimo prejuízo económico que tal situação acarreta e da barreira que constitui para o desenvolvimento de toda a

região» (neste caso as autarquias da Margem Sul). E o MIRAL apresenta de seguida as suas propostas e reivindicações concretas, que expomos mais adiante.

O MIRAL representa, sem dúvida, uma forma nova de atacar um problema velho, apontando medidas estruturais e soluções de fundo bem longe dos improvisos governamentais para eleitor ver, como o caso recente da quinta faixa de rodagem na Ponte 25 de Abril (sem dúvida útil, como aliás o PCP há muito havia proposto, mas manifestamente insuficiente e desacompanhada de outras medidas fundamentais, como a questão dos acessos).

Entretanto a Direcção da Organização Regional de Setúbal (DORS) do PCP veio mais uma vez a público com as suas posições acerca do problema, enunciando de novo as soluções que considera necessárias e urgentes e criticando severamente a inépcia e indiferença governamentais.

De tudo isto damos conta a seguir, no que acaba por se constituir numa breve «viagem» pelo pesadelo dos acessos à capital.





Do caos ao MIRAL

Diz o MIRAL — Movimento de Intervenção para a Resolução dos Acessos a Lisboa:

«As autarquias da Margem Sul têm tido uma persistente acção de reivindicação perante o governo, a quem cabe a resolução do problema e, simultaneamente, têm adoptado uma atitude construtiva e de cooperação.

Prova disso é o grande e significativo investimento que as autarquias do distrito de Setúbal realizaram na elaboração de estudos e apresentação de propostas concretas no âmbito do PIDDS (Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal) elaborado através da AMDS — Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal que, abrangendo a questão global das infra-estruturas de transportes a nível regional, apontam várias medidas essenciais cuja concretização se torna indispensável para resolver com eficácia os problemas dos acessos a Lisboa».

É claro que o Governo tem uma responsabilidade maior na questão e, sobretudo, a palavra decisiva a dizer. Só que não a «diz», como denuncia o MIRAL:

«Só recentemente é que o Governo anunciou algumas intenções

e mesmo essas a medo e indefinidas.

A situação não se pode compadecer com estes compassos de atitude, muito sujeitos à proximidade eleitoral. Necessitamos de medidas urgentes e de fundo que se devem traduzir no OE (Orçamento do Estado) para o próximo ano e seguintes».

E o MIRAL aponta, para já, as medidas que considera indispensáveis.

Das várias medidas apresentadas ao Governo pelas autarquias — diz o documento — são de destacar pela sua importância:

1.º Construção de uma nova ponte rodo-ferroviária sobre o Tejo, com acesso Sul na área Montijo/Alcochete;

2.º Aproveitamento ferroviário do tabuleiro inferior da Ponte 25 de Abril;

3.º Implantação gradual de um sistema de transporte rápido de passageiros, sobre carril, que una a rede de centros urbanos da margem sul entre si e a Área Metropolitana de Lisboa/Norte;

«Conscientes de que se trata de obras de grande vulto, que exigem estudos e prazos de execução necessariamente demorados, mas se justifica a urgência que o Governo deve colocar na sua implementação. Entretanto, outras medidas complementares de mais simples execução deverão ser concretizadas sem demora, pois se apresentam como as únicas no curto prazo capazes de reduzir significativamente estrangulamentos que se verificam na circulação entre as margens do Tejo», sublinha o MIRAL, que prossegue:

De entre outras soluções salientamos:

1.º Melhoria do transporte de passageiros por barco entre as duas

margens do Tejo, para o que é necessário:

a) uma melhor exploração das carreiras fluviais de Almada (Cacilhas)/Lisboa (Cais do Sodré); Seixal/Lisboa; Montijo/Lisboa;

b) criação de novas carreiras fluviais entre Barreiro/Lisboa (Cais do Sodré); Almada (Trafaria)/Algés; Almada (Trafaria)/Lisboa (Alcântara); Alcochete/Lisboa;

2.º Construção da variante à Estrada Nacional 10 entre Corroios e Cova da Piedade;

«Estas propostas estão devidamente fundamentadas no PIDDS. Para a sua elaboração procedeu-se a um estudo aprofundado da situação e nelas colaboraram centenas de técnicos e eleitos autárquicos, agentes locais e instituições ligadas às infra-estruturas de transportes». Entretanto «os subscritores deste documento comprometem-se a desenvolver esforços no sentido de dar seguimento à seguinte proposta:

Que as autarquias da Área Metropolitana de Lisboa, os deputados à Assembleia da República pelos distritos de Lisboa e Setúbal, as instituições e organizações sociais representativas de interesse regional e a população em geral, coopere num **Movimento de Intervenção para a Resolução dos Acessos a Lisboa (MIRAL)**, cuja criação terá como objectivo desencadear acções que visem exigir do Poder Central que assuma as suas responsabilidades, encare de frente o problema, decida e concretize medidas de fundo que se impõem para a alteração radical na circulação nos acessos a Lisboa» ■

Os «fundadores»

São os seguintes, os nomes que integram a constituição do Movimento de Intervenção para a Resolução dos Acessos a Lisboa-MIRAL:

Os presidentes de Câmaras Municipais **Miguel Boeiro** (Alcochete), **Maria Emília de Sousa** (Almada), **Pedro Canário** (Barreiro), **José Luis Lopes Pereira** (Moita), **Jacinta Ricardo** (Montijo), **Carlos Pesinho** (Palmela), **Eufrazio Filipe** (Seixal), **Ezequiel Lino** (Seixal); os presidentes das Assembleias Municipais **José Miguel Maia** (Almada) — Vice-Presidente da Assembleia da República —, **Hélder Madeira** (Barreiro), **Joaquim Sérgio Pinto** (Montijo); as deputadas à Assembleia da República **Apolónia Teixeira** e **Odete Santos**; **José Jorge de Almeida** e **Jorge Velhinho**, vereadores da Câmara Municipal de Alcochete, **Arnaldo Pereira**, assessor jurídico, **Álvaro Costa**, gestor, **Marcos Antunes**, técnico de contas, **Romeu Correia**, escritor, **José Cavaco**, trabalhador da RN, **Fernanda Moreira**, doméstica, **José Gonçalves Henriques**, vereador da Câmara Municipal do Barreiro, **Mário Alfredo Costa Nunes Castanheiro**, empregado de Seguros, **Carla Marina Pires dos Santos Rócio Mendes**, vereadora da Câmara Municipal do Barreiro, **Noémia Maria Estaca de Oliveira Madeira**, psicóloga, **Isabel Hernandez**, empregada de escritório, **Silvina Mota**, reformada, **Maria Adelaide Sacramento Correia da Silva**, funcionária administrativa, **José Palma Custódio**, presidente da Junta de Freguesia de Verderena, Comandante **Caeiro Martins**, militar na reserva, **José da Encarnação**, dirigente sindical, **António José M. Brito Apolónia**, engenheiro, **Eugénia Adelaide**, doméstica, **Rigoberta Presumido**, reformada, **Maria Albertina Cardoso**, professora, **Henrique Vilhena**, delegado de propaganda médica, **Jorge Fátia**, empregado, **Dinorá Ribeiro**, funcionária da CP, **Francelina Pais**, operária têxtil, **Luís Morgado**, dirigente sindical, **José Francisco dos Santos**, professor, **Honorina Luiz**, professora, **Antonino Miranda da Cruz**, engenheiro, **Maria Amélia Antunes**, advogada, **Isidoro da Silva Santana**, presidente da Junta de Freguesia da Atalaia, **António José Veiga**, tipógrafo, **Maria Clementina Quintino**, trabalhadora da RN, **José Carlos Carvalho**, operário, **Fernando de Oliveira Velga**, comerciante, **Diogo Porfírio Coelho**, presidente da Junta de Freguesia de Canha, **Manuel Fernando Lavrador Rito**, advogado, **Manuel Francisco Augusto Ramos**, gestor, **Ana Bela Martins Ascensão**, presidente da Junta de Freguesia do Alto Estanqueiro — Jardim, **Cipriano José dos Santos Pisco**, operário metalúrgico, **Antero Lúcio Brotas**, presidente da Junta de Freguesia do Montijo, **Francisco Vitor L. Silvestre**, gestor comercial, **João José Cardoso**, professor, **Cristina Correia Fernandes**, doméstica, **Flausino Barradas**, vereador da Câmara Municipal do Montijo, **José Resinas Bastos**, vereador da Câmara Municipal do Montijo, **Jaime Pinho Crato**, vereador da Câmara Municipal do Montijo, **Luís Benzinho**, engenheiro técnico, **Natércia Godinho**, geógrafa, **Luís Guerreiro**, licenciado em História, **Edgar Pereira**, agrónomo, **Carlos Sousa**, vereador da Câmara Municipal de Palmela, **Maria Olívia Ferro**, empregada de escritório, **Jorge Russel**, piloto-aviador, **Jorge Silva**, operário metalúrgico, **Manuel Pisco**, dirigente sindical, **Ana Maria Paulino**, assessora jurídica, **Maria João da Luz**, técnica de laboratório, **Idalete Monteiro**, operária metalúrgica. ■



DORS do PCP pronuncia-se mais uma vez

Três soluções para um problema

«Viajando» pelos elementos essenciais que poderão desbloquear a caótica situação dos acessos a Lisboa — a Ponte 25 de Abril, a nova ponte sobre o Tejo e o Anel Urbano de Transporte Rápido de Passageiros entre as duas margens do Tejo — a Organização Regional de Setúbal do PCP analisa de novo, com pormenor, o problema dos acessos à capital, denunciando erros, incúrias e incompetências e apontando soluções há muito reclamadas não apenas pelos comunistas, mas pela generalidade da população utente. A DORS anuncia ainda a sua decisão de realizar uma iniciativa para aprofundar o debate sobre as soluções que apresenta e outras que possam surgir, para as acessibilidades da península de Setúbal a Lisboa e do sistema de transportes da região Norte do Distrito, inserido na Área Metropolitana de Lisboa.

A DORS do PCP considera que as decisões a tomar no domínio das necessidades na Área Metropolitana de Lisboa (AML) são condicionantes para o desenvolvimento global desta região enquanto tal (circulação de pessoas e bens num espaço urbano estruturante), bem como enquanto pólo de convergência e circulação de tráfego Roco-Ferrovário inter-regional, nacional e internacional.

Em relação à Ponte 25 de Abril, o que o PCP tem vindo a defender passa por:

1. Criação de dois corredores «BUS» só para transportes colectivos de passageiros e pesados de mercadorias (um em cada sentido).
2. Aliviar o trânsito rodoviário proveniente do silo cerealífero da Trafaria (700 camiões TIR diários) fazendo este transporte por via fluvial, em barcas apropriadas para o efeito, tal como foi inicialmente planeado.
3. Introdução de um transporte rápido de passageiros sobre carril, do tipo Metro, procurando através de

deslocações rápidas e fluentes, o acesso entre as duas margens.

E prossegue a DORS, ainda em relação à Ponte 25 de Abril:

«O Governo depois de publicamente procurar desacreditar alguns especialistas na matéria, insistiu no alargamento para 6 faixas (abriu concursos, fechou concursos, anulou concursos, acabando por concretizar as propostas avançadas por comunistas da abertura da 5.ª faixa) menosprezando o problema dos acessos e do escoamento a montante e a jusante da ponte.

«Quando reconheceu o isolamento das suas propostas, o Governo decidiu avançar para o atravessamento por caminho de ferro. Esta solução não tem em conta a localização estratégica da ponte, fundamentalmente vocacionada para a circulação de passageiros entre uma cidade de duas margens, devendo portanto ser encarada prioritariamente como uma função urbana», sublinha o documento.

Nova ponte sobre o Tejo

Para a DORS do PCP o novo atravessamento na zona Montijo/Alcochete, deve satisfazer de forma adequada o tráfego rodo-ferroviário (incluindo um meio de transporte rápido sobre carril) favorecendo a circulação de mercadorias e o trânsito de longo curso nas ligações intra e inter-regionais, bem como de âmbito nacional e internacional.

Evitar-se-iam assim os congestionamentos provocados e que tendem a agravar-se pela circulação de transportes pesados de mercadorias em zonas já altamente densificadas, como é o caso da cidade de Lisboa.

«Mais uma vez, o Governo veio dar razão ao PCP», considera a DORS. «Depois de várias vezes ter afirmado publicamente que a questão do novo atravessamento do Tejo só deveria ser equacionado num prazo 15-20 anos. De um dia para o outro veio afirmar a sua decisão de abrir de imediato um concurso público para o projecto do novo atravessamento, indicando já a sua localização»...

Anel urbano

Entretanto a DORS do PCP tem defendido uma circulação em anel, utilizando a ponte 25 de Abril e a nova ponte a montante com apoio num sistema de transporte de passageiros rápido sobre carril, a ser realizado por etapas, ligando a zona urbana de Lisboa a Norte do Tejo com a zona Urbana da margem Sul.

Numa primeira fase far-se-ia a união entre Almada, Seixal e Barreiro, e passagem sob a ponte 25 de Abril e a sua articulação com a rede da margem Norte (Lisboa), em local a determinar no concreto consoante a opção sobre o modo de transporte.

Numa segunda fase prevê-se a extensão do sistema do Barreiro, Moita, Montijo/Alcochete, nova ponte e, finalmente, o fecho do anel.

«Esta solução permitiria que as deslocações de e para Lisboa fossem mais rápidas, confortáveis e económicas para o País», realça o comunicado, que prossegue:

«Nestas, como noutras áreas e como vem sendo hábito, o Governo procura apanhar o comboio em andamento.

«Numa conjuntura que lhe é desfavorável, com eleições à porta, o PSD/Cavaco e Silva procura dar a sensação de resolver os problemas, mas apenas inaugura ideias, aparece a falar de grandes projectos avulso, marcados pela incoerência, fruto da sua demagogia eleitoral desenfreada.»

Ao contrário do Governo, «a Associação de Municípios do Distrito de Setúbal, desencadeia em 1986 o Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal, PIDDs, o qual desde 1987 vem avançando com propostas integradas de ordenamento e desenvolvimento, dentro das quais constitui parte essencial as que dizem respeito à rede e infra-estruturas de transportes».

Em resumo, «as propostas que o PCP apresenta revelam que a resolução destes problemas é entendida

no quadro de um planeamento integrado e na perspectiva de um desenvolvimento global», acentua-se.

As três medidas

Finalmente no que se refere ao problema da circulação de bens e pessoas e das acessibilidades «propomos que, no âmbito do PRO-T/AML seja estudada a compatibilidade, designadamente das seguintes vias de circulação estruturantes da península de Setúbal integrada na região de Lisboa:

Ponte 25 de Abril, com duas funções — rodoviária e meio de transporte rápido.

Nova ponte com três funções — ferroviária (Norte, Sul e Internacional), rodoviária e meio de transporte rápido.

Anel Urbano e meio de transporte rápido que ligue as duas margens do Tejo.

«Além destas medidas — inclui a DORS do PCP — é necessário ter presente importantes questões que vão influenciar os acessos a Lisboa, o sistema de vias de comunicação, o sistema de transportes e o desenvolvimento da península e do Distrito, como sejam o troço ferroviário Pinhal Novo/Pragal; o reforço dos transportes fluviais entre as duas margens do Tejo (envolvendo a construção e o desenvolvimento de terminais, a criação de novas carreiras e a intensificação de outras); a via-rápida Coina-Alcochete (IE19); a construção da Rodovia Coina-EN 377 (L3); a localização do novo aeroporto de Lisboa, entre outras». ■



INCÊNDIOS ALASTRAM quem os detém?

Desde o início de Julho que em especial a zona centro está a ser percorrida por violentos incêndios florestais, atingindo o número de quatrocentos em apenas vinte dias e uma área devastada pelas chamas de mais de 15 mil hectares. Perante esta grave situação, os deputados do PCP Lino de Carvalho, Vítor Costa, António Mota, Júlio Antunes e Sérgio Ribeiro decidiram efectuar nos passados dias 23 e 24 de Julho uma visita às zonas afectadas, com o objectivo de tomar contacto e recolher informações directas sobre a calamidade, apresentar um relatório à Assembleia da República e propor ao Governo, sob a forma de recomendação, medidas adequadas.

Se compararmos com o ano passado, em que durante os quatro meses de Verão arderam cerca de 37 mil hectares, verificamos que em apenas vinte dias de Julho ardeu já praticamente metade daquela área. Por outro lado, há a assinalar trágicas e irreparáveis perdas de vidas humanas, caso de Couto de Cepões, e incalculáveis prejuízos materiais e morais sofridos por famílias e comunidades inteiras.

Duros golpes foram infligidos ao património natural, de que a mata do Sobral, em Serpins, é o exemplo mais marcante, bem como a vastas áreas de floresta na zona centro do País, cujos estragos os deputados do

Pampilhosa da Serra e Serpins, arderam igualmente oito casas, recheios, alfaías, cabeças de gado, etc., verificando-se perdas irreparáveis de Góis calcula em cerca de 700 mil contos os danos causados pelos incêndios que devastaram uma área de 2 mil 115 hectares. Curiosamente, as chamas liquidaram completamente a Mata do Sobral, em Serpins, quando sobre ela incidia um processo em curso para a sua classificação como área protegida, constituída por raras espécies sobreviventes da floresta tradicional lusitana.

As consequências desta autêntica calamidade atingem gravemente as economias das populações que têm

- Ausência de uma política florestal com existência de uma floresta extremamente densa de grandes manchas contínuas monocultuais, designadamente de pinhal e eucalipto.

- Inexistência ou o mau estado de aceiros, caminhos florestais e linhas de fogo, com dificuldades de acessos e ausência de aceiros junto às povoações.

- Acumulação de desperdícios nas matas, provenientes dos cortes e a falta de limpeza dos matagais.

- Carência de pontos de água para reabastecimento de autotanques e de meios aéreos.

- Falta de meios humanos, técnicos e financeiros ao nível dos CEFF, das Circunscrições e Administrações Florestais, das autarquias e dos bombeiros, dificultando ou impedindo a

em meios humanos e com meios técnicos artesanais de detecção e localização dos incêndios.

- Inexistência de brigadas de primeira intervenção em número suficiente e com equipamento adequado junto às próprias Administrações Florestais e em coordenação com os corpos de bombeiros.

- As equipas de grupos especiais de intervenção, criadas e a funcionar junto dos corpos de bombeiros não parecem estar a dar resposta totalmente satisfatória às necessidades face à dimensão dos sinistros.

- Ausência de comandos e corpos operacionais profissionais com condições de remuneração, estabilidade profissional e preparação adequada que permitam uma maior especialização.

- Insuficiência do Estatuto do Bombeiro, designadamente quanto à garantia de acesso e estabilidade no emprego e na protecção socioprofissional.

- Descoordenação e mesmo desinteligência entre as várias entidades responsáveis pelo combate aos fogos e dificuldades no estabelecimento de uma cadeia de comando eficaz.

- Despovoamento e desertificação do meio rural.

Os deputados sublinham, entretanto, a elevada abnegação, espírito e sentido de solidariedade que a despeito das insuficiências e dificuldades, animam os comandos e os corpos de bombeiros, guardas e outros funcionários das administrações florestais, autarquias e populações. ■



sua actuação eficaz na prevenção, detecção e combate aos fogos.

- Fraco número de meios rádio e deficiente funcionamento da rede de transmissões, designadamente pela falta de coordenação do espaço radioeléctrico e pelas dificuldades nas comunicações terra-ar.

- Inadequação dos meios aéreos existentes e deficiente articulação com os meios terrestres.

- Número insuficiente e deficiente apetrechamento dos postos de vigia

Os deputados António Mota, Lino de Carvalho e Sérgio Ribeiro apresentaram na semana passada à imprensa os resultados da visita que realizaram às zonas mais atingidas pelos incêndios



CALAMIDADE PÚBLICA para as zonas mais afectadas

Os deputados do PCP para além de apresentarem na Comissão Permanente um relatório sobre a visita às zonas sinistradas, solicitaram uma reunião urgente da Comissão Eventual para Análise e Reflexão da Problemática dos Incêndios em Portugal, e consideraram dever ser aplicado um conjunto de medidas de emergência, bem como medidas de curto, médio e longo prazo, que enviassem ao Governo sob a forma de recomendações.

- Declaração do estado de calamidade pública para as zonas afectadas;

- Levantamento urgente dos prejuízos;

- Disponibilização imediata de meios técnicos e humanos no sentido de serem reconstruídas as habitações ardidas e atribuição de meios financeiros a fundo perdido que permita indemnizar a população pelos prejuízos sofridos, incluindo as culturas perdidas tendo em conta a necessidade de garantir a sobrevivência das comunidades serranas;

- Defesa dos proprietários florestais contra a especulação na compra de madeiras queimadas;

- Disponibilização, junto das CEFF ou das autarquias, de maquinaria adequada à abertura de estradas e outras vias de acesso para combate aos fogos;

- Estudo de acções imediatas (antes do Inverno) dirigida às zonas que arderam, designadamente de pinhais novos, com vista à defesa dos terrenos face à erosão e início dos estudos tendentes à sua reforestação.

Outras medidas

- Inscrição no Orçamento de Estado para 1991 das verbas necessárias a dotar as Circunscrições e Administração Florestais e os Corpos de Bombeiros com os meios técnicos e humanos adequados.

- Suspensão da Contribuição Predial Rústica (Contribuição Autárquica) respeitante às propriedades queimadas com a correspondente compensação às autarquias locais.

- Ordenamento e organização do espaço florestal, diversificando as espécies, recusando-se uma política monocultural de manchas contínuas, privilegiando-se a floresta de uso múltiplo, instalando-se cortinas de espécies como as folhosas (castanheiros, choupos, acácias, etc.) — junto às linhas de água e nas encostas; promovendo-se o ordenamento das explorações florestais; construindo-se vias de acesso adequadas.

- Adopção de medidas prioritárias quanto à reforestação das zonas ardidas.
- Modificação da legislação em vigor no que se refere à plantação do eucalipto e à necessidade de uma maior e mais eficaz

intervenção das autarquias na concessão das respectivas licenças e autorizações.

- Incremento das acções de investigação das causas dos incêndios florestais e meios e formas de os combater com reforço dos respectivos meios financeiros.

- Medidas que evitem a acumulação de desperdício provenientes da exploração das matas, promovendo-se o associativismo florestal dos proprietários e estudando-se a viabilidade de criação de estaleiros ou parques de recepção de material lenhoso ardido. Estudo do aproveitamento energético dos desperdícios. Limpeza racional da mata, no respeito pelo seu equilíbrio natural.

- Criação de um maior número de Brigadas de 1.ª Intervenção junto das Administrações Florestais e em articulação com os Corpos de Bombeiros e dotadas de viaturas e equipamento adequado.

- Revalorização e melhor aproveitamento do potencial de conhecimento e experiência do pessoal dos Serviços Florestais.

- Reforço das acções de patrulhamento e melhoria dos meios técnicos e humanos dos postos de vigia, que por sua vez também devem ser aumentados.

- Melhoria da formação profissional e técnica, especializadas, na detecção e combate aos fogos florestais e nas acções de rescaldo e pós-rescaldo.
- Estudo da Criação de Comandos e Corpos de Bombeiros profissionalizados.

- Melhoria do Estatuto do Bombeiro e revisão da legislação que regula a actividade de prevenção e ataque aos incêndios e a organização dos Bombeiros.

- A aquisição e adequação dos meios aéreos de combate aos fogos florestais.

- Medidas que evitem a desertificação do mundo rural, promovendo-se a fixação das populações, desenvolvendo a economia serrana, a pastorícia e sensibilizando as populações.

Manter os baldios nos povos e não criar uma floresta a que os povos sejam estranhos.

- Realização de campanhas de educação e sensibilização das populações, a partir do sistema de ensino.

- Mobilização de fundos comunitários com vista à elaboração de programas de prevenção e combate aos fogos florestais. ■

PCP puderam observar durante a sua deslocação.

Alvo da atenção prioritária dos parlamentares, foram as zonas centro e de Lisboa e Vale do Tejo, tendo percorrido nos dois dias os concelhos de Góis, Pampilhosa da Serra, Louçã, Viseu, Vila Nova de Paiva, Sátão, Coimbra, Ourém, Tomar e Ferreira do Zêzere, onde se encontraram com as populações de várias localidades, presidentes de câmaras e de juntas de freguesia, com bombeiros, responsáveis das circunscrições florestais, centros de coordenação operacional e outras entidades oficiais.

Prejuízos materiais

Incalculáveis são os prejuízos materiais e ainda é cedo para qualquer balanço exaustivo. Contudo, a título de exemplo a grupo parlamentar do PCP cita a povoação de Malhada do Comeal, onde já está mais avançado o levantamento dos prejuízos. Mais de cem mil contos é para já o valor apontado para as vinte e oito habitações destruídas, deixando famílias sem abrigo, os respectivos recheios, arrecadações, palheiros, currais, lernas, colmeias, dezenas de cabeças de gado e animais domésticos.

Nas freguesias de Cabil, Vidual,

Desconhecem-se as causas

Segundo os relatórios oficiais existentes, desconhecem-se as causas em mais de 80 por cento dos fogos florestais por falta de investigação sistemática. Em 85 por cento dos casos cujas causas foram investigadas conclui-se deverem-se a factores humanos, por negligência ou acção criminosa.

Todavia, os deputados comunistas apontam várias causas dos incêndios e dificuldades sentidas no seu combate.

■ Anabela Fino

GRACAS E DESGRACAS DA ÊMIGRAÇÃO PORTUGUESA O PREÇO

DO PÉ DE MEIA (2)

Se há palavras que sugerem imagens, *Suíça* é uma delas. Mesmo quem nunca passou pelo país ou se demorou sequer a assinalá-lo no mapa, à sua simples menção visualiza logo altas montanhas, picos nevados, relógios de cuco, vacas nos prados, chocolates, queijos, bancos, dinheiro. A realidade nem sempre é como a imaginamos. É verdade que as montanhas continuam lá, mas a neve tem vindo a desaparecer de há três anos para cá; os relógios encantam os turistas, mas os preços estão pela hora da morte; as vacas continuam a posar para as fotografias, mas o chocolate e os queijos são idênticos aos que se vendem em qualquer supermercado; os bancos abundam e o dinheiro também, mas é cada vez mais caro.

E no entanto é esta imagem que continua a atrair milhares de emigrantes, na ilusão de amealhar em meia dúzia de anos o desfogo para o resto da vida. Quanto custa um pé de meia?

A pergunta pode parecer insólita, mas faço-a pela simples razão de que ela não parou de me martelar na cabeça durante as minhas andas e bolandas pela Suíça.

O contacto com os nossos emigrantes, trabalhem eles nas obras, na agricultura ou na hotelaria, permitiu concluir duas coisas: a primeira, é que ninguém parte de livre vontade; a segunda, é que todos desejam regressar.

Trocando por miúdos, significa isto que os portugueses só se dispõem à emigração porque não têm em Portugal condições de trabalho que lhes permitam as condições de vida a que legitimamente aspiram. Ao procurar no estrangeiro o que não encontram no seu país, têm como objectivo o tal pé de meia que lhes permitirá voltar e enfrentar o futuro com menos preocupações: uma casa, um carro, uma conta no banco, um negócio por conta própria, os estudos dos filhos...

Mas quanto pagam para conseguir este sonho?

O dormitório de portugueses em S. Jean, nos arredores de Genebra, começa a responder a esta pergunta. O dia de trabalho chegou ao fim, a tarde ainda está quente. Bancos corridos junto aos barracões de madeiras, umas cervejas para matar a sede, a curiosidade e o receio misturados à aproximação de estranhos. Ao pedido para ver as instalações, para fotografar os quartos, todos se retraem. Não têm medo, dizem, mas... Finalmente há um que toma a iniciativa e se dispõe a mos-

trar-me o tuguio que partilha com outros dois portugueses, enquanto desenrola o rol das queixas: agora estão três em cada quarto, mas já foram quatro. As camas são pouco mais do que tarimbas, a roupa está pendurada nas paredes de madeira, que não há outro sítio para as arrumar. Uma espécie de cacifos estreitos, em madeira, servem para arrumar alguma comida, um ou outro objecto pessoal. Uma mesa a meio

do quarto, uns bancos, e é tudo. Não há uma ficha que permita ligar um frigorífico, logo não há frigorífico; nem ferro de engomar, nem nada que possibilite um pouco mais de conforto. O quarto cheira a suor, a roupa suja, a restos de comida, apesar da janela aberta. Ao lado, uns sanitários com um mínimo, muito mínimo, de condições.

Os trabalhadores portugueses pagam por aquilo 250 francos por

cões, mesmo lavada, conserva cheiros antigos de promiscuidades.

Vencido o receio inicial - após muitas garantias de que o não vou identificar - quem me serve de «guia» a este mundo à parte dos imigrantes portugueses conta a sua história: tem 59 anos e saiu pela pri-

uma galinha para a viagem. Dei muito tombo por aí. Já fiz de tudo um pouco, agora estou na Suíça a trabalhar na construção civil. Viu como vivemos, somos três homens, com roupa suja do trabalho, como é que não há-de cheirar mal? O espaço é pouco, as condições ruins, ficamos para aqui longe de tudo, da família, da terra, mesmo na Suíça vivemos isolados.

E no entanto continua a trabalhar. Para ficar rico, pergunto? Ri-se. Se estivesse rico já tinha voltado para



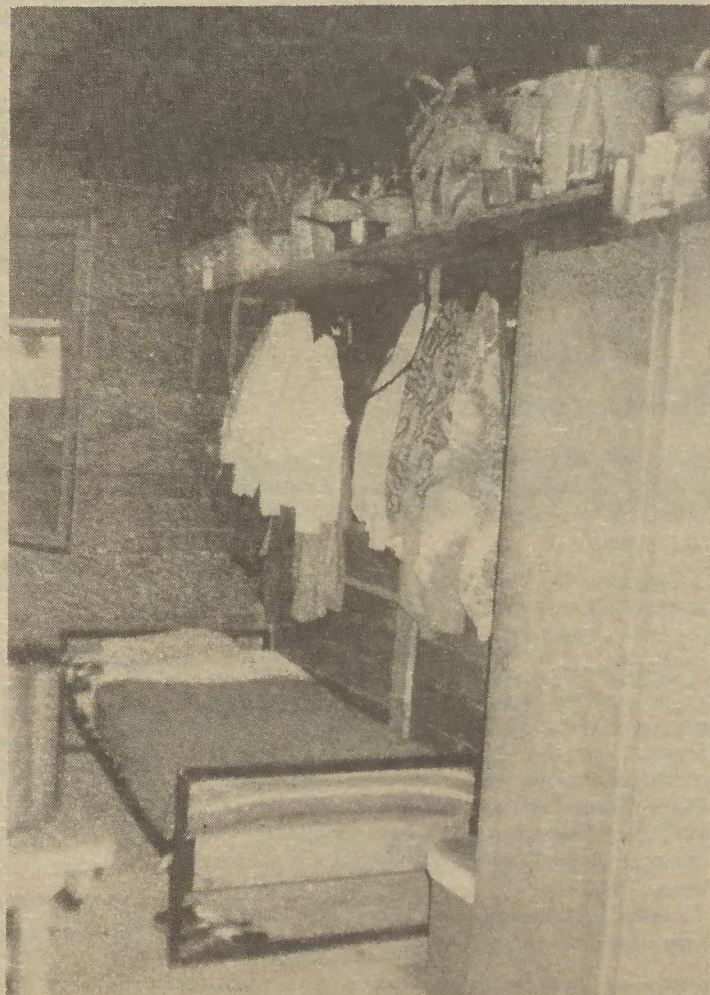
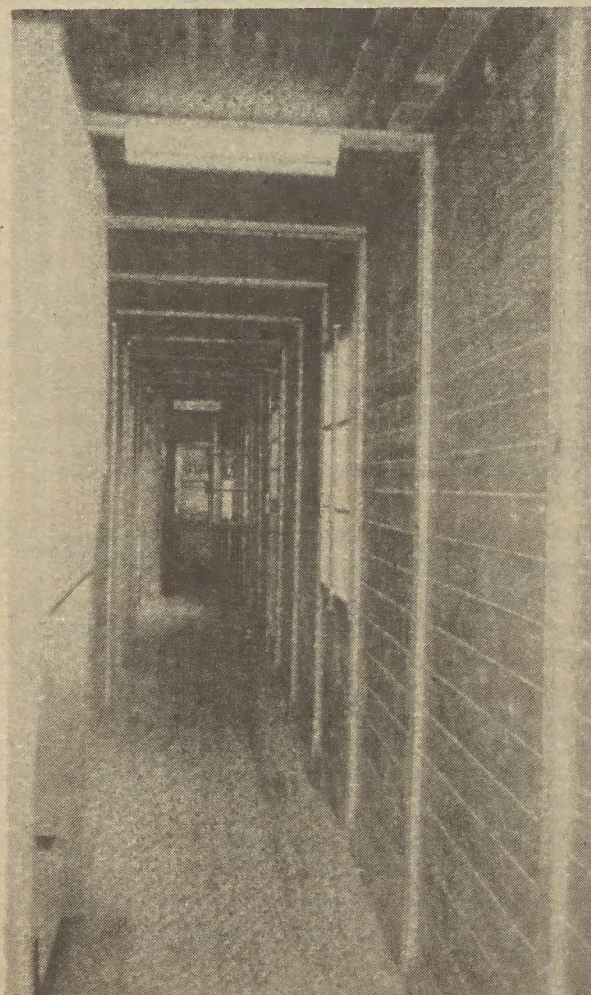
casa. Agora assim, temos que juntar para a velhice, sabe como é...

Os guethos dos emigrantes

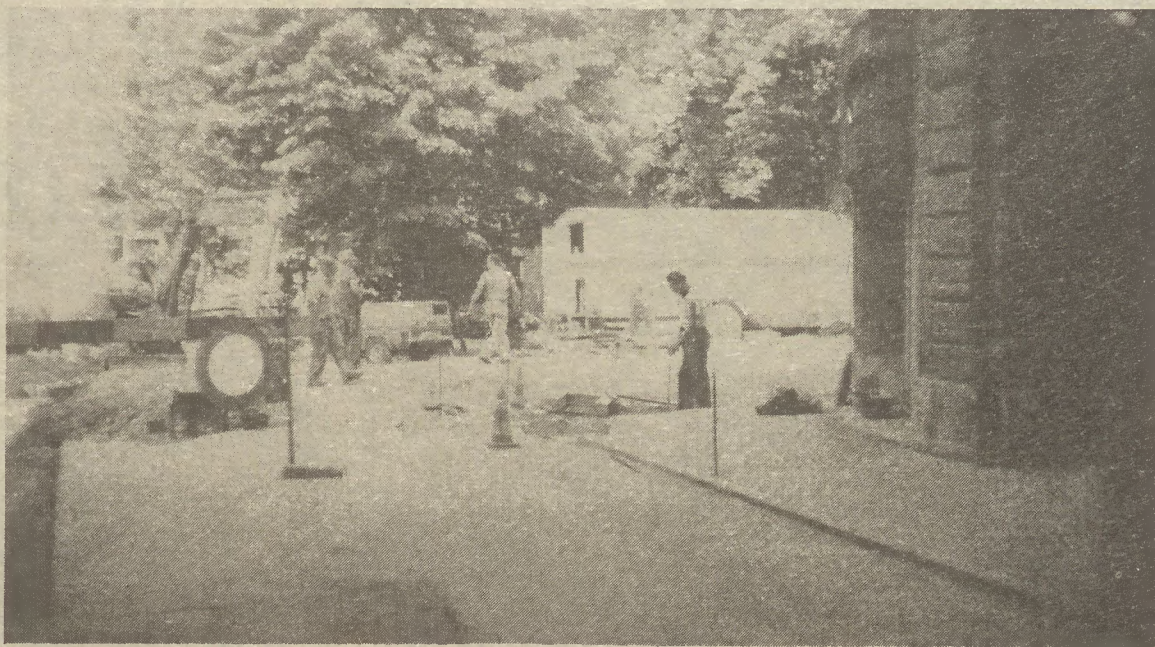
Mais à frente, num «bairro» novinho em folha, um alojamento de tra-

meira vez de Portugal no tempo de Salazar.

Fui a salto para França, só com a roupa que tinha no corpo, um pão e



Fotografar as condições em que vive grande parte dos portugueses na Suíça nem sempre é possível, exige demoradas conversações de convencimento e rapidez de concretização antes que alguém se arrependa. Mesmo os que trabalham com autorização recebem retaliações, sobretudo a não renovação do contrato. O que não impede que se sintam explorados quando pagam 250 francos suíços por um barracão de madeira a que se chama quarto



Trabalhar nas pedreiras é um trabalho duro, em qualquer parte do mundo; na Suíça, já há compatriotas nossos sofrendo de silicose. Mas o sector da construção, onde se registam mais acidentes de trabalho e doenças profissionais, continua a absorver a maior fatia da mão-de-obra dos emigrantes

balhadores emigrantes bem diferente. É um espaço concebido para 600 pessoas. A maioria são portugueses.

Em blocos de vários andares, os quartos, de duas camas, são simples mas espaçosos. Há um telefone em cada andar, casas de banho e duchas. O aldeamento dispõe ainda de um refeitório moderno onde o preço das refeições é acessível, um bar, sala de jogos e de televisão.

Por iniciativa de uns tantos, entre os quais alguns camaradas, improvisou-se um campo de futebol e em fase de preparação está uma biblioteca e uma outra sala de televisão, esta servida de antena parabólica.

Neste complexo - que alguns consideram uma espécie de *guetho* de luxo - os quartos duplos custam 315 francos por mês, os individuais 400

francos. Não tem comparação possível com as barracas que visitei antes, mas o problema de fundo - o isolamento, a falta de privacidade - subsiste. A mão-de-obra estrangeira é amplamente usada na Suíça, mas os trabalhadores temporários não têm o direito de se integrar na sociedade.

Emigrar significa sempre, para a grande maioria, deixar para trás a família. E enquanto se sonha com a

licença de habitação, o mandar vir a mulher e os filhos, o isolamento é um fardo real na vida de todos. Basta reparar na forma como olham qualquer mulher que visite o aldeamento, na fúria com que pontapeiam a bola, no interesse com que acompanham iniciativas como a sessão de esclarecimento sobre a SIDA, nos casos de divórcio ou até mesmo nas situações extremas de bigamia.

O isolamento, confirmam, é um dos maiores problemas. E é fre-

quente, entre os casados, acabarem por ter lá as mulheres, ilegalmente; começam por ir de férias e ficam, clandestinamente, a trabalhar «ao negro». Até que consigam a autorização de residência ou serem descobertas pela polícia que as expulsa do país com um carimbo vermelho no passaporte e o pagamento de pesadas multas.

Para muitos, o risco compensa; sempre são dois a trabalhar para o

orçamento comum e mais «fácil» se torna cumprir o que se tornou o expoente do sucesso do emigrante - voltar de férias a Portugal, ao fim de um ano, ao volante do último grito da moda em quatro rodas.

Pelo caminho, em histórias que ninguém conta e de que me proponha dar conta, ficam as desgraças da sobre-exploração, das jornadas de trabalho de 10, 12, 14 horas, das doenças que se não tratam por mor da clandestinidade, dos contratos que não são cumpridos, dos filhos traumatizados por ficarem fechados em casa - em Zurique há 34 crianças portuguesas a receber tratamento psiquiátrico devido às condições em que viveram até à entrada na escola -, da juventude não vivida.

É este, afinal, o preço do pé de meia. ■

ESCÂNDALOS NO PARAÍSO

Friburgo, 13 de Julho: o Sindicato da Construção e Madeiras (FOBB) denuncia em conferência de imprensa um escândalo que vai dar que falar - 45 trabalhadores, dos quais 40 *ao negro*, são despedidos. Dos clandestinos, trinta e oito são portugueses, dois são jugoslavos.

O despedimento é apenas um pormenor de todo o problema: por pagar estão salários e férias, impostos e descontos para a assistência social, num total de **503 000 francos. Meio milhão de francos!**

É o despedimento, sem aviso prévio, que precipita a situação e leva os trabalhadores a contactar o sindicato. Sabe-se então que os encargos sociais, os salários de Maio e Junho, o 13º mês, os descontos para a segurança estão por pagar, o Contrato Colectivo de Trabalho (CCT) não é cumprido, as condições de trabalho e higiene são deploráveis. Não chega sequer a ser uma novidade: a firma «Ducommun Dimitri» é conhecida pelo seu desrespeito pelas normas de trabalho e segurança, tendo-lhe sido retirado o direito de empregar pessoal quer sazonal (por nove meses) quer por quatro meses. Recorre então ao trabalho dos clandestinos, com as consequências já referidas.

Despoletado o processo, as negociações entre a empresa e o FOBB arrastam-se, envolvendo pelo meio peripécias várias, como um **cheque sem cobertura de 150 000 francos** e acordos não cumpridos. O Sindicato consegue, todavia, recuperar 105 000 francos, já distribuídos pelos trabalhadores. O processo continua

para tentar reaver os 297 000 francos em dívida, tendo o FOBB assumido o compromisso de fazer chegar essa verba aos trabalhadores, mesmo se entretanto forem forçados a regressar a Portugal.

Reforma compulsiva após 22 anos de Suíça

Francisco Dionísio, trabalhador sazonal na Suíça durante 22 anos, foi este ano forçado a reformar-se, ou seja, não pode voltar a trabalhar naquele país.

A sua história é um exemplo dramático da falta de informação e das dificuldades em se enfrentar sozinho os meandros da legislação suíça e do oportunismo dos empregadores.

Saiu de Castro Verde em 1967 para trabalhar na agricultura no cantão de Zurique, com contrato sazonal, o que significa chegar na Primavera e partir no Inverno; durante dez anos, esta é a sua vida, passando de um patrão para outro, de cantão para cantão, sempre com o chamado

«permis» A que o autoriza a permanecer no país por **um máximo de 9 meses** sem direito a fazer-se acompanhar da família.

Em 1977, com 49 anos, Francisco Dionísio trabalha em Genebra e continua a sonhar com o «permis» B (para cuja obtenção é necessário trabalhar nove meses por ano, quatro anos consecutivos, ou seja 36 meses), que lhe dará a autorização para permanecer na Suíça todo o ano, ou seja, sem ser forçado a voltar a Portugal pelo menos durante três meses, sem salário. Só com o «permis» B um trabalhador emigrante pode, legalmente, ter a família consigo, se conseguir arranjar uma casa para tal. O que não é fácil, como veremos no próximo número.

O nosso patrício de Castro Verde nunca o vai conseguir. Pequenos atrasos de 2 ou 3 semanas no envio, pelos patrões, da autorização de trabalho, vão fazer com que nunca atinja os 36 meses consecutivos de trabalho na Suíça.

Em 1985, Francisco Dionísio tenta resolver o problema com um pedido especial de «permis» B ao Departamento de Justiça e da Polícia de Genebra, mas nada consegue; recorre ainda ao Conselho de Estado, com idêntico resultado. Os anos passam e a situação mantém-se. Agora com 60 anos, Francisco Dionísio já não tem o vigor requerido para o trabalho no campo. De regresso a Castro Verde, fica à espera do

seu eterno «permis» A que já não vai chegar. O patrão prefere substituí-lo por braços mais novos.

Quem paga a factura?

De certeza que Joaquim Gomes, de 34 anos, nunca imaginou que a sua aventura de partir para a Suíça para trabalhar, sem as devidas autorizações, ia acabar tão mal. Tudo começou em Setembro do ano passado, quando encontra trabalho em casa de um agricultor de Grandsivaz que lhe promete regularizar a situação e pagar o salário convencional; o tempo passa, o salário é baixo, de autorização de trabalho nem vestígios. Joaquim Gomes decide despedir-se, passados dois meses.

Ao tentar receber os 500 francos a que se julga com direito, tudo se complica. A «patroa» começa por lhe dizer não ter dinheiro, mas perante a ameaça do trabalhador em se queixar à polícia acaba por atraí-lo para dentro de casa. Uma vez aí procura agredi-lo com um machado; Joaquim Gomes foge, consegue subir ao primeiro andar e salta pela janela. Cai mal e magoa-se num pé. Arrasta-se mesmo assim até à estrada, onde é recolhido e levado ao hospital. Tem uma fractura no antebraço que é preciso operar. Mas quem vai pagar a factura?

Clandestino, o trabalhador português não está sequer no seguro,

como obriga a lei. Apesar disso, apresenta queixa na polícia. Interrogados, os patrões recusam-se a prestar declarações: «não há testemunhas», logo nada se pode provar; o salário por pagar? «É um clandestino. Não há contrato».

Trabalho escravo

Jean-Charles Constantin é um suíço, produtor de morangos e alperces no cantão de Valais, cheio de expedientes. Contratou 25 portugueses, com autorizações de trabalho na agricultura para dois e quatro meses; instalou-os numa casa em ruínas, nos arredores do aeroporto de Sion, pela qual cobrava a cada um a quantia de 250 francos por mês. Em troca, os portugueses dispunham de um colchão no chão, em quartos minúsculos onde entrava a água das chuvas, uns caixotes de madeira a servir de armários, duas bocas de gás numa pseudo-cozinha e dois chuveiros. É o que se pode chamar um «bom negócio»... para o patrão, claro: 6 250 francos por mês por um monte de ruínas.

Mas não é tudo. Jean-Charles Constantin sabe rentabilizar o seu dinheiro. Não contente com a exploração do alojamento e do trabalho agrícola, começou a «alugar» os seus trabalhadores em Sion, por 15 francos à hora. Os trabalhadores recebiam 8.60 francos, os restantes 6.40 francos iam para o bolso de Constantin.

O escândalo, denunciado pelo FOBB, teve direito a espaço nos jornais.

Não se pense que não existe no cantão de Valais legislação para casos destes. Existe. Data de 1968, por exemplo, o despacho cantonal que define as condições de alojamento dos trabalhadores no Valais, cabendo às autoridades controlar o seu respeito, sempre que é solicitada uma autorização de estadia. O que não foi feito. Mas uma vez denunciada a situação há que aplicar a multa pela infracção, não é verdade? Acontece que a multa é meramente simbólica: vai de **20 a 2 000 francos!** Uma ninharia para quem arrecada **6 250 francos** por mês por um alojamento em ruínas, mais **160** por hora por trabalho escravo.

Isto é apenas um exemplo do que se passa na civilizada Suíça. O paraíso capitalista. ■



Dirigentes do Sindicato da Construção e Madeira (FOBB) denunciam em conferência de imprensa o despedimento de trabalhadores clandestinos, na sua maioria portugueses, a que o patrão ficou a dever meio milhão de francos



sabemos que andam por aí uns quantos a ficar com o bocado atribuído aos restantes. Quem é que não se governava bem com (alguns) aumentos da televisão? Para fazer estudos destes mais valia à UGT ir de férias.

Um avião pr'ó Governo

O Ministério da Defesa acaba de informar que o «Estado português» comprou mais um aviazinho para o transporte de «altas personalidades». Como justificação da despesa com o **Falcon 50** é evocado o «elevado interesse público» da «manutenção de meios aéreos que possibilitem o cumprimento das diversas tarefas do âmbito nacional, nomeadamente a capacidade para responder às crescentes necessidades de transporte de altas entidades em serviço da Nação».

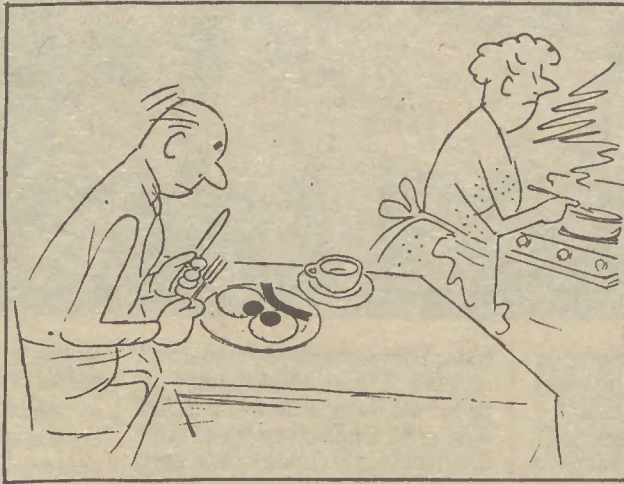
Ou seja, as **altas entidades** e o **elevado interesse** já não se satisfazem com meios terrestres, pelo que procuram nas alturas a sua realização. E isto apesar do País estar em plena campanha de poupança, a carregar nos impostos para tapar os numerosos défices, como o recente aumento da gasolina tão bem ilustra.

Sendo o avião um meio de transporte um pouco mais folgado do que o automóvel, vamos certamente passar a ouvir falar de deslocações colectivas das **altas entidades** numa prova suprema da sua dedicação à causa pública e à poupança dos dinheiros públicos. Como não se pode esbanjar, é de crer também que — a exemplo do sucedido com outros aviões governamentais — este venha a ser aproveitado pelos familiares e amigos das **altas entidades** para uma ida às compras ou umas viagens de recreio. Como se costuma dizer, no poupar é que está o ganho.

Independências

O Presidente da Assembleia da República empossou anteontem nove membros da Alta Autoridade para a Comunicação Social. No discurso proferido na ocasião, Vítor Crespo salientou que não há poder democrático onde não exista uma

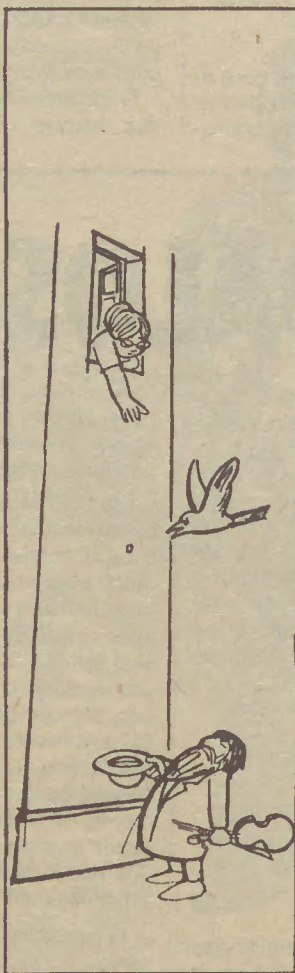
Pontos Cardeais



Comunicação Social sólida, activa e eficaz, mas livre e independente, designadamente perante o poder político e o poder económico. Valores que deverão igualmente pautar a actividade da AACs, como não deixou de referir. Não podíamos estar mais de acordo. Mas uma dúvida momentosa se levanta: se a liberdade e independência são fundamentais, porque insistiu o Governo em governamentalizar a AACs? É que dos nove membros agora empossados, seis são da confiança política... do PSD. E como os quatro que faltam para completar aquele órgão vão ser cooptados pelos nove já empossados, está bom de ver qual a maioria que vai imperar.

Papelões

Primeiro foram os vidrões, agora são os «papelões». A experiência está a correr em Oeiras em visa o aproveitamento de papéis velhos para a produção de papel novo. Uma iniciativa que poderá poupar a vida de dezena e meia de árvores por cada tonelada de papel aproveitada. Como é hábito nestas coisas, as escolas foram as primeiras a ser sensibilizadas e tudo leva a crer que os **putos** estão a aderir bem à iniciativa, havendo já outros municípios



interessados em aproveitar a experiência e seguir o exemplo. «Papel velho é papel novo» é o lema. Os papelões são azuis, pelo que não se confundem com os vidrões que são brancos e verdes. Se virem alguns por aí, já sabem: toca a pôr os papéis lá dentro!

Aumentos

Em letras garrafais de primeira página, como é hábito, o Correio da Manhã de ontem faz-nos saber que os salários aumentaram 14 por cento; investigando, apura-se que a informação resulta de um estudo da UGT e que o referido resultado resultou do «aumento médio simples das tabelas salariais da contratação colectiva». Mais se afirma, a linhas tantas da notícia, que os tais aumentos afinal não podem ser tomados «como equivalente ao aumento da massa salarial». Para aumentar ainda mais a confusão, acrescenta-se que para o mês de Fevereiro a tal média foi de 18,22 por cento, devido ao aumento de 42 por cento nas tabelas salariais do acordo de empresa da RTP, embora não ultrapasse os 13,46 por cento sem a RTP... Neste ponto da notícia desistimos. Afinal, os aumentos não são aumentos; ou se se preferir, têm o valor daquelas estatísticas que dizem que cada português come não sei quantos quilos de marisco por ano, mais bife de vaca e etc., quantos todos



Gazetilha

por Ignotus Sum

A prenda

— Vais pra férias? Vais pra férias? (diz Cavaco em voz tremenda) pois deixemo-nos de lérias, aqui tens para as tuas férias uma rica, rica prenda...

Fico todo sorridente.
Que seria? Coisa fina...
O Cavaco aguça o dente
abre a mão, muito contente;
o aumento da gasolina...

Desequilíbrio

Havia quem esperasse
que o combustível descia
De repente, o volte-face
e ele subia, subia...

Então porquê, porque é que o
aumento veio afinal?
Pois foi só por causa do equilíbrio orçamental...

Se o petróleo desce
no país original
se sobe, é por causa do
equilíbrio orçamental...

Grande monco de peru
de quem não esperava tal
aumento, por causa do
equilíbrio orçamental...

Governo é rei que vai nu
nas ruas de Portugal
desta vez por causa do
equilíbrio orçamental...

Dentro do enorme baú
já reina o desequilíbrio
e tudo por causa do
do orçamental equilíbrio...

Correcção

No incremento
e no fomento
do mantimento
no luzimento
do orçamento
governo ao vento
todo lançado
«está empenhado...»
com emoção
diz o porta-voz.

Perdão, perdão,
quem está empenhado somos nós...

O pão silenciado

Até hoje ainda ninguém
se lembrou de falar disso.
Mas todos sabemos bem
que o silêncio é bom serviço...

O governo não é peco
e tem manhas, tem estudos.
O preço do papo-seco
subiu de oito a nove escudos...

Que é que está dentro do saco?
O que é que se tem em vista?
«O governo — diz Cavaco —
é um governo realista...»

Vida cara é bom para o Zé?
Oíço estas coisas e cismo
que realismo isto não é.
O que isto é... é surrealismo...

Agenda

Avante!

Ano 60 — Série VII
N.º 867

2 de Agosto de 1990

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

IX FESTA DA TERRA E DO MAR NO CASTELO DE SINES

PELO AMBIENTE
PELA VIDA
POR SINES



PROGRAMA SEXTA FEIRA 3/AGOSTO

21.30 HORAS
Abertura da Festa
Hastear de Bandeiras, com a participação
da BANDA DA S.M.U.R.S.S.
Lançamento de Foguetes

22.00 HORAS
Música Hard Rock
GRUPO ROCK A BANDA

23.00 HORAS
Música Moderna Portuguesa
«DELFINES»

SÁBADO 4/AGOSTO
20.00 HORAS — Restaurante Central
TAS — TEATRO AMADOR DE SINES
(durante o jantar o TAS exhibe alguns números do seu repertório)
21.30 HORAS
Cantares Alentejanos
«OS PASSARINHOS DA QUINTA»

22.00 HORAS
Intervenção Política
CARLOS CARVALHAS
(Secretário-Geral Adjunto do PCP)

23.00 HORAS
Noite de Fado
RODRIGO

24.30 HORAS
Pela Noite Dentro
FADO AMADOR

DOMINGO 5/AGOSTO
18.00 HORAS — Bairro Marítimo
Concerto pela Banda
UNIÃO RECREIO E SPORT SINEENSE
Entrega de Prémios Desportivos

22.00 HORAS
Música Ligera
NOVA GERAÇÃO

23.00 HORAS
Música Popular Portuguesa
GRUPO PORTA ABERTA

DESPORTO TAMBÉM É FESTA

FUTEBOL DE SALÃO
Entre 30 de Julho e 5 de Agosto

PAVILHÃO DOS DESPORTOS
8.º TORNEIO DE JUVENIS
ESCALÕES
1.º dos 8 aos 12 Anos
2.º dos 13 aos 15 Anos

3.º TORNEIO DE VETERANOS
ESCALÃO
dos 35 aos 100 Anos

ATLETISMO
Domingo 5/Agosto

Partida junto ao Castelo
pelas 10.00 horas

Poderão participar
todos os escalões

Jantar-convívio com Álvaro Cunhal no Terraço do CT Vitória

promovido pelo Sector de Empresas
(Norte e Centro) e Serviços de Lisboa

Sexta-feira às 20.00

(inscrições no CT Duque de Loulé — tel. 52 80 23)

Santiago do Cacém

Sábado
Convívio de amizade

Programa:
12.30 — Almoço-convívio
13.30 — Intervenção política
14.30 — Torneio de chinquillo
17.00 — Baile Popular

Festa Jovem

na Quinta do Conde
Rua 6, sábado e domingo

Ranchos folclóricos
Baile
Artesanato
Arraial
Serviço de bar

Festa de Campo em Montemor-o-Novo

(junto à ponte de Évora)

Às 16.00:

intervenção
de Carlos Carvalhas

FEIRA DA LADRA

na FEIRA DE PEDROUÇOS *5.º*
SABADO

NO DIA 4 DE AGOSTO TODO O DIA

VENHA DE VELHARIA, UTILIDADE, BRINQUEDOS,
ROUPAS DE SEMPRE NÓBEM E CRIANÇA,
LIMPOS, INFANTIS E MUITA MUITA COISA MAIS.
TUDO AO BEM-ESTAR.

Convívio de emigrantes

5 de Agosto
Domingo

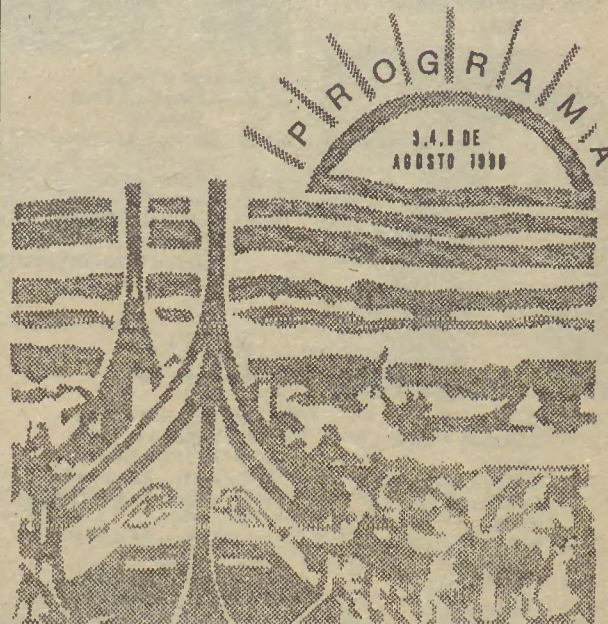
Seixal/Amora
Quinta da Atalaia

10 horas: Chegada e concentração no local
Visita guiada ao terreno da Festa
do «Avante!»
Confraternização
Almoço (sardinha, bacalhau e
frango assado, etc.)
Animação musical
Informação política a cargo de
Luísa Araújo, membro do
Secretariado do CC do PCP

16 horas: Continuação do Convívio

6.ª
festa da
costa, do
sol e do
mar

COMISSÃO DE FREGUESIA DA
COSTA DE CAPARICA DO PCP



PRAÇA N. SRA. DOS NAVEGANTES • COSTA DE CAPARICA

SEXTA 3/8

19H00 ABERTURA DA FESTA
21H30 GRUPO CORAL "ECOS DO ALENTEJO"
22H00 GRUPO CORAL E MUSICAL "OS SEMPRE JOVENS"
22H30 MÚSICA DE INTERVENÇÃO POR JOÃO QUEIROZ

SÁBADO 4/8

21H30 MÚSICA PORTUGUESA
22H00 VIDEO, ECRAN GIGANTE

DOMINGO 5/8

21H00 COMÍCIO DE ENCERRAMENTO
COM
LUIZA ARAUJO

Casebres

Sábado e domingo
Festa da Alegria

Espectáculos:

Sábado às 21.30 -

Jorge Lomba; às 22.30 — Baile

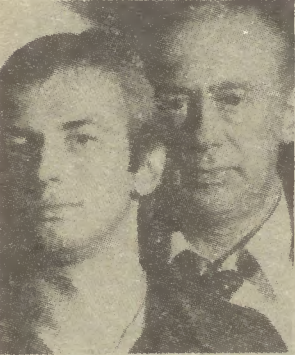
Domingo às 21.00 -

Ranchos folclóricos; Baile

TV O Programa

Quinta
RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez (inclui «Os Marretinhas»)
12.05 - A Gata Comeu (61ª epis.)
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Um Anjo na Terra (nova série, 1ª epis.)
14.15 - Pescadores (5ª epis.)
14.45 - Lou Reed
15.40 - Casa de Irene (66ª epis.)



16.10 - Derrick (25ª epis.)
17.00 - O Mundo Animal (25ª epis.)
17.30 - Brinca Brincando
18.30 - Os Marretinhas (22ª epis.)
19.00 - Volta a Portugal em Bicicleta
19.25 - Jogo de Cartas
20.00 - Telejornal
20.35 - Boletim Meteorológico
20.50 - Roda de Fogo (29ª epis.)
21.45 - Um Espião no Purgatório (10ª epis.)
22.55 - Luta pela Democracia (3ª epis.)
23.50 - Murphy Brown (17ª epis.)
00.25 - 24 Horas
00.55 - Remate

RTP2

14.00 - Primeiro Jornal
14.30 - Espaço Infantil
14.45 - Filhos e Filhas (52ª epis.)
15.10 - Agora, Escolha!
16.35 - Os Centuriões (17ª epis.)
17.00 - Jogos da Amizade 1990
18.30 - Meu Pé de Laranja Lima (151ª epis.)
19.10 - Espaço Infantil
19.55 - Via Rápida
20.05 - Clássicos da TV - «Ruas de S. Francisco» (12ª epis.)
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Emoções (27ª epis.)
22.00 - Corrida TV (transm. Campo Pequeno)

Sexta
RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez
12.05 - A Gata Comeu
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Guerra e Paz (série, 1ª epis.)
14.20 - O Mar e a Terra (5ª epis.)
14.45 - David Bowie
15.45 - Os Amores de Napoleão e Josefina (5ª epis.)
16.30 - O Mundo Animal
17.00 - Brinca Brincando
18.30 - Os Marretinhas

19.00 - Volta a Portugal
19.25 - Jogo de Cartas
20.00 - Telejornal
20.35 - Boletim Meteorológico
20.50 - Roda de Fogo



21.50 - Wolf (4ª epis.)
22.50 - A Magia de Paul Daniels
23.40 - Chefe, Mas Pouco (25ª epis.)
00.10 - 24 Horas
00.40 - Remate
00.50 - Pela Noite Dentro - «A Bala Traçozeira», real. David Greene (EUA/1979, 145 min.)

RTP2

14.00 - Primeiro Jornal
14.30 - Espaço Infantil
14.45 - Filhos e Filhas
15.10 - Agora, Escolha!
16.35 - Jogos da Amizade 1990
18.30 - O Meu Pé de Laranja Lima
19.15 - Espaço Infantil
19.55 - Via Rápida
20.05 - As Cidades e as Terras
20.30 - Bucha e Estica (17ª epis.)
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - D. Beija (45ª e últ. epis.)
23.00 - Rotações
24.00 - Haja Música

Sábado
RTP1

09.00 - TV Rural
09.25 - Meu Querido Sábado
13.00 - Notícias
13.10 - Moscow Music and Peace Festival (1ª parte)
14.05 - Os Espectaculares Records Guinness
14.25 - O Barco do Amor (1ª epis.)
15.20 - Vivamúsica
16.10 - Desenhos Animados
16.20 - Sessão da Tarde - «Três Homens a Abater», real. Jacques Deray (Fr/1980, 92 min.)
17.55 - Ouro Negro (2ª epis.)
18.50 - Nem o Pai Morre Nem a Gente Almoça (5ª epis.)
19.15 - Volta a Portugal em Bicicleta
19.45 - Totoloto
20.00 - Jornal de Sábado
21.30 - Campion (série policial, 1ª epis.)



22.35 - The Magic of Music (1ª parte)

23.40 - Cinema da Mela Noite - «Estado de Guerra», real. Walter Hill (EUA/1981, 102 min.)

RTP2

09.00 - Desenhos Animados
09.30 - Herança de Dignidade
10.20 - Caminhos
10.40 - Zona Jazz
11.40 - Um Lar para os Animais
12.25 - A Arte no Mundo das Trevas (série, 2ª epis.)
12.55 - Tauromaquia
13.20 - Cine-Sábado - «Amor Selvagem», real. Jacques Tourner, interpr. Dana Andrews, Susan Hayward (EUA/1946, 90 min.)
15.00 - Estádio
19.00 - Primeiro Jornal
19.15 - Canção de Coimbra Anos 80 (4ª epis.)
19.45 - Boa Esperança (série, 1ª epis.)
21.25 - S. Remo em Liberdade (concerto, 2ª parte)
22.20 - Compacto «O Meu Pé de Laranja Lima»

Domingo
RTP1

09.00 - Domingão
11.30 - 70x7
12.00 - Missa
13.00 - Notícias
13.10 - Espaço 1999 (24ª epis.)



14.00 - Olto e Olenta (7ª progr.)
15.20 - Aquil D'Erock (festival de música rock na Caparica)
16.45 - Primeira Matinée - «Quanto Mais Quente Melhor», real. Billy Wilder, interpr. Marilyn Monroe, Jack Lemmon, Tony Curtis (EUA/1959, 116 min.)
18.25 - McGyver (44ª epis.)
20.00 - Jornal de Domingo
20.30 - Boletim Meteorológico
20.40 - Querido John (1ª epis.)
21.20 - O Quinto Missil (últ. epis.)
22.05 - Domingo Desportivo
22.55 - Saga da Canção Francesa

RTP2

09.00 - Música n'América
10.00 - Troféu
13.00 - Espaço Infantil
14.15 - Novos Horizontes
14.35 - O Reino do Atlântico (série, 1ª epis.)
15.30 - Troféu
19.00 - Primeiro Jornal
19.15 - Proclamação do Mar
19.45 - A Bela e o Monstro

20.30 - Artes e Letras
21.30 - Cineclube - «Napoleão», real. Sacha Guitry (Fr/1955, 1893min)

Segunda
RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez
12.05 - A Gata Comeu
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Sete Filhos (4ª epis.)
14.20 - A Água e a Vida (7ª epis.)
14.50 - Cliff Richard (1ª parte)
15.45 - Casa de Irene
16.15 - Buck Rogers
17.00 - O Mundo Animal
17.25 - Brinca Brincando
18.30 - Os Marretinhas
19.00 - Volta a Portugal em Bicicleta
19.25 - Jogo de Cartas
20.00 - Telejornal
20.30 - Boletim Meteorológico



20.45 - Roda de Fogo
21.45 - Jogos Sem Fronteiras
23.20 - Histórias de Duas Cidades (3ª epis.)
00.20 - 24 Horas
00.50 - Remate

RTP2

14.00 - Primeiro Jornal
14.30 - Espaço Infantil
15.00 - Filhos e Filhas
15.30 - Agora, Escolha!
17.00 - Jogos da Amizade 1990
18.30 - O Meu Pé de Laranja Lima
19.05 - Espaço Infantil
19.55 - Via Rápida
20.05 - Clássicos da TV - «Ruas de S. Francisco»
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Encontro com a Música e a Dança
22.00 - Ópera - «A Coroação de Popeia», de Monteverdi, produção e interpretação da Ópera de Zurique

Terça
RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez
12.05 - A Gata Comeu
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Dallas
14.15 - Rotas do Extremo Ocidente (3ª epis.)
14.40 - Paul McCartney
15.35 - A Casa de Irene
16.05 - Pais e Filhos (6ª epis.)
17.10 - O Mundo Animal
17.35 - Brinca Brincando
18.30 - Os Marretinhas
19.00 - Volta a Portugal em Bicicleta
19.25 - Jogo de Cartas
20.00 - Telejornal
20.30 - Boletim Meteorológico
20.50 - Roda de Fogo
21.45 - Primeira Página
22.55 - Saracen (4ª epis.)
23.50 - 24 Horas
00.20 - Remate

RTP2

14.00 - Primeiro Jornal
14.30 - Espaço Infantil
14.50 - Filhos e Filhas
15.30 - Agora, Escolha!
16.55 - Os Novos Caça-Fantasmas (37ª epis.)
17.20 - Contos Contados
17.50 - No Rasto dos Animais Selvagens
18.40 - O Meu Pé de Laranja Lima
19.20 - Espaço Infantil


Filmes

«A Bala Traçozeira» - 6ª, 00.50, RTP-1
«Amor Selvagem» - sáb., 13.20, RTP-2
«Três Homens a Abater» - sáb., 16.20, RTP-1
«Estado de Guerra» - sáb., 00.40, RTP-1
«Quanto Mais Quente Melhor» - dom., 1, RTP-1
«Napoleão» - dom., 21.30, RTP-2
«Nós Por Cá Todos Bem» - 3ª, 21.50, RTP-2
«A Baía do Ódio» - 4ª, 22.05, RTP-1

Ópera

«A Coroação de Popeia» - 2ª, 22.00, RTP-2

Música
Quinta

14.45, RTP-1: Lou Reed
19.55, RTP-2: Via Rápida

Sexta

14.45, RTP-1: David Bowie
19.55, RTP-2: Via Rápida
24.00, RTP-2: Haja Música

Sábado

13.10, RTP-1: Moscow Music and Peace Festival (1ª parte)
15.20, RTP-1: Vivamúsica
19.15, RTP-2: Canção de Coimbra Anos 80
21.05, RTP-2: S. Remo em Liberdade (2ª parte)
22.35, RTP-1: The Magic of Music (1ª parte)

Domingo

09.00, RTP-2: Música n'América
22.55, RTP-1: Saga da Canção Francesa - Charles Aznavour

Segunda

14.50, RTP-1: Cliff Richard
19.55, RTP-2: Via Rápida

Terça

14.40, RTP-1: Paul McCartney
19.55, RTP-2: Via Rápida

Quarta

14.45, RTP-1: Joe Cocker
19.55, RTP-2: Via Rápida

Desporto

Remate - RTP-1, 5ª (00.55), 6ª (00.40), 2ª (00.50), 3ª (00.20), 4ª (00.30)
Domingo Desportivo - RTP-1, 22.05
Troféu - RTP-2, dom., 10.00 e 15.30
Volta a Portugal em Bicicleta - nos noticiários desportivo habituais e num «especial», diariamente às 19.00 na RTP-1
Basquetebol - Campeonato do Mundo a partir de 4ª feira

19.55 - Via Rápida
20.05 - Clássicos da TV - «Ruas de S. Francisco»
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Cinemagazine
21.50 - Cinemadois - «Nós Por Cá Tods Bem», real. Fernando Lopes (Portugal, 77 min.)

Quarta
RTP1

09.00 - Bom Dia
10.00 - As Dez
12.05 - A Gata Comeu
13.00 - Jornal da Tarde
13.30 - Clínica Geral (21ª epis.)
14.20 - Estrada Larga (6ª epis.)
14.45 - Joe Cocker
15.45 - A Casa de Irene
16.15 - Acção em Miami (5ª epis.)
17.05 - O Mundo Animal
17.30 - Brinca Brincando

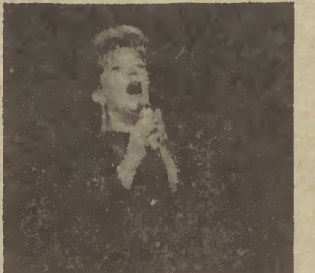


18.30 - Os Marretinhas
19.00 - Especial Volta a Portugal
19.25 - Jogo de Cartas
20.00 - Telejornal
20.30 - Boletim Meteorológico
20.50 - Roda de Fogo

21.45 - Vamos Jogar no Totobola
22.05 - Lotação Esgotada - «A Baía do Ódio», real. Louis Malle (EUA/1985, 100 min.)
23.00 - 24 Horas
00.30 - Remate

RTP2

14.00 - Primeiro Jornal
14.30 - Espaço Infantil
15.05 - Filhos e Filhas
15.10 - Agora, Escolha!
16.30 - O Liceu Degraiss (17ª epis.)
16.50 - Campeonato Mundial de Basquetebol - Jogo EUA-Grécia
17.00 - Jogos da Amizade 1990
18.40 - O Meu Pé de Laranja Lima
19.20 - Espaço Infantil
19.55 - Via Rápida
20.05 - Clássicos da TV - «Ruas de S. Francisco»
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Fuga do Desespero (2ª epis.)
22.25 - Hotel Términus - «A História de Klaus Barbie» (série, 1ª epis.)



23.15 - Fados do Fado (série, 1ª epis.)

Teatro O Cartaz

LISBOA

Cinearte, Largo de Santos. De 3ª a 6ª às 21.30. O Baile, encen. Heider Costa, pelo grupo A Barraca.

Ritz Clube, Rua da Glória, 57. 6ª e sáb. às 22. O Regresso de Bucha e Estica, encen. Mário Viegas.

Teatro Maria Vitória, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 20.30 e às 23. Vitória! Vitória!, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro.

Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3ª a dom. às 21.30, dom.

também às 16.00. Os Meninos à Roda da Mamã, enc. Francisco Nicholson.

CASCAIS

Teatro Mirita Casimiro, Av. Marechal Carmona, 6-B. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.30. Rei Lear, de Shakespeare, enc.

Carlos Avilez, pelo TEC

PORTO

Tearto, Rua do Heroísmo, 86. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16 e 21.30. Anfitrião ou Jupiter e Alcmena, de António José da Silva, encen. Moura Pinheiro, produção conjunta Tear/Os Comediantes.

Cinema

A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Ata-me!	—	★★	—	—
B	Cookie	—	★★	—	★★
C	Jules e Jim	—	★★★★	★★★★	★★★★
D	Na Corda Bamba	—	★★	—	★★★
E	Sonhos	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
F	O Triunfo do Espírito	—	★	—	—

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Pedro Almodovar — Amoreiras/9 (14.00, 16.30, 19.00, 21.45, 24.00); Las Vegas/2 (15.30, 18.45, 21.45); Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Quarteto/2 (14.15, 16.15, 18.15, 20.00, 22.00, 24.00) — Lisboa.
- B — Real. Susan Seidelman — Quarteto/3 (15.00, 16.45, 18.30, 20.15, 22.00, 24.00) — Lisboa.
- C — Real. François Truffaut — Forum Picoas (14.00, 16.00, 18.00, 22.00) — Lisboa.
- D — Real. John Badham — Alfa/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); Amoreiras/1 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 24.00); Fonte Nova/2 (14.15, 16.30, 18.45, 21.15); Império (15.30, 18.30, 21.30); Mundial (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); S. Jorge/1 (15.30, 18.30, 21.30) — Lisboa.
- E — Real. Akira Kurosawa — Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- F — Real. Robert M. Young — Alfa/3 e Amoreiras/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) S. Jorge (14.30, 16.45, 19.00, 21.15) — Lisboa

Exposições



Genários, maquetas e adereços do teatro de revista no Museu do Teatro

LISBOA

António Areal - exposição retrospectiva (1934-1978). Centro de Arte Moderna, Rua Nicolau Bettencourt. 4ª e sáb. das 14 às 19.30, restantes dias das 10 às 17 (fecha 2ª).

Arte Sulca Contemporânea. Fundação Gulbenkian/CAM (galerias de exposições e parque). 4ª e sáb. das 14 às 19.30, restantes dias das 10 às 17 (fecha 2ª). Até 9/9.

Azulejos do Metro - mostra dos azulejos de autor que decoram as estações do Metro de Lisboa: trabalhos de Maria Keil, Cargaleiro, Júlio Pomar, Sá Nogueira, Rogério Ribeiro, Eduardo Nery, Vieira da Silva. Museu do Azulejo, Rua Madre de Deus, 4. De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 17.

No Centenário da Morte de D. Luís - A sua vida e a sua época, em exposição evocativa de que fazem parte peças raramente expostas, designadamente as jóias da Coroa e obras de arte da coleção pessoal do rei. Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até Setembro).

Colectiva de Gravura - gravuras e serigrafias de 150 autores. Espaço Ditec, Av. Igreja, 46-A. De 2ª a sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 19.30.

Colectiva de Pintura («A natureza-morta é um revivalismo?»). Galeria Artebruta, Rua do Século, 104-114. De 2ª a 6ª das 10 às 13.30 e das 15 às 19.30, sáb. das 10 às 13.30.

Desenhara Revista - Cenários e figurinos para o Teatro de Revista (de 1900 a 1960). Museu do teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 17.

Eduardo Luiz - retrospectiva de pintura. Fundação Gulbenkian, Av. de Berna. 4ª e sáb. das 14 às 19.30, restantes dias das 10 às 17 (fecha 2ª).

Evocação de Ivone Silva. Museu do Teatro, Estrada do Lumiar, 10.

A Fotografia Actual em França («Escolha de 3 críticos»). Centro de Arte Moderna, Rua Nicolau Bettencourt. 4ª e sáb. das 14 às 19.30, restantes dias das 10 às 17 (fecha 2ª). Até 14/8.

Jill Stott - Fotografia. Foto Galeria 12A, Costa do Castelo, 12-A (até 31/8).

João Martins - Aguarelas. Galeria Moira, Rua Nova da Piedade, 33. De 3ª a sáb. das 15 às 20 (até 2/8).

90 Anos de Arte Moderna Portuguesa (colectiva). Galeria de S. Bento, Rua do Machadinho, 1. De 2ª a sáb. das 11 às 13 e das 15 às 20.

Paulo Cardoso - Pintura. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167. 2ª das 15 às 19.30, 3ª a sáb. das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30.

Pedro Morais - De-

senho e pintura. Livraria Barata, Av. Roma, 11-A. De 2ª a sáb. das 12 às 23 (até 11/8).

Saldanha da Gama - Pintura e desenho. Gravura, Trav. do Sequeiro, 4, r/c.

Um Século de Electricidade. Central Tejo, Av. Brasília (Belém). De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 19 (ao sáb. até às 22, ao dom. até às 18).

Tapeçaria do Séc. XVI - Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17.

Vitor Ribeiro - Aguarelas. Mãe d'Água das Amoreiras, Praças Amoreiras, 10.

PORTO

«A Alfândega do Porto e o Despacho Aduaneiro» - documentos originais (sécs. XII-XIX), pinturas, gravuras. Casa do Infante, Rua da Alfândega, 8. De 2ª a 6ª das 14.30 às 17.30, sáb. e dom. das 14.30 às 19.30.

Arte Efêmera na Paisagem - exposição de espantalhos. Parque de Serralves (até 29/9).

Gilberto Zorio - Esculturas recentes. Casa de Serralves, R. de Serralves, 977 (até 2/9).

Cartazes de homenagem a Vincent Van Gogh - exposição internacional. Casa de Serralves, R. de Serralves (até 2/9).

Exposição Colectiva de Sócios da Árvore (trabalhos de cerca de 70 artistas). Cooperativa Árvore, Rua Azevedo Albuquerque, 1. De 2ª a 6ª das 14 às 23.30, sáb. das 15 às 19 e das 21.30 às 23.30.

Pedro Tudela - Pintura. Galeria Atlântica, Rua Galeria Paris, 67. De 2ª a sáb. das 15 às 19.30.

OUTRAS LOCALIDADES

João Cutileiro - «Cavaleiros», esculturas. Centro Cultural S. Lourenço, ALMANCEL. **Ilda Pombeira** - Pintura e desenho. Galeria da Casa Museu dos Patudos, das 14 às 17.30 (até 12/8) ALPIARÇA

Mafalda Justino Alves - Fotografia. Junta de Freguesia (até 5/8) ALVERCA **Bernardo Marques** - Aguarelas. Sala de Exposições Temporárias do Museu Municipal (até 8/8), LOURES

3ª Bienal Internacional de Óbidos - pintura. Até 2/9, ÓBIDOS

Pintura Portuguesa 1842-1979 (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17 QUELUZ

...e ainda

Música, debates, etc.



Muito trabalho

Trabalho, não é novidade para ninguém, parece ser coisa que não falta para os lados da Atalaia. Trabalho que, no caso vertente, é sempre sinónimo de convívio, não escolhendo idades, do mesmo modo que não escolhe profissões. Erguer a Festa di-lo a experiência, nesta recta final, quando pouco mais de um mês nos separa do ensejado momento em que os portões se abrirão aos visitantes, é ainda um acto de saudável entrega que requer renovado empenhamento por parte dos militantes, simpatizantes e amigos do Partido. Ao jeito e à medida do que cada um sabe ou pode fazer, assim se constrói, a Festa, acontecimento político-cultural ímpar no quadro nacional. Encontramo-nos lá no próximo fim-de-semana!

Tempo

Fim de Semana



Céu pouco nublado, apresentando-se muito nublado durante a madrugada e manhã no Litoral Oeste. Vento fraco a moderado de Noroeste, possibilidade de ocorrência de trovoadas durante a tarde nas regiões do Interior Norte e Centro.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

aTV

A prenda

Salazar morreu há 20 anos. Jaz no inferno por direito próprio. Entretanto, a RTP marca a efeméride com um frente-a-frente entre João Coito e Baptista Bastos.

O discurso de João Coito tem muito de absurdo, de política maníaca. Salazar é um homem genial que ainda se recorda, fez de Portugal um país respeitado (!), foi um período de grande desenvolvimento (!!!) e - cúmulo dos cúmulos! - impediu que Portugal se transformasse num país comunista. Quanto a crimes, isso também o 25 de Abril os praticou, etc, etc...

Felizmente, desta vez, o monólogo foi substituído pela discussão. Baptista Bastos apresentou uma terrível «folha de serviços» do salazarismo: os assassínios, a repressão, a censura, o castigo da inteligência, o exílio de tantos portugueses, a acção da polícia política, o ódio aos trabalhadores e às suas organizações, etc, etc. Um impressionante cortejo de malfetorias tal e tanto que levou o próprio João Coito a admitir que, de facto, se tinham cometido alguns excessos...

Olhando por momentos o passado, os meus olhos estão vendo alguém na televisão a «oferecer» prendas natalícias. Oferecia isto a este, aquilo àquele, etc, etc. Ao ministro do interior «oferecia» uma bomba atómica para acabar com a guerra em Angola...

João Coito deve também lembrar-se...

Combustível: uma política a arder

O governo aumentou o preço dos combustíveis. Isto num dia em que noticiários da Rádio repetidamente anunciavam a possibilidade da sua redução, justificada pela descida dos preços na origem. O que demonstraria a honestidade de um governo que pretende governar com verdade, coerência e transparência - meus Deus, tantos substantivos para um governo só...

De súbito, o balde de água fria, a abrir o **Telejornal**. E logo, logo a seguir a presença do ministro Mira Amaral, tremendamente embaraçado para explicar o porquê de um aumento não justificado por situações objectivas. Tudo se assemelhava a uma «traição», a uma deslealdade, pelo menos a uma rasteira: quando tudo apontava para uma descida da gasolina, zás!, o preço da gasolina sobe...

O **Jornal das Nove**, esse, ainda teve a lembrança de convidar um economista que explicou o que se estava a passar. Diga-se que explicou mas não condenou, embora a condenação estivesse implícita nas entrelinhas. Não nos disse (talvez por considerar que seria mais matéria para a política do que para a economia) que tomar uma medida por motivos orçamentais, e para assim reduzir conjunturalmente um *deficit*, é medida perigosa, pois abre precedente de consequências imprevisíveis.

Sim, porque reduzir um *deficit* recorrendo a tais processos é muito fácil e não resulta de qualquer sabedoria económica, mas releva do uso da força. Por exemplo, leitor, tu estás atrapalhado de massas. Resolverias tudo obrigando os vizinhos a pagar uma taxa sobre o uso dos passeios da rua. Era limpinho. Diminufas logo o teu *deficit*. E amanhã, se o orçamento tornar a claudicar, pois bem, procedes a outro aumento. Os vizinhos lixam-se mas o teu orçamento equilibra-se...

O **Telejornal**, quanto a explicações, ficou-se pelo Mira Amaral. Nem perito económico, nem debate político, nem sondagem pública, de que ele tanto gosta. Nada.

Pois claro, leitores. Sejamos compreensivos. Para que diabo ia a televisão arranjar problemas ao governo, coitadinho?

O fracasso e os pulmões

Uma vez mais aconselho os meus leitores a verem com atenção o programa **Século XX**, transmitido às quartas-feiras, perto das 22 horas. A nova série está dedicada aos serviços secretos americanos, com especial incidência no comportamento da CIA.

Pouco os meus leitores à descrição exaustiva dos malefícios daquela senhora. Aliás, seus crimes são tais e tantos que não sei se os 13 programas de «Século XX» serão bastantes para os contar.

Hoje interessa relatar as acções dos Estados Unidos contra Cuba. Vou transcrever na íntegra as palavras de um ex-dirigente daquela benemérita instituição:

- Os sabotadores americanos provocavam, em Cuba, cortes de energia na cidade, atacavam a navegação comercial e chegaram mesmo a utilizar produtos químicos para contaminar as áreas de produção da cana de açúcar.

Pois foi. Utilizaram-se todos os meios para enfraquecer a economia cubana, para a asfixiar...

Tenho à minha frente o artigo de um jornal português onde se fala do «fracasso do marxismo» em diversos países. A transcrição das palavras acima, mostra as verdadeiras raízes disso a que o plúmbeo chama «fracasso do marxismo». Quem diz Cuba, diz Angola, Moçambique, Etiópia, etc, etc.

Em resumo: apertam-me o gasganete e depois dizem que os meus pulmões falharam...

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Férias ao sol

O Verão presta-se cada vez menos para passar férias e cada vez mais para negócios. Enquanto uns pensam que descansam, perdendo o seu tempo nas bichas para a Caparica, outros enchem a bolsa com os serviços que prestam...

Para não ficar em casa

«Aos fins-de-semana a festa começa pouco depois das 7 da manhã.

Prepara-se um dia de calor e as praias vão ter de aguentar a fúria dos banhistas. A noite terminou, o dia de praia está a começar.

Na Marginal começa a circular-se com dificuldade, na ponte, são 8 da manhã, está tudo parado outra vez.

Nem houve tempo para descansar da noite. Os carros parados, portas abertas, os condutores em calções e tronco nu, olham sobre a fila interminável de carros à espera de arrancar.

Alguns preferem andar um bocadinho a pé, esperando depois os carros mais à frente. E, enquanto não chegam os automóveis, vão jogando à bola, brincando à apanhada por entre os carros.

Nos 9 quilómetros que levam à Caparica ninguém anda. Tudo parado. Primeira, segunda. Pára. Primeira, pára. Na Marginal o mesmo. Os semáforos a esta hora — são 10 e um quarto da manhã — atrapalham ainda mais o trânsito. O calor é imenso.

Ninguém passa e todos tentam furar. Alguns querem andar pelos passeios. Mas não vale a pena. Os passeios já estão cheios de automóveis estacionados. As praias estão cheias. Para onde vai toda esta gente? Têm de se encaixar. Se para a praia é o caos completo, são mais de duas horas em bicha, pouco mais de 3 ou 4 horas após começa o sacrifício do regresso. As bichas para a praia continuam e já começaram as agonias no sentido inverso. Milhares de carros parados num e noutro sentido, milhares de pessoas abatidas pelo calor, cheias de sal, fartas. Nem aos fins-de-semana se descansa.

E o Sol aperta cada vez mais. Tudo parado. Ninguém anda. O melhor é ficar em casa».

(«Semanário», 28 de Julho)

Fonte de divisas

«Meio-dia, o café das Pirâmides no centro da cidade de Faro está apinhado de gente, a maioria turistas a estalar de calor. Carlos Nunes, mais conhecido por Três Beijos, de nascimento algarvio, interesses cosmopolitas, um metro e setenta e cinco de corpo musculado, partilha um copo de água com um pequeno sagui. Acordou cedo como de costume, às apalpadelas procurou no chão do quarto separar a sua roupa das vestes femininas e, de ténis e calções com o macaco ao ombro, sai de casa deixando no leito revolvido a companhia da véspera. Às nove da manhã corre as ruas de Faro, teve uma noite cansati-

va mas acelera, são os ossos do ofício, pesam-lhe trinta e oito anos que ainda ninguém nota, tem de se manter em forma. Não bebe, não fuma. Profissão: gigolo.

Carlos não teme jornalistas e fotógrafos, proclama o seu nome como quem canta as armas e os barões assinalados. É o maior, o mais quente, as mulheres precisam dele, vêm de todo o mundo, é uma fonte de dividas para a cidade e até quer que o país se empenhe num monumento em sua homenagem que fique na memória dos vindouros. A megalomania não é uma virtude de elites. Três Beijos não perde tempo com a conversa, tenta conciliar os seus dons. Enquanto o dedos acariciam o bigode ruço, lança olhares langorosos a duas inglesas loiras da mesa ao lado. O sagui já se instalou no colo das damas. Ele macaqueia, elas também. Risinhos, excitação. O engatidão de Faro tem consciência de artista português. Só é reconhecido no estrangeiro.

No Inverno, estação de pouco trabalho, introduz numa garrafa malagueiras, figos, secos, ameixas, amêndoas, amoras e encharca-os em vinho do Porto e whisky. Passados três meses o preparo é uma bomba. Assim vai ele protegido para os raids de sexo. Mas nem sempre o afrodisíaco funciona. A profissão de Carlos não permite grandes critérios estéticos. Vai com tudo o que mexe. Novas e velhas, bonitas e estafermos, e até de doentes é remédio. No entanto, rejeita sempre os «homens sexuais». Disso se orgulha, é um profissional. Mas em Atenas, há dois anos, foi surpreendido, talvez esteja a envelhecer.

No quarto do hotel, depois de já ter satisfeito cinco mulheres, a luz acende de novo. Três Beijos saca a poção milagrosa, lança à boca a mistela e, discípulo de druida, fica «preparado». Era a vez de uma advogada escocesa. E no estado em que ela ia podia-se ter apresentado com as palavras que Quartília dirigiu aos três depravados amigos de **Satiricon**: «**Por isso, proibi que hoje fosse admitido quem quer que seja neste albergue, de modo a receber de vós, sem ser incomodada, o remédio contra a febre terçã.**» Carlos estava feito para o que desse e viesse, menos para aquilo. A advogada olhou-o por inteiro, sorriu, aprovou. O macho estirado nu no leito esperava. Riu-se provocante e com estilo fez-lhe um gesto. Ela aproxima-se lenta. Acaricia-o e despe a camisola. Senta-se na beira da cama e, de repente, quase num gesto de magia, tira uma perna e poussa-a numa mesa de cabeceira.

(«Expresso», de 28 de Julho)

Por tuta e meia e uma promessa

«O «milagre» deu-se na propriedade do Trafal, entre Quarteira e Vale de Lobo, 526 mil metros quadrados de pinhal com frente para o mar, que pertenciam à «Mãe Soberana», Nossa Senhora da Piedade», a santa de Loulé. Tinham sido doados à Santa há meio século por um benemérito, Manuel Joaquim Pedro, juntamente com outras extensas propriedades no Alentejo, na condição — expressa no testamento — de os administradores dos bens da Mãe Soberana «não os poderem vender ou por qualquer forma alienar».

Mas há dois anos, a pretexto de arranjar dinheiro para concluir as obras do Santuário da Mãe Soberana, a Comissão da Fábrica da Igreja Paroquial de S. Sebastião (administradora dos bens da Santa) trocou a propriedade por 18 apartamentos mobilados, tipo T1 e T2, a serem construídos pela empresa de Vale de Lobo em cinco lotes de terreno com 194 metros quadrados cada, mais um terreno de 5000 metros quadrados destinados à construção duma igreja. Ao todo, menos de 6000 metros quadrados, mais 18 apartamentos avaliados em 206000 contos e mobiliário em 64000, como consta da escritura celebrada em 15 de Novembro de 1988 nos escritórios de Vale de Lobo entre o Padre José António Nobre Duarte e Sander Van Gelder, presidente do Conselho de Administração da Empresa Turística de Vale do Lobo. A construção da igreja correrá por conta da Comissão da Fábrica, mas em contra partida a empresa de Vale do Lobo comprometeu-se a arrendar os 18 apartamentos por 10000 contos anuais, durante os próximos dez anos.

Este negócio da China, no entanto, foi posto em risco quando a única herdeira ainda viva de Manuel Joaquim Pedro, Maria Iria Pires, de 95 anos de idade, contestou judicialmente no Tribunal de Loulé a validade da transacção, obrigando a empresa a congelar os projectos de investimento para a zona e a suspender a venda de lotes para construção de moradias. Depois de efectuada a escritura, em 1988, a empresa de Vale de Lobo anuncia grandes investimentos no valor de muitos milhões de contos para a área, publicando fotografias do Primeiro-Ministro Cavaco Silva, acompanhado pelo euro-deputado Mendes Bota (que fora Presidente da Câmara de Loulé quando se iniciaram as conversações para a venda dos terrenos) e de Van Gelder visitando o empreendimento.

Durante o período de negociações, em 1986 surge a equipa de ciclismo do Louletano/Vale do Lobo, apoiada financeiramente pela empresa com cerca de 30000 contos anuais. Este ano, no entanto, a empresa já não dá o seu apoio. «Era um encargo demasiado pesado para nós». (...)

(«Público», de 28 de Julho)

Xadrez

CCLXIV - 2 de Agosto de 1990

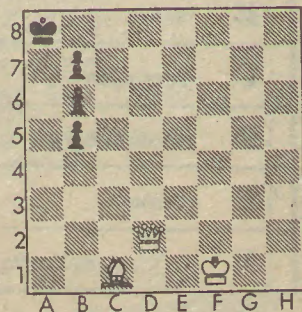
Proposição N.º 264/A

Por: WALTER FRH. Von HOLZHAUSEN

«Deutsches Wochenschach», 28.IX.1913

Pr: [41]: Ps. b5, b6, b7-Ra8

Br: [3]: Bc1-Dd2-Rf1.



Mate em 3 lances

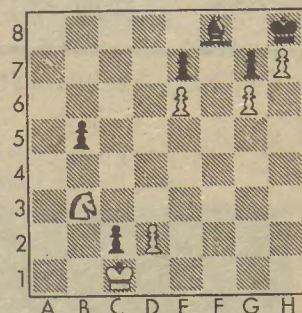
PROPOSIÇÃO N.º 264/B

Por: JOSEF MUNSCH

«1234, Modern END-GAME STUDIES», 1968

Pr: [6]: Ps. b5, c2, e7, g7-Bf8-Rh8

Br: [6]: Ps.d2,e6,g6,h7-Cb3-Rc1



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCLXIV

N.º 264/A (W.F. von H.): 1. Dc1, Rb8, 2. Bf4+, Rg8; 3. Dc8 ++ 1. ..., b4; 2. Bf4, b3; 3. Da1 ++ 1. Dd1?, Rb8!; 2. Bf4+, Rg8!... 1. Dc2?, b4; 2. Bf4, b3!...

N.º 264/B (J.M.): 1. d4, b4; 2. Rd2, c1=?; 3. C:c1, b3; 4. Cd3,b2; 5. Cc6... G.

A. de M. M.

Damas

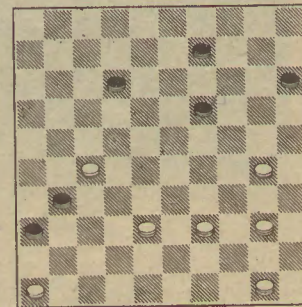
CCLXIV - 2 de Agosto de 1990

Proposição N.º 264

Por: L. TÉVAN - 1932

Pr: [6]: 9-12-15-19-31-36

Br: [7]: 27-30-38-39-40-41-50



Branças jogam e ganham

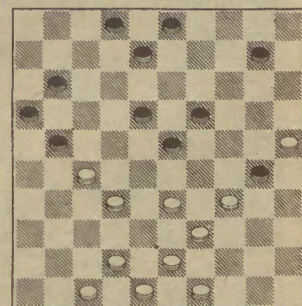
GOLPE N.º 264

Por: MARCEL BONNARD

Torneio dos Mestres, Marseille, Abril/1928

(Contra André Bélard)

Pr: [11]: 25-27-32-33-34-39-42-43-47-48-49



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCLXIV

Proposição N.º 264 (L.T.): 30-25 (31x22), 25-20 (15x24), 46-41 (35x47), 39-34 (47x33), 34-30 (24x44), 50x8 +

GOLPE N.º 264 (M.B.): 34-29 (23x34), 27-22 (18x29), 43-38 (34x32), 25x5 +

A. de M. M.



Xana Rádio Macau

Que o rock não esgote o stock



**O som e a luz
do Palco «25 de Abril»**

O PALCO... O som e a luz do Palco «25 de Abril»

Palco «25 de Abril» da Festa do «Avante!» é unanimemente considerado por artistas e técnicos como o mais bem equipado palco de ar livre do panorama da música popular portuguesa.

Com áreas e meios técnicos iguais ou superiores aos postos anualmente à disposição de músicos e cantores na Festa só se podem considerar os que são trazidos a Portugal no quadro de tournées internacionais de grandes grupos rock. Mas, em certa medida, a definição de um palco polivalente como tem de ser o de um festival como a Festa do «Avante!» levanta problemas mais complexos e cria limitações superiores às de uma cena preparada exclusivamente para um grupo e para um espectáculo que a priori se sabe exactamente como decorre e que se repetirá integralmente durante todas as actuações.

Para um festival o problema muda de figura: os artistas que se sucedem têm exigências diferentes, utilizam instrumentos diversos, produzem sonoridades próprias, o seu número e disposição no palco nunca é idêntico - e há que assegurar que as apresentações se sucedam com o mínimo de tempos de espera e com o melhor ritmo possível!

Quando se trata de festivais com artistas estrangeiros, o problema complica-se ainda pelas dificuldades de previamente dispor de todos os elementos de informação

necessários, embora hoje em dia a normalização de equipamentos e o profissionalismo das equipas e dos próprios artistas permita grandes passos.

A Festa do «Avante!» foi pioneira em Portugal em vários aspectos de montagem, sonorização e iluminação de cena. Foi a Festa quem pela primeira vez recorreu ao aluguer de equipamentos de som e luz de grande potência em Inglaterra, foi a Festa que pela primeira vez pôs ao dispor dos artistas em cena um núcleo de instrumentos de alta qualidade (amplificadores de guitarra e de baixo, teclados, baterias, etc., o chamado *back line*) a ser utilizado por todos, evitando assim as morosas mudanças de cena de artista para artista, foi a Festa que incentivou, apoiou e forneceu contactos internacionais que permitiram o arranque de empresas portuguesas da especialidade. E foi, finalmente, a Festa que tomou a iniciativa de juntar diversas empresas portuguesas e propor-lhes que se associassem para assegurarem a quantidade de equipamento necessária para o palco. Ainda hoje - como é natural - nenhuma empresa portuguesa tem em quantidade a potência necessária para o Palco «25 de Abril»: a elevada qualidade e compatibilidade do equipamento de várias companhias permite contudo uma associação que já vai no terceiro ano e que, com alguns complementos ainda

8. Monitor de bateria

14. Altifalantes de graves

13. Altifalantes de médios

12. Altifalantes de agudos

6. Monitores de palco (sidefills)

10. Amplificadores da frente

11. Altifalantes da frente

3. Mixer da monição de palco

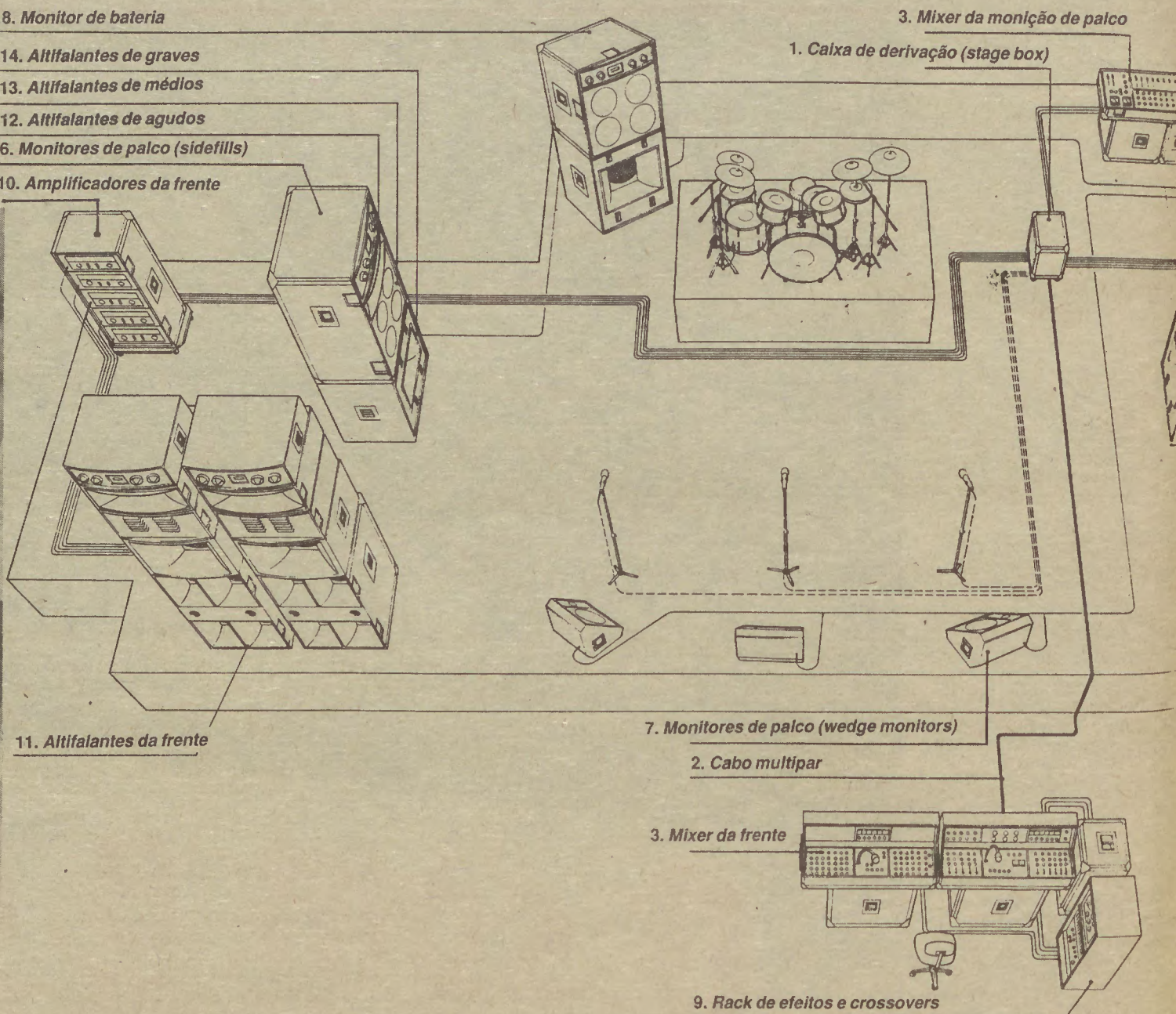
1. Caixa de derivação (stage box)

7. Monitores de palco (wedge monitors)

2. Cabo multipar

3. Mixer da frente

9. Rack de efeitos e crossovers



necessário alugar no estrangeiro, têm assegurado os 70 000 watts de som que este ano se instalarão.

O equipamento de som de um palco (o chamado PA, do inglês Public Address) é hoje constituído por sofisticadíssimo material electrónico, de grande complexidade de montagem e manuseamento. O papel dos *engenheiros de som* é cada vez mais complexo, exigindo dos profissionais não apenas conhecimentos técnicos elevados, como um ouvido, um gosto e uma cultura musicais de grande solidez. E uma calma a toda a prova... O técnico que assegura a chamada *mistura da frente*, instalado na torre que normalmente se encontra em frente do palco e que de facto comanda o som que sai do palco tem, no conjunto de aparelhos que controla, qualquer coisa como 600 botões e comandos de diferentes tipos e funções... Imagine-se se se desorienta... No essencial, o esquema de um PA é sempre o mesmo. Mudam os tipos de equipamentos, a sua qualidade e pormenores - relevantes embora - dos sistemas de ligação dos vários elementos e do seu equilíbrio relativo: a *ligação do PA* é um processo complexo, dirigido pelo técnico responsável do princípio até ao fim.

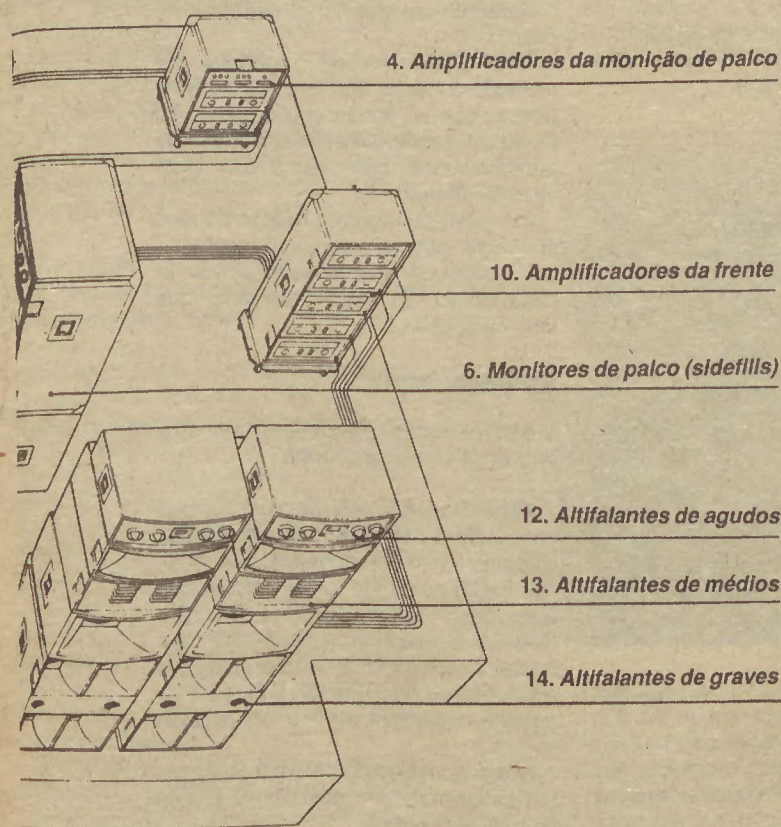
A questão da localização é igualmente um aspecto importante para os palcos de ar livre. A orientação face ao sol e,

essencialmente, face aos ventos dominantes é da maior importância.

Nos dois primeiros anos da Ajuda, por exemplo, o Palco «25 de Abril», embora contasse com uma excelente localização pelo aproveitamento do declive que fornecia um anfiteatro natural, sofreu do facto de se encontrar virado de frente a Norte, isto é, de frente para a nortada dominante, o que afectava gravemente a propagação do som. A situação melhorou com a mudança de localização, mas o terreno da Atalaia, para além do que será talvez o mais belo enquadramento já conseguido para um palco da Festa, conta com o que é indiscutivelmente a sua localização mais favorável: costas abrigadas por uma frondosa mata, virado completamente a Sul e contando com um suave declive na zona da assistência.

Com construção ainda em tubo, o **palco** - como afinal todos lhe chamam! - constituirá em 1990 como que um «ensaio geral» para o projecto de uma instalação de carácter mais permanente a erguer futuramente na Atalaia.

Mas terá já este ano uma importante novidade: graças à resolução de problemas de potência eléctrica disponível (que nunca se conseguiu nas Festas anteriores), o **palco** terá este ano a maior instalação de luzes de sempre!



Todos os microfones e instrumentos com saídas directas (sintetizadores, *pick ups* para instrumentos acústicos, etc) ligam à caixa de derivação/*stage box* (1.); dentro da *stage box* fazem-se para cada linha entrada duas saídas (vias): uma, através do cabo multipar (2.) vai até ao mixer da frente (3.), outra liga ao mixer da monição de palco (4.).

Estabelecem-se assim dois circuitos completamente independentes: o do som da frente e o da monição de palco.

A monição de palco destina-se a assegurar que, apesar do volume da amplificação para a frente, os músicos possam ouvir os seus próprios instrumentos e ouvirem-se entre si. É esta distribuição de som que é feita através do mixer de monição, um misturador de características diferentes das do de som da frente. O técnico encarregue deste mixer tem possibilidades de assegurar um som geral no interior do palco no essencial idêntico ao que está a sair para a frente (através dos *side fills*-6.) e a sonoridade mais indicada para cada músico através do monitor (wedge monitors-7.) que lhe está mais próximo e ainda o do caso especial da bateria através do seu monitor especial (8.). Todos estes monitores dispõem de uma amplificação própria feita pelos amplificadores da monição de palco (4.).

O som que vai para a frente é recebido pelo mixer e aí equilibrado (*igualizado*) mediante a intervenção sobre cada via recebida. Um mixer de PA tem um mínimo de 18 vias, podendo ir até às 60, ou mesmo mais se se associarem mais do que um mixer. Em cada via o técnico pode aumentar ou diminuir o volume de som, aumentar ou diminuir a presença de frequências agudas, médias e graves, definir a localização no palco, introduzir reverberação, etc. O número de vias utilizado é naturalmente função da complexidade de cada grupo, do número de elementos, de instrumentos utilizados, etc.

Além das capacidades do mixer, o técnico de som dispõe da *rack* de efeitos (9.), um conjunto de aparelhos com diversas possibilidades de introduzirem efeitos sobre cada uma das vias ou sobre o conjunto final de todas elas: câmaras de eco, compressores-limitadores, igualizadores gráficos e para-gráficos, etc.

Obtido o som final (*a mistura*) através destas operações, é ele passado através dos *crossovers* (9.). Os *crossovers* são filtros que decompõem o som em duas ou três bandas conforme as frequências. O som final que sai do mixer e *rack* de efeitos abrange uma gama de frequências que vai sensivelmente dos 50 ciclos (bombo da bateria, contrabaixo, etc) aos 18 000 ciclos dos tons mais agudos das guitarras, teclados, pratos da bateria, etc. Os *crossovers* dividem este conjunto habitualmente em três áreas: os graves, os médios e os agudos. Cada uma das três vias assim criadas é, de novo através do cabo multipar (2.), levada separadamente até aos amplificadores da frente (10.) que estão por sua vez ligados separadamente a cada um dos altifalantes da frente (11.) divididos exactamente conforme as frequências (12., 13. e 14.).

A acção dos *crossovers* é fundamental e existe em todos os sistemas de amplificação de som. Nas cadeias domésticas de alta-fidelidade existem igualmente *crossovers* mas que realizam a decomposição do som no interior da própria coluna (dividindo-o pelos vários altifalantes) já depois do som vir amplificado pelo amplificador. Nos sistemas de PA, dadas as grandes potências utilizadas, o *crossover* actua antes do som ser amplificado, permitindo que a amplificação seja feita sobre uma banda mais estreita de frequências que chegam assim com mais eficácia aos altifalantes para elas especialmente preparados. Os *crossovers* que actuam sobre o som já amplificado designam-se por *passivos*, os outros por *activos*.



Xana é vocalista do Rádio Macau, banda já várias vezes visitante da Festa do «Avante!» e que este ano se estreará na Quinta da Atalaia para um concerto onde contará com uma banda de suporte, situação inabitual no grupo. Ela conta-nos algumas *cenar* do rock feito por cá. Conta como afinal **não vai tudo bem** e como por trás dos dez anos de percurso de algumas das bandas mais populares dos dias de hoje, está todo um processo de luta. Há duas palavras constantemente repetidas ao longo desta entrevista: *desconstracção* e *naturalidade* que Xana associa à *atitude rock*...

AV: Hoje em dia parece ser habitual em músicos e cantores de outras áreas da música que não a do rock, surgir a acusação de as editoras e as rádios portuguesas favorecerem o tipo de música que, por exemplo, o Rádio Macau representa. Isto em desfavor de outras como a chamada música ligeira ou a popular portuguesa, para citar dois exemplos. Vocês sentem também esse tipo de situação ou, pelo contrário, acham que ela não corresponde à realidade?

Xana: Não estou muito à vontade para falar do que se passa, em termos gerais, nas editoras portuguesas em relação à música ligeira ou a outro qualquer tipo de música. Não sei pormenores, não sei o

AV: Bandas que fizeram esse percurso que tu referiste ser o dos últimos dez anos...

Xana: Exacto, e têm a ver com a *luta* que atrás referia... mas neste momento não está a existir um outro movimento paralelo, mais marginal, de coisas novas, de novas bandas e isso é um problema grave dentro da música moderna portuguesa!

É uma situação que tem a ver também com as editoras e é preciso ter isso em conta, senão também a música moderna portuguesa, ou o rock neste caso, pode morrer por as bandas que existem agora e que são (vamos lá!) mais ou menos *conceituadas*, não durarem sempre...

A atitude rock

AV: É uma característica do rock, a dos seus protagonistas serem pessoas novas?

Xana: É. E repara: no fundo o que é o rock? É que nós não podemos olhar para o rock, para o movimento rock, só como música. Ele é muito mais que música, ele é uma *atitude*, é uma outra maneira de olhar para as coisas...

AV: E essa *atitude* sinónima de *movimento rock* é partilhada pelos jovens portugueses?

Xana: Acho que sim. Porque não?! Não vamos falar só de música dentro do rock: é a capacidade e o direito que as pessoas mais novas têm de poder manifestar a maneira como olham para as coisas, a maneira como *querem* mudar as coisas ou como *querem* estar aqui.

O rock sempre foi um meio, um veículo muito importante no que a isso diz respeito, desde há trinta/quarenta anos, quando surgiu na América, em Inglaterra, etc. Lembremos os *movimentos*: por exemplo, o *movimento punk*... creio que ele foi muito mais do que música. De música se calhar até teve muito pouco. O que foi de facto importante foi todo o movimento social que se deu com o movimento *punk*, tudo aquilo que se disse, tudo aquilo que se fez, todas as questões que foram levantadas.

O rock dá e tem dado essa oportunidade. O rock continua a ser um meio e o veículo para as pessoas mais novas poderem *dizer de sua justiça*...

AV: Mas o rock é então efémero?

Xana: Efémero como?

AV: Esses movimentos sucedem-se, nascem e morrem sucessivamente...

Xana: Mas é que essas coisas!... *morrerem, deixarem de*... Elas não têm de ser perpétuas! Os jovens mudam e ainda bem que assim é. Aliás a *mudança* é necessária!... Não é?

E depois as pessoas deixam de ter dezoito anos e depois há *outras* que têm dezoito, e então têm a sua maneira de ver, têm o seu direito de manifestar-se e então já é *uma outra coisa*, já não tem a ver com a geração anterior.

É dessa maneira que eu acho que nós temos que olhar o rock.

Xana

Que o rock

Rádio

não esgote o stock

Macau



ta!» foi anunciado que actuariam com uma banda de suporte...

Xana: De facto isso está programado, mas ainda não te posso adiantar muito como é que isso irá funcionar, já que ainda não sabemos qual será de facto essa banda de suporte. Mas em princípio vai existir banda de suporte, facto que não é usual em espectáculos do Rádio Macau.

Acho que é importante divulgar novas bandas e, já que a Festa do «Avante!» é uma festa incomum com uma grande dimensão a nível de público, parece-me ser importante que em ocasiões deste tipo bandas *mais velhas*, como nós, tenham um pouco, não digo a *obrigação*, mas pelo menos quando podem fazê-lo seria bom que dessem essa oportunidade a outras bandas mais novas.

AV: Falavas há pouco de *formação* quando te referias às actuações nos pequenos clubes das novas bandas de rock. Se calhar, a outro nível, leve a ver com a formação do Rádio Macau a passagem pela «festa!». É um palco muito grande, muita gente a ver-vos, dimensões nada habituais no nosso país...

Isso dá uma certa credibilidade aos grupos portugueses e ainda bem que assim é.

Mas, continuo a dizer, do outro lado, do lado mais natural, mais descontraído, de afirmação, mais de *dezoito anos*, não está a chegar muita força.

Talvez se deva à falta de salas de espectáculos. Nas cidades mais importantes do país não existem circuitos marginais, circuitos *underground*, onde bandas pequenas possam tocar e onde duzentas/trezentas pessoas possam ver. Esses circuitos não existem e isso é uma coisa que pode prejudicar todo esse movimento que de facto existe.

Não sei como é que tudo isto evoluirá daqui para a frente, mas de qualquer das formas temos todos pensado nisso e acho que se vai fazer alguma coisa...

AV: Põem a hipótese de, por exemplo, bandas como a vossa *adoptarem* bandas mais pequenas?

Xana: Os Xutos e Pontapés, por exemplo, estão a fazê-lo. Nas primeiras partes dos seus espectáculos eles apresentam bandas que ninguém conhece ou que não têm oportunidade para tocar em outros sítios. É que não há sítios: o Rock Rendez Vous fechou (também já tinha *passado à história*, não é?) e não surgiu nenhum outro local... a meu ver é inadmissível!

Esses locais, de certa forma, permitiriam uma outra formação ou educação às pessoas. Tanto ao público como às bandas que estão a tocar em casa e não saem para a rua. Aprenderiam a estar juntos de uma outra maneira.

É completamente diferente irmos a uma *bolte* ou estarmos num clube, a falar, a beber um copo, onde está uma banda a tocar, às vezes dando-se o caso de nem sequer estarmos com muita atenção ao que a banda está a fazer. Mas *ela está lá* e isso, mesmo que inconscientemente *está a entrar e entra* também na formação das pessoas. Tem a ver com a formação rock.

Na «festa!» com banda de suporte

AV: Precisamente para o espectáculo que vocês vão fazer na «fes-

Por outro lado tem muitas vezes desvantagens, tem a falta das vantagens existentes nos pequenos clubes...

Os Rádio Macau, infelizmente, já não tocam em pequenos clubes. Eu tenho um bocado de saudades disso mas, de facto, não pode ser porque agora temos um percurso completamente diferente e quando vamos a um sítio é impossível que seja uma discoteca ou um clube onde caibam só quinhentas pessoas... ficam mais três mil à porta para ver. É normal quando as bandas começam a ser mais conhecidas que esse tipo de coisas aconteça. Não quer dizer que, por piada, nós não possamos fazer um ou outro concerto assim, à porta fechada, mas só uma vez por outra.

De certa maneira é uma desvantagem... Ainda, me lembro dos nossos primeiros anos, desse contacto directo que existia com o público. Com a curiosidade da parte das pessoas, que não nos conheciam, ouviam as músicas, tentavam entender. Existe aí uma comunicação completamente diferente onde tu também tens de *te fazer perceber* e então *tens de dar mais*.

Agora as pessoas cantam, sabem as músicas... é bom também mas é uma postura muito diferente.

Tem vantagens e desvantagens...

Mas em relação aos palcos grandes como o da «festa!», essa distância maior que há entre nós e o público pode ser compensada, de uma outra maneira... também aí se vai aprendendo.

AV: Como é o espectáculo actual do Rádio Macau?

Xana: O espectáculo do Rádio Macau neste momento foi preparado durante três/quatro meses, não é megalómano, é bastante simples. Mas tem um outro tipo de cuidado a nível das luzes, tem a preocupação de ter um cenário alusivo ao álbum *O Rapaz do Trapézio Voador*, onde se jogam com sombras, directamente relacionadas com a capa do disco (vêm-se as nossas silhuetas, etc). Por outro lado, relativamente às músicas, este espectáculo faz a apresentação desse nosso último LP mas tem também

bastantes músicas do *Elevador da Glória* e algumas do primeiro disco...

AV: E é um espectáculo para quanto tempo?

Xana: Uma hora e pouco...

AV: E é esse espectáculo que vai ser apresentado na «festa!»?

Xana: Sim, sim. Basicamente será esse espectáculo.

A vida das digressões

AV: Neste momento estão a trabalhar em mais alguma coisa, para além desse espectáculo? Há projectos para disco?

Xana: Sabes, é muito difícil na altura das *tournees* trabalharmos em conjunto. Não quer dizer que cada um de nós não comece a elaborar algumas ideias que mais tarde poderão ser utilizadas. Mas como nós temos em média dois/três espectáculos por semana (às vezes há mais, outras há menos) é muito difícil cumprir nesse tempo os três ou quatro espectáculos, incluindo as viagens (a semana tem sete dias, não é?) e, depois de retirar o material do estúdio, voltar a repor tudo e prepararmo-nos para estarmos juntos a compor. Não é muito fácil até porque há uma certa dispersão, não conseguimos sequer dar uma certa continuidade ao trabalho: pode surgir-nos uma ideia, queremos desenvolvê-la mas... no dia seguinte temos um espectáculo, temos de desmontar tudo e ir para a estrada!

Relativamente ao próximo disco posso só adiantar que nós vamos acabar esta *tournee* em Setembro e, em Outubro ou por essa altura, vamos então tentar reunir as ideias que cada um de nós tem vindo a trabalhar individualmente. É a esse trabalho individual que então iremos dar continuidade.



Xana: Que não existem.

AV: Qual foi a tua sensação quando da primeira vez que chegaste a um palco deste tipo e deste com, admito, cinquenta mil pessoas?

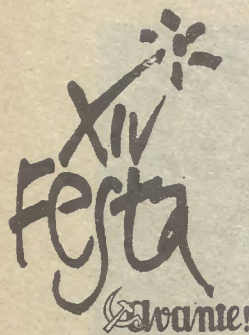
Xana: Eh pá, confesso: da primeira vez tive um medo terrível!... Isso já foi há quatro ou cinco anos, já não me lembro quando foi a primeira vez que tocámos na Festa do «Avante!».

Tive um medo terrível e ao mesmo tempo senti-me super-distante... existem vantagens e desvantagens.

Por um lado, emocionalmente, é uma coisa muito forte porque há uma série de pessoas que estão ali juntas, que estão a participar no espectáculo... sei lá; quando batem palmas são *cinquenta mil a bater palmas*! É muito barulho... emocionalmente a sensação é de facto muito boa.



Avante!
A festa!



XADREZ

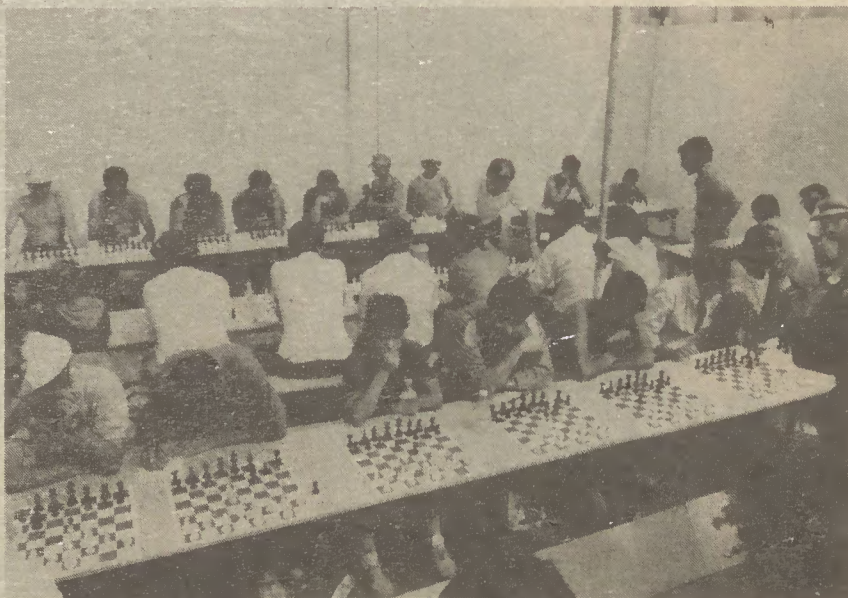
Programa reforçado com uma simultânea e dois torneios

Tem sido habitual a prática do Xadrez e a presença de mestres internacionais na Festa do «Avante!». Este ano não foge à regra e a instalação de um espaço exclusivo para a prática de Xadrez e Damas permite reforçar o programa destas duas modalidades desportivas. Assim, no que diz respeito ao Xadrez, o destaque vai desde logo, para a noite de 6.ª feira, dia 7 de Setembro, mais concretamente para as 20 horas, altura em que o categorizado Mestre Internacional Luís Santos, 3.º do ranking mundial de Xadrez por correspondência, animará uma simultânea com todos os xadrezistas que até essa hora se apresentarem no Espaço de Xadrez da Festa do «Avante!».

Haverá ainda, com início pelas 10 e 30 horas de Sábado e Domingo, dia 8 e 9 de Setembro, dois torneios de semi-rápidas de 15 minutos.

As inscrições são gratuitas e abertas a todos os indivíduos que queiram participar, bastando fazê-lo no local da prova até meia hora antes do seu início ou previamente para: Comissão do Desporto da Festa do «Avante!», Av. António Serpa, 26, 2.º-Esq. — 1000 Lisboa. A forma de competição será em princípio o Sistema Suíço — 5 sessões. Aos três primeiros classificados serão

atribuídos medalhões e medalhas e diplomas a todos os participantes. Sílvio Soares, da Sociedade Musical 5 de Outubro, em Paio Pires, será o responsável pelo torneio.



Regulamento do torneio de semi-rápidas de 15 minutos

Organização — Comissão de Desporto da Festa do «Avante!», prova integrada na XIV Festa do «Avante!».

Realização — Realizar-se-ão dois Torneios, respectivamente nos dias 8 e 9 de Setembro de 1990 (sábado e domingo), no Espaço do Xadrez da Festa do «Avante!», com início às 10.30 horas.

Inscrições — Podem inscrever-se todos os indivíduos que queiram participar.

Inscrições prévias para Comissão de Desporto da Festa do «Avante!», Av. António Serpa, 26, 2.º esq. — 1000 Lisboa e no local da prova até meia hora antes do seu início. As inscrições são gratuitas.

Competição — A forma de competição só será conhecida após o encerramento das inscrições, tomando por base o número de inscrições (em princípio, sistema Suíço — 5 sessões).

Ritmo de Jogo — Todas as partidas serão realizadas com 15 minutos para cada jogador.

Desempate — No caso de empate para os 1.ºs lugares com direito a prémio serão jogadas partidas de desempate, com cores sorteadas. Os restantes lugares de classificação final serão consideradas «ex-aequo».

Regras — Serão as regras especiais da Federação Portuguesa de Xadrez

para este tipo de provas.

a) Será eliminado o jogador que faltar à 1.ª sessão.

Prémios — Serão atribuídos medalhões aos 3 primeiros classificados. Aos restantes serão entregues medalhas e diplomas.

Direcção e Arbitragem — Em todos os aspectos técnicos e regulamentares será responsável pelo Torneio, Sílvio Soares da Sociedade Musical 5 de Outubro, P. Pires.

Casos Omissos — Os casos omissos serão resolvidos pela direcção e arbitragem em colaboração com a Comissão de Desporto da Festa do «Avante!».

CHINQUILHO

Tudo a postos para o maior torneio nacional jamais realizado

Aproveitando as excelentes condições climáticas e paisagísticas da Atalaia, a organização da Festa decidiu construir cinco pistas para a prática do chinquilha, duas para a malha pequena, duas para a malha grande e uma para a malha corrida ou «conquilha», estando deste modo já assegurada, garantem, a realização do maior torneio de chinquilha até hoje realizado a nível nacional.

A semelhança do que tem sido feito em anos anteriores as inscrições para a participação nestes torneios estão abertas a todas as equipas interessadas, bastando para tal inscreverem-se até 1 de Setembro em qualquer centro de trabalho do PCP ou directamente para: comissão do desporto da Festa do «Avante!» — Av. António Serpa, 26, 2.º Esq. 1000 Lisboa,

onde também lhes serão entregues os regulamentos para as competições. Haverá troféus e medalhas para as equipas e praticantes classificados, nos três primeiros lugares e lembranças para todos os participantes. Recorde-se, entretanto, que o chinquilha é um dos jogos populares mais praticados por todo o país. Modalidade de todo o ano e principalmente deste período do Verão, nomeadamente das zonas rurais e industriais, está ultimamente em expansão nas zonas urbanas, em particular naquelas onde é acarinhada pelas autarquias. Modalidade por excelência fomentadora do convívio e da confraternização, a sua prática, na Festa tem contribuído para a divulgação junto das camadas etárias mais jovens, o que certamente tem contribuído para o seu reforço e renovação.

«Ora Viva» vence torneio de futebol-salão do Montijo

A equipa dos armazéns «Ora Viva» sagrou-se campeã do torneio concelho do Montijo de futebol salão da Festa do Avante! ao vencer no passado dia 30 a dos trabalhadores da Câmara Municipal por oito bolas a seis.

A jornada ficou ainda completa com a definição dos terceiros e quarto lugares que couberam respectivamente às equipas dos «Leões da Barrosa» e «Prata da Casa».

O torneio concelho decorreu ao longo

de doze noites e 24 jogos no ringue municipal e contou com a presença de centenas de espectadores.

Ao conjunto do «Ora Viva» — que defrontará uma equipa de Sines para apuramento da final distrital — foi ainda atribuído o prémio de disciplina, cabendo ao seu jogador Luís Tavares o título de melhor guarda-redes, enquanto que o melhor marcador — Rafael António — foi arrebatado pelo «Estrela Afonsoeirense».

CENTRO DO LIVRO — PRESENÇA RENOVADA E INOVADORA

Será diferente a presença do livro este ano na Festa do Avante.

Em vez da Tenda de circo que habitualmente tem albergado a exposição e venda do livro, haverá Pavilhões dos editores (tipo Feira do Livro de Lisboa), dispostos em espinha e assumindo no conjunto uma forma triangular, tendo no seu interior uma esplanada de autógrafos.

Esta nova implantação propiciará um contacto mais directo e particularizado dos diferentes editores com os visitantes da Festa e dará a todo o conjunto um aspecto mais arejado. Além da venda dos livros, haverá eventualmente também a venda de audiovisuais (CD's e vídeos), artesanato e jogos didácticos.



Rumo à Atalaia pelo Mar da Palha

Às dez horas da manhã do passado domingo (com ligeiro atraso em relação ao previsto) atracou, no cais da Quinta da Atalaia, o «Cidade», embarcação com nove tripulantes a bordo. Oriundos de Sarilhos Grandes, freguesia do concelho do Montijo, sulcaram o Tejo para uma vez mais participarem numa jornada de trabalho da Festa do «Avante!». Se esta viagem fluvial com tal nobre objectivo teve algum precedente, a história que o diga. A ideia, essa, nasceu numa reunião da Comissão de Freguesia de Sarilhos Grandes do Partido, e o seu desenvolvimento prático, registou-se, assentou em quatro movimentos planificados à exaustão:

1 — o da equipa de marinheiros;
2 — o do grupo da rectaguarda, igualmente de Sarilhos Grandes, que assegurou no terreno, a feitura de uma saborosa caldeirada (viajantes de autocarro, com malta de Alcochete e do Montijo);
3 — o do Januário, fotógrafo do «Avante!», que também passou pelo Tejo mas sobre a Ponte 25 de Abril;
4 — o do repórter do «Avante!». Este ilustre personagem saiu de Setúbal no comboio das quatro e dez, e saiu na estação da Moita vinte e cinco minutos depois. Noite dentro, galgou a distância que o separava de Sarilhos Grandes em quarenta minutos — a pé. Teve que enfrentar a ameaça de alguns cães, quinta sim, quinta não, sobretudo ali para os lados da Broega, mas lembrava-se do que sempre disse ao João Rafael, o seu filho (de onze anos): «À

frente de um cão, nunca se foge. Bate-se-lhes o pé na estrada, até desistirem». Resultado: chegou ao Coreto de Sarilhos às cinco e vinte, conforme lhe tinham ordenado. Juntaram-se todos: ele, o Manuel Chula, capitão da marinhagem, o irmão, o José, o dono do barco, Henrique José Monteiro, os irmãos António e João Balseiro, o António Carlota, o Silvino Talhadas Regula (o «Faisca», da cerâmica), e o Pedaco. Todos, todos, só se juntaram no cais de Sarilhos Pequenos, donde é este Pedaco. Antes, o grupo de Sarilhos Grandes comprara pão quentinho no melhor padeiro da terra. Foi uma viagem de protestos brincalhões, porque o Henrique, timoneiro, orientava demais o rumo para a direita, distanciando-se escusadamente (ouvia-se dizer) da Ilha do Rato. Ultrapassou-os o barco da carreira Montijo-Terreiro do Paço, houve acenos de parte a parte, a ondulação sulcada levou o Manuel Chula a dizer: «Com este balanço é que eu gosto». José Chula e Pedaco recordavam aventuras juvenis, no Rosarinho. Os Balseiros nada diziam. O Faisca picava o Manuel Chula, o camarada que tinha feito o aprovisionamento antecipado de caldeirada e condicionantes: «O almoço está pago!...» Também não falava o Carlota. O repórter fartou-se de pão e provou queijo, chouriço, torresmos, passarinhos, toucinho, com o Sol levante. Foi obrigado, pela primeira vez na vida, a



Manuel Chula:
«com este balanço...»

«ESPAÇO DO REENCONTRO» NO PAVILHÃO DA EMIGRAÇÃO

«Espaço do Reencontro» é o sugestivo nome do palco do Pavilhão da Emigração, onde irão actuar artistas e grupos amadores emigrados e onde serão projectados programas de vídeo que abordarão aspectos da vida e da luta dos emigrantes. Estes temas, bem como as iniciativas e propostas do PCP para o sector, serão também abordados numa exposição que terá na fotografia o principal suporte.

Haverá ainda o «Bazar Emigração» com venda de lenços palestinianos, cerâmicas e mel centrifugado, um «Sai-Sempre» com muitos prémios e o «Bar Emigração» com sangria, bifanas, sandes, caldo verde e orelha de porco.

beber aguardente às oito e dez da manhã. Fantástico, contornar a Quimigal e avançar pelo mar da Palha para o Terreno da Atalaia, que logo se vê. Junto ao Seixal, mas virada para o Parque de Campismo, na faixa de terra da seca do bacalhau, pôs-se toda a tripulação a apitar nos apitos das bolas

salva-vidas, chamando a atenção dos campistas. Não faltaram punhos ao alto, daquele lado: o barco ia decorado com pendões verdejantes da Festa do «Avante!». Atracaram. Lá estava o Januário. Perguntou ao repórter: «Não podiam organizar um barco da Transtejo?» «— E a caldeirada, chegava?»

Na Cidade da Juventude Fotografia em concurso e exposição

«Tomar a iniciativa» é uma exposição anual através da qual a organização pretende dar voz e espaço aos novos valores da arte portuguesa. É uma exposição com carácter festivo, que visa a convivência durante os 3 dias da festa, das várias opções estéticas, poéticas e artísticas dos jovens. Está aberta à participação de autores nacionais e estrangeiros residentes em Portugal com mais de 16 anos e menos de 30 anos de idade. Iniciada há 2 anos, na cidade da juventude da XII Festa do «Avante!» com a modalidade de artes plásticas, teve continuidade em 1989 com a banda desenhada. Este ano, e pela primeira vez dedica-se à fotografia. Assim, «tomar a iniciativa» vai ter lugar na cidade da juventude da XIV Festa do «Avante!», em 7, 8 e 9 de Setembro na Atalaia, Amora/Seixal.

«Cada autor poderá participar com 5 obras no máximo, de tema livre e identificadas com título, sendo as dimensões máximas das obras de 40x50 cm (podendo ser a cores ou a preto e branco). Os concorrentes deverão proceder à entrega das suas obras entre 17 de Julho e 1 de Setembro em Lisboa (R. Sousa Martins, 8-1000 Lisboa, telefones 55 73 49 e 55 73 64), no Porto (Av. Boavista 601-4000 Porto, telefones 02/638 52) e em Coimbra (R. António Vasconcelos, 101-3000 Coimbra, telefone 039/345 64), fazendo-as acompanhar de um currículo, dados biográficos e boletim de inscrição. Um júri de selecção procederá à escolha das obras a expor e a premiar. Serão atribuídos 3 prémios em material fotográfico respectivamente no valor de 100 000 esc, 50 000 esc. e 25 000 esc. A organização não reserva qualquer percentagem sobre as obras vendidas.



**XIV
Festa**
Avante!

Uma boa notícia Ultrapassados os **75** mil contos!

Os números que o gráfico nos mostra ainda o não referem, mas a Comissão Política já deu a boa notícia — ver Comunicado na Página 1 Semana: foram ultrapassados os 75 mil! Quer dizer esta boa notícia que já não falta tudo, que o meio caminho já está feito. Mas quer dizer também que ainda falta muito, que resta metade do caminho a fazer! Sendo já um êxito, a Campanha dos 150 mil contos continua, agora em ritmo mais acelerado, que já se vislumbra o seu termo e mais seguramente se projecta a sua concretização. Há mesmo quem, nas organizações do Partido, vá pensando em aumentar as suas metas... A Campanha, que tem estado a encontrar junto dos camaradas e de muitos amigos, uma aceitação que os números significativamente comprovam, e que mostra bem a compreensão da necessidade, para o Partido, de possuir um terreno seu onde a Festa do «Avante!» não volte a sofrer «despejos» políticos nem esteja sujeita às contingências da procura de um local provisório, continua, entretanto, a depender no fundamental das organizações do PCP, das iniciativas dos militantes, do seu empenhamento. Agora que foi ultrapassada a metade dos 150 mil, não é tempo de descansar. É tempo de, no momento em que muitas iniciativas se vão concretizando para a promoção da Festa, para a venda da EP, para o trabalho no terreno a erguer a primeira Festa em terreno nosso, é tempo de imaginar e pôr em prática novas iniciativas, recolher novos contributos. Não esquecendo que uma das formas fundamentais da campanha é a aquisição de «Títulos de Comparticipação».

Metade já está. Falta a outra metade. Vamos a isto!



Avante! com a campanha

Como sucede todos os meses, de novo publicamos o gráfico que resume a evolução da campanha dos «150 mil contos» para a compra do terreno da Quinta da Atalaia, uma campanha levada a cabo por todas as organizações do PCP e que tem evoluído em bem ritmo até aos objectivos traçados. Para além de inúmeras iniciativas locais visando a angariação dos fundos necessários, lembramos que ainda podem ser adquiridos títulos de Comparticipação do terreno da «festa!», uma forma individualizada de cada um de nós poder participar desse local de encontro que é o terreno definitivo da Festa do «Avante!».

ORGANIZAÇÃO	Percentagem	10	20	30	40	50	60	70	80	90	100
Distrital de VILA REAL	41,08										
» BRAGANÇA	24										
» BRAGA	64										
» VIANA DO CASTELO	32,05										
Regional do PORTO	29,46										
Distrital de CASTELO BRANCO	38,19										
» GUARDA	10,52										
» COIMBRA	11,20										
» AVEIRO	41										
» UISEU	21,70										
Regional de SANTARÉM	21,80										
» LEIRIA	11,90										
» LISBOA	30,33										
» SETÚBAL	11,76										
Distrital de ÉVORA	24,46										
» BEJA	7,45										
» PORTALEGRE	11,28										
Regional de FARO	46,84										
» AÇORES	11,83										
» MADEIRA	12,16										
JCP	18,65										
EMIGRAÇÃO	62,37										
CENTRAL E DIVERSOS	59,24										

Total realizado até 27/7/90 — 74 729 433\$00

150
mil Contos
para o Terreno
da festa
Avante! com a Campanha